



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E CIÊNCIA POLÍTICA

LAÍS GABRIELLE ARAÚJO DA PALMA BURGARDT

**Entre a cruz e a organização partidária:** relação entre neopentecostais,  
Republicanos e Partido Liberal em perspectiva comparada

Florianópolis

2021

LAÍS GABRIELLE ARAÚJO DA PALMA BURGARDT

**Entre a cruz e a organização partidária: relação entre neopentecostais,  
Republicanos e Partido Liberal em perspectiva comparada**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Mestra em Sociologia e Ciência Política- Área de concentração: Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Tiago Daher Padovezi Borges

Florianópolis

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Burgardt, Lais Gabrielle Araújo da Palma  
Entre a cruz e a organização partidária : relação entre  
neopentecostais, Republicanos e Partido Liberal em  
perspectiva comparada / Lais Gabrielle Araújo da Palma  
Burgardt ; orientador, Tiago Daher Padovezi Borges, 2021.  
116 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa  
de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política,  
Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Sociologia e Ciência Política. 2. Neopentecostais. 3.  
Organização partidária. 4. Liderança partidária. 5. Partidos  
políticos. I. Borges, Tiago Daher Padovezi. II.  
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós  
Graduação em Sociologia e Ciência Política. III. Título.

LAÍS GABRIELLE ARAÚJO DA PALMA BURGARDT

**Entre a cruz e a organização partidária:** relação entre neopentecostais,  
Republicanos e Partido Liberal em perspectiva comparada

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca  
examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Tiago Daher Padovezi Borges  
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Julian Borba  
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria do Socorro Sousa Braga  
Universidade Federal de São Carlos

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi julgado  
adequado para obtenção do título de mestre em Sociologia e Ciência Política.

---

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

---

Prof. Dr. Tiago Daher Padovezi Borges  
Orientador

Florianópolis, 2021

## AGRADECIMENTOS

É chegado o momento de agradecer e, imediatamente, inundam em mim sentimentos de gratidão imensa aqueles que me acompanharam e tornaram possível essa caminhada tão cheia de surpresas e desafios. O tornar-se mãe no meio dessa travessia me fez reconhecer ainda mais o papel fundamental de minha mãe em minha vida e o toque divino dessa experiência. Mary, muito obrigada por seu estímulo incansável para que eu desse cada passo que desembocou neste trabalho; obrigada por sua abnegação em passar dias e dias cuidando da netinha e de mim, sempre me inspirando calmarias em meio às tempestades. Obrigada também, mãe, por me mostrar a cada dia as faces mais sutis do amor e o significado mais sublime da maternidade. Você é uma parte fundamental da minha aterrissagem aqui.

Agradeço também ao meu pai, Chico, e aos meus irmãos, Thai e Quinho, por sempre me incentivarem a seguir adiante, por sempre vibrarem junto comigo a cada etapa alcançada e por reafirmarem o quão maravilhosa é a família que tenho. Ao meu irmão também agradeço pelo suporte imenso dado nesse ano que findou, tão turbulento para todos e tão desafiador. Obrigada por sempre me socorrer quando precisei e por passar horas a fio com a sobrinha enquanto eu buscava inspiração. Agradeço, ainda, a Bruno, meu querido esposo, por dividir essa jornada comigo, pelas sugestões de caminhos, pelas discussões e pelo apoio. Obrigada pelas descobertas proporcionadas ao longo da estrada; por atravessar comigo as curvas sinuosas e maravilhosas da maternidade; no seu caso, da paternidade. E obrigada, Aninha, por viver cada momento desse trabalho comigo, primeiro dentro de mim, depois ao meu lado, enchendo os meus dias de amor e acalento!

Meu agradecimento voa longe, também, em direção aos amigos, companheiros essenciais nessa caminhada. Obrigada, Dessa, pela companhia em toda essa jornada, pelas conversas, desabafos, estímulos, apoio. Agradeço a Alana pelas epifanias e conversas que sempre me transportavam ao que tinha de mais meu em mim. Obrigada, Laura, pela escuta e pelos contínuos incentivos. Rodrigo e Alê, obrigada pelos diálogos inspiradores e tão plenos de sabedoria e afago, é sempre um prazer partilhar esses momentos com vocês. Agradeço, enfim, a todos os amigos de Floripa que me receberam tão bem nesses anos de estadia, obrigada por todos os momentos compartilhados.

O meu reconhecimento também navega rumo à minha família catarinense que tão gentilmente me acolheu nesses últimos anos. Especialmente aos meus sogros, Argos e Elvira,

agradeço pelo carinho e cuidado, pelos sorrisos e pelas conversas. Vocês sempre me proporcionaram reflexões e oportunidades de crescimento, obrigada!

Gostaria de agradecer, ainda, ao meu orientador, Tiago, pela compreensão, pelas sugestões e pelo olhar muito atento. Aprendi muito com os seus direcionamentos. Estendo os agradecimentos a toda equipe do Programa por se mostrar sempre disponível. Obrigada aos professores Julian e Luís Felipe pelos apontamentos e sugestões da banca de qualificação, vocês me ajudaram a colocar as expectativas em perspectiva. Agradeço, ainda, à CAPES pelo financiamento desta pesquisa.

Nessa jornada pelos vários “tempos” desse trabalho, faço coro a Caetano Veloso e reverencio o tempo, “compositor de destinos/tambor de todos os ritmos/ tempo [...]/ Por seres tão inventivo/e pareceres contínuo [...] és um dos deuses mais lindos”. Agradeço ao tempo que pude desfrutar da companhia de cada um que comigo esteve na comunhão desse ciclo; obrigada, verdadeiramente, por tornar esse amanhecer possível!

## RESUMO

O estudo sobre as interconexões entre religião e política compreende diferentes espectros passíveis de serem abordados, sendo moldado pelas lentes priorizadas para a investigação. A pesquisa corrente buscou alinhar-se à lente partidária, sobretudo a partir da dimensão organizacional, averiguando a presença de atores neopentecostais nos órgãos de direção partidários e o desempenho eleitoral do Republicanos e do Partido Liberal (PL), os quais possuem suas trajetórias intrinsecamente vinculadas ao seguimento iurdiano. Isso se insere em um contexto geral de relevo dos partidos menores e do maior envolvimento evangélico com a política partidária, diante de um sistema partidário fragmentado e de emergência de uma *nova direita*. Como se dá a relação entre as organizações partidárias do Republicanos e do PL e as organizações confessionais, em especial iurdianas, sobretudo a partir das bases materiais dos partidos, dos seus momentos genéticos e dos perfis das lideranças? De modo geral, ficou patente a forte presença de personalidades ligadas à IURD na fundação do Republicanos em 2005, mas também a presença crucial de algumas dessas personalidades para o crescimento do então PL, do final da década de 1980 até 2006, quando o partido deu lugar ao PR. Essa mesma dinâmica também foi observada quando se investigou a composição dos órgãos de direção partidária de ambas as agremiações. Ademais, quanto à organização dos órgãos partidários, verificou-se a incidência continuada do instituto das Comissões Provisórias nos dois partidos, sugerindo concentração de poder nas mãos das elites dirigentes que, no caso do Republicanos, coincidem com as iurdianas e, no do PL, são mais diversificadas. De todo modo, a temática da interpenetração entre religião e política, sob os mais diferentes aspectos, é relevante para pensar no nível de canalização e de expressão de demandas no âmago dos partidos e da sociedade.

**Palavras-chave:** Neopentecostais. Organização partidária. Republicanos. Partido Liberal. Liderança partidária.

## ABSTRACT

The study on the interconnections between religion and politics comprises different spectra that can be addressed, being shaped by the lenses prioritized for the investigation. Current research sought to align itself with the party lens, especially from the organizational dimension, investigating the presence of neo-Pentecostal actors in the party governing bodies and the electoral performance of the Republicans and the Liberal Party (PL), which have their trajectories intrinsically linked to the Universal Church of Kingdom of God (IURD). This is part of a general context of minor parties and greater evangelical involvement with party politics, in the face of a fragmented party system and the emergence of a new right. How does the relationship between the Republican and PL party organizations take place and the confessional organizations, in particular from IURD ones, especially from the parties' material bases, their genetic moments and the profiles of the leaders? In general, the strong presence of IURD-related personalities was evident in the founding of the Republicans in 2005, but also the crucial presence of some of these personalities for the growth of the then PL, from the late 1980s until 2006, when the party gave place to PR. This same dynamic was also observed when investigating the composition of the party governing bodies of both associations. Furthermore, regarding the organization of party bodies, there was a continued incidence of the Provisional Commissions institute in both parties, suggesting a concentration of power in the hands of the ruling elites who, in the case of the Republicans, coincide with those from IURD and, in the PL, are more diverse. In any case, the theme of interpenetration between religion and politics, under the most different aspects, is relevant to think about the level of channeling and the expression of demands at the heart of the parties and society.

**Keywords:** Neopentecostals. Party organization. Republicans. Liberal Party. Party leadership.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Processo de formação dos órgãos de deliberação e de direção dos partidos brasileiros.....	39
Figura 2- Organograma de criação do PL.....	69

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1- Órgãos partidários, suas instâncias e principais atribuições.....	38
---	----

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Desempenho eleitoral dos partidos surgidos a partir 2005 para o cargo de Deputado Federal, por ano.....	55
Tabela 2- Proporção de dirigentes partidários do Republicanos com vínculos com a IURD ou empresas relacionadas por órgão partidário.....	78
Tabela 3- Proporção de dirigentes partidários do PL vinculados a denominações pentecostais ou neopentecostais, outras religiões ou sem vínculos por órgão partidário e por ano.....	83
Tabela 4- Relação das CPs do PR/PL na região Sudeste nos anos de 2015 e 2019.....	85
Tabela 5 - Desempenho eleitoral do Republicanos – por cargo e por ano.....	87
Tabela 6 - Desempenho eleitoral do Partido Liberal - por cargo e por ano.....	88
Tabela 7 – Desempenho eleitoral de deputados federais do Republicanos por ano, percentual de coligações e de candidaturas isoladas.....	89
Tabela 8- Desempenho eleitoral de deputados federais do PL por ano, percentual de coligações e de candidaturas isoladas.....	91
Tabela 9- Levantamento dos censos demográficos referentes à população neopentecostal no Brasil dos anos de 2000 e 2010 e desempenho eleitoral do Republicanos e do PL para o cargo de deputado federal em 2018 - por estado.....	92

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
LOPP	Lei Orgânica dos Partidos Políticos
PGR	Procuradoria- Geral da União
PGT	Partido Geral dos Trabalhadores
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PL	Partido Liberal
PMR	Partido Municipalista Renovador
PR	Partido da República
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PRONA	Partido da Reedificação da Ordem Nacional
PSD	Partido Social Democrático
PST	Partido Social Trabalhista
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	14
<b>1 SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO E ORGANIZAÇÃO DOS PARTIDOS .....</b>	<b>18</b>
1.1 INTRODUÇÃO.....	18
1.2 A DIMENSÃO PARTIDÁRIA.....	18
<b>1.2.1 Sistema partidário: novos competidores em conexão com grupos sociais ..</b>	<b>18</b>
<i>1.2.1.1 Sistema partidário brasileiro: oportunidades e conexões .....</i>	<i>22</i>
<b>1.2.2 Partidos políticos: origem, organização interna e estrutura .....</b>	<b>26</b>
<i>1.2.2.1 Gênese dos partidos e tipologias .....</i>	<i>26</i>
<i>1.2.2.2 Importância da organização e hierarquias nacionais .....</i>	<i>34</i>
1.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	40
<b>2 ENTRECruzamento ENTRE RELIGIÃO E POLÍTICA.....</b>	<b>42</b>
2.1 INTRODUÇÃO.....	42
2.2 O FENÔMENO EVANGÉLICO NO BRASIL .....	42
2.3 IURD: entre a religião e a política.....	46
2.4 REFLEXOS DO FENÔMENO NEOPENTECOSTAL NA POLÍTICA.....	49
2.5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	53
<b>3 ENTRE A CRUZ E A ORGANIZAÇÃO: COM A PALAVRA, REPUBLICANOS E PL.....</b>	<b>54</b>
3.1 INTRODUÇÃO.....	54
3.2 CASO REPUBLICANOS: HISTÓRICO E DOCUMENTOS DE ORIGEM ...	60
<b>3.2.1 Do PMR ao Republicanos .....</b>	<b>60</b>
<b>3.2.2 Documentos de origem: conteúdo em relevo .....</b>	<b>63</b>
3.3 CASO PL: HISTÓRICO E DOCUMENTOS DE ORIGEM.....	66
<b>3.3.1 Do PR ao PL.....</b>	<b>66</b>
<b>3.3.2 Documentos de origem: conteúdo em relevo .....</b>	<b>70</b>
3.4 A ORGANIZAÇÃO EM CENA.....	72
<b>3.4.1 Republicanos: lideranças e organização dos órgãos .....</b>	<b>76</b>
<b>3.4.2 Partido Liberal: lideranças e organização dos órgãos.....</b>	<b>80</b>
<b>3.4.3 Crescimento dos partidos: desempenho eleitoral de 2008 a 2018.....</b>	<b>86</b>

3.5	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS: REPUBLICANOS E PL, ELO NEOPENTECOSTALEM PERSPECTIVA .....	93
	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>99</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>105</b>

## INTRODUÇÃO

"Brasil é país onde evangélicos mais avançam na política"<sup>1</sup>. Esta é a manchete da redação brasileira da *Deutsche Welle* para anunciar a entrevista com o sociólogo José Guadalupe, em 7 de novembro de 2018. Trata-se de uma afirmação trazida pelo próprio entrevistado, não por acaso proferida no mês seguinte à vitória de Jair Bolsonaro à Presidência da República do Brasil. Segundo Guadalupe, “[...] se todos os evangélicos se unissem, eles seriam o maior partido político do Brasil. Mas eles são muito atomizados”. Essas reflexões sobre a relação entre grupos religiosos, em especial evangélicos, e o ambiente político têm se tornado corriqueiras nos últimos anos. Por mais que o enlace entre religião e política não seja um fenômeno recente em termos de incidência na história, um *novo* envolvimento de algumas denominações neopentecostais a partir da Assembleia Constituinte de 1986 (FONSECA, 2008), assim como a presença paulatina de candidatos evangélicos nos pleitos subsequentes passaram a ser alvo de análises politológicas mais atuais.

Na esteira dessas discussões, há estudos que cobrem as dimensões eleitoral, parlamentar e, conforme anunciado acima por Guadalupe, partidária. Para Machado (2012), desde as eleições de 1998, os partidos têm se interessado gradativamente pelos pentecostais, a partir do encorajamento de líderes para a afiliação partidária de atores religiosos, segundo a expectativa de ampliação do sucesso eleitoral.

Em se tratando da realidade brasileira, algumas investigações têm enfatizado a constelação do sistema partidário, saindo da constatação, em um primeiro momento, da ausência de partidos confessionais, para uma rediscussão da postura afinada a grupos neopentecostais adotada por alguns partidos, como o Partido Republicano Brasileiro, de sigla PRB (IVES, 2016; NASCIMETO, 2017; FONSECA, 2008). Ainda assim, há uma lacuna de estudos mais amplos e sistemáticos sobre a dimensão organizativa de partidos brasileiros que busquem investigar suas origens em sintonia com uma discussão sobre eventuais entrecruzamentos com grupos organizados, em especial aqui, o seguimento evangélico neopentecostal.

Adicionalmente, o diagnóstico corrente de fragmentação do sistema partidário abre caminho para que partidos menores, que não são contabilizados como tão relevantes, ganhem

---

<sup>1</sup> DAMASCENO, Marcio. Brasil é país onde evangélicos mais avançam na política. *Deutsche Welle*. Berlim, 7 novembro de 2018. Entrevista. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/brasil-%C3%A9-pa%C3%ADs-onde-evang%C3%A9licos-mais-avan%C3%A7am-na-pol%C3%ADtica/a-46189672>. Acesso em: 30 set. 2020.

proeminências diferentes a depender da esfera de poder. É importante reconhecer que os partidos políticos menores importam e repercutem no desenvolvimento do sistema partidário (PEDERSEN, 1982), assim como é interessante notar que mesmo frente a uma fragmentação expressiva no Legislativo, novos partidos continuam surgindo e os existentes seguem em contínua transformação.

A esse cenário de fragmentação, acrescenta-se a emergência de uma *nova direita* em escala global e também nacional. É possível elencar uma série de razões para a (re) emergência dessa corrente, a exemplo do desemprego, das crises econômica e política, do descrédito de partidos políticos, mas a questão é que esses fatores alteram o ambiente externo dos partidos e interferem nas estratégias adotadas pelas lideranças partidárias (CASSOTA, 2019).

Justamente essa mudança mais à direita é retroalimentada pelo elevado protagonismo dos evangélicos na política, cujo maior envolvimento com os partidos vem seguido por uma defesa de pautas mais conservadoras com uma agenda moral evangélica pró-vida e família, contrária, pois, ao aborto, ao casamento entre pessoas do mesmo sexo e à chamada “ideologia de gênero” (GUADALUPE, 2018). A ascensão de correntes conservadoras junto com o crescimento de evangélicos, sobretudo em suas versões pentecostal e neopentecostal, faz com que se observe que desde a Constituinte vários partidos têm tentado estabelecer alianças com esses religiosos em busca de apoio político (CASSOTA, 2019).

É por isso que frente ao relevo destacado dos partidos menores e do maior envolvimento evangélico com a política partidária, em um contexto de sistema partidário fragmentado e de emergência de uma *nova direita*, o estudo sobre a dimensão interna dos partidos se apresenta como oportuno. Pode-se visualizar que alterações nas lideranças ou coalizão dominante interferem nas estratégias internas e promovem mudanças na estrutura partidária, assim como há a interferência de fatores externos (HARMEL; JANDA, 1994).

É nesse sentido que se orienta o estudo presente, na medida em que procura averiguar a relação entre grupos neopentecostais, em especial iurdianos, com as estruturas partidárias do Republicanos e do Partido Liberal (PL). Para fazer tal análise, é fundamental remontar o surgimento do partido, passando para a investigação mais pormenorizada da dimensão organizacional, a partir dos três critérios sumarizados por Nascimento (2017), com base especial em Guarnieri (2009) e em Panebianco (2005), os quais seriam: i) a composição da liderança partidária, ii) a organização dos órgãos partidários e iii) o crescimento do partido.

Adicionalmente, cabe enfatizar também o processo de institucionalização trabalhado por Panebianco (2005), a partir da análise dos institutos das Comissões Provisórias.

Como se dá a relação entre as organizações partidárias do Republicanos e do PL e as organizações confessionais, em especial iurdianas, sobretudo a partir das bases materiais dos partidos, dos seus momentos genéticos e dos perfis das lideranças? Para responder a esta pergunta, é preciso ter em mente algumas considerações. A começar pela observação de que ambos os partidos possuem em suas biografias vínculos com a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), seja contando com personalidades importantes da denominação em suas fileiras e concentrando candidaturas, seja tendo o seu surgimento atrelado a autoridades da Igreja. Este é o caso do então Partido Republicano Brasileiro (PRB), hoje Republicanos, partido já abordado em alguns estudos<sup>2</sup> como um “braço político” da IURD.

Todavia, o PL ainda não foi alvo de pesquisas mais sistemáticas, sobretudo quanto à sua dimensão organizacional, apesar dos indicativos de vínculos com grupos iurdianos. É o caso, por exemplo, da concentração de candidaturas de membros da denominação, sobretudo até 2005, ano da criação do PMR (Partido Municipalista Renovador)/PRB. Além disso, há a sugestão de que pastores e bispos dessa congregação estariam envolvidos na elaboração de políticas, além de haver uso dos prédios denominacionais para instalação de escritórios e comitês eleitorais em várias localidades do Brasil (MACHADO, 2012).

Na tentativa de colocar os dois partidos em perspectiva, um mais reconhecidamente vinculado à IURD e outro com raízes passíveis de maiores investigações, faz sentido amalgamar algumas discussões relevantes, distribuídas em três capítulos. O primeiro pauta-se na descrição teórica da política partidária, com considerações sobre o sistema partidário brasileiro e sobre o funcionamento em si dos partidos, com ênfase em aspectos organizacionais. Já o segundo capítulo focaliza a emergência do fenômeno evangélico no Brasil e sua incidência na esfera política. Estabelecidas essas relações, o terceiro capítulo parte para a análise mais pormenorizada dos momentos genéticos dos partidos em tela, situando suas relações com grupos neopentecostais e as constituições materiais que lhes dão vida, assim como faz o levantamento da composição dos seus órgãos de direção e desempenhos eleitorais a partir do pleito de 2006 até desembocar na efetiva comparação entre suas estruturas.

---

<sup>2</sup> Maiores sugestões serão feitas adiante, mas é possível elencar algumas referências, a saber: Souza (2009); Nascimento (2017), Gutierrez (2015), Binde (2018), dentre outros.

Destaca-se, por fim, que a pesquisa possui um caráter exploratório descritivo. Considerando a maior participação de segmentos religiosos, em especial neopentecostais, na política partidária, assim como o fato de que poucos estudos se debruçaram sobre a organização de partidos políticos menores no Brasil, um estudo de tom exploratório apresenta-se como mais apropriado por não incorrer em formulações teóricas mais amplas. Para tanto, optou-se por um desenho de pesquisa que lida com um pequeno número de casos (*small-N*), direcionado a observações intencionalmente selecionadas de acordo com tais casos (SILVA, 2018). Em sintonia com Porta (2008), prioriza-se o método comparativo, o qual, ao lidar com *small-N*, representa uma estratégia preferível para investigar instituições e fenômenos macropolíticos. Em suma, o estudo presente possui o tom exploratório-descritivo por não pretender mapear causas e tecer explicações direcionadas, mas desenvolver uma descrição sistemática da dimensão organizativa dos partidos em tela, de modo a clarificar a interlocução com grupos sociais específicos, a exemplo dos neopentecostais.

## **1 SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO E ORGANIZAÇÃO DOS PARTIDOS**

### **1.1 INTRODUÇÃO**

Considerando a centralidade do tema da relação entre segmentos religiosos e o meio político nos últimos anos, sobretudo pensando a partir da questão partidária, há estudos basilares que merecem ser destacados para alicerçar investigações nesse sentido. Como se dá a relação entre os partidos e a Igreja? Quais são os perfis das lideranças dirigentes? À luz da indagação sobre a forma com que se estabelece a relação entre as organizações partidárias do Republicanos e do PL e as organizações confessionais, em especial iurdianas, o capítulo está organizado da seguinte forma.

O ponto de partida é o sistema partidário, com foco aqui no modo com o qual tal sistema acolhe a entrada de novos competidores em conexão com grupos sociais. Isso se justifica pelo entendimento de que o arranjo político institucional fornece o ambiente em que os partidos emergem, se desenvolvem e interagem estrategicamente.

Como a lente aqui está voltada para a dimensão intrapartidária, em um segundo momento, vale a pena focalizar a esfera do partido, a fim de compreender o funcionamento organizacional dessas agremiações, sobretudo no que tange à conexão com grupos sociais específicos. Não se pode perder de vista que o sistema partidário pode facilitar ou dificultar a entrada de determinados competidores, assim como interferir em características organizacionais e, por extensão, pode afetar o contato com grupos sociais via controle das zonas de incerteza, de quem entra e de quem sai (PANEBIANCO, 2005).

### **1.2 A DIMENSÃO PARTIDÁRIA**

#### **1.2.1 Sistema partidário: novos competidores em conexão com grupos sociais**

Para compreender o funcionamento organizacional partidário e a sua conexão com grupos pentecostais, é preciso ter em vista que a atuação dos partidos insere-se em um contexto sistêmico mais amplo, em que há interação com outros competidores. Tal sistema estabelece possibilidades e constrangimentos à atuação partidária e influencia nas

características organizacionais que as agremiações assumem ao longo do tempo. Quanto a isso, a literatura aborda de modo recorrente o modo com o qual o arranjo institucional pode limitar ou viabilizar a criação e a manutenção de agremiações em determinado sistema político. Disso decorre que a discussão sobre sistemas partidários se faz importante, em um primeiro momento, à luz de um debate mais geral e, em um segundo, sob o prisma brasileiro.

De modo geral, a acepção do que seria um sistema partidário abrange diferentes perspectivas e se mescla a uma discussão sobre a melhor forma de abordar tal tema. Mais especificamente, Bardi e Mair (2010) preocupam-se com os padrões de interação competitiva, os quais demandam um maior nível de consolidação do sistema partidário. Isto porque, assumem que seria possível haver um “sistema de partidos” que não opera de forma sistêmica, como é o caso de um cenário em que os partidos seriam tão voláteis que não haveria meios de se estabelecer relações padronizadas ou, ao contrário, quando os partidos seriam tão fortemente organizados e enraizados ao ponto de não haver interação. Por outro lado, a percepção *sistêmica* traz o entendimento de que os sistemas partidários corresponderiam a fenômenos multidimensionais. É o que também aborda Melo (2010), o qual reforça o pressuposto de que o sistema partidário não deve ser visto como simples reunião de partidos, uma vez que as agremiações estão sujeitas a um conjunto de oportunidades e restrições atinentes à interação entre elas nas sucessivas eleições (MELO, 2010).

É importante aqui endossar Eckstein (1968 apud BARDI; MAIR, 2010) no sentido de que compreender os sistemas partidários é essencial para o adequado entendimento dos partidos em si, na medida em que não só os sistemas partidários não corresponderiam à mera soma dos partidos, tal qual mencionado, como também seria preciso considerar a preexistência de certos caracteres dos sistemas em relação às agremiações. Em se tratando dos partidos em foco no presente trabalho - Republicanos e PL - esse aspecto apresenta-se como relevante para o entendimento de sua inserção no contexto partidário, sobretudo considerando as metamorfoses sofridas ao longo de seus períodos de existência. Isso inclui a sucessão de fusões, extinção de sigla e mudanças de nome, sem perder de vista alterações nos ambientes externos também. De todo modo, a discussão brasileira mais especificamente será feita na seção que segue, cabendo aqui resgatar parte do debate internacional com foco, sobremaneira, na entrada de novos competidores no sistema em interface com grupos sociais.

Embora se reconheça a existência de uma vasta literatura sobre a formação de sistemas partidários<sup>3</sup>, optou-se aqui pelo recorte em sistemas já institucionalizados, de modo a enfatizar a entrada de novos competidores. A princípio, faz sentido acompanhar Mair (1997) em sua sugestão de saída da visão difundida de que as alterações dos sistemas partidários refletiriam mudanças eleitorais para a consideração de transformações nas estratégias partidárias, nos padrões de competição e no comportamento das elites políticas (BRAGA, 2010). Isso permite que se visualize a interação entre a dimensão organizacional dos partidos e sua porosidade a grupos sociais neopentecostais, considerando o ambiente efetivo onde tais partidos emergem, operam e se conectam com grupos sociais. Ademais, justamente esse contexto e sua flexibilidade à entrada de novos competidores e ao acolhimento de mudanças estratégicas das siglas ajuda a compreender a origem e o tom das decisões proferidas pelas elites dirigentes das agremiações.

É pensando na interação estratégica entre os partidos que Mair (1997) desenvolve a noção da estrutura da competição interpartidária em substituição à perspectiva de institucionalização de Mainwaring (2001) e mesmo de Sartori (1982)<sup>4</sup>. De acordo com o modelo do autor, haveria estruturas de competição abertas ou fechadas, isto é, imprevisíveis ou previsíveis, respectivamente, de acordo com padrões de alternância no governo, do espectro de partidos que chegam a tal instância e do nível de mudança ou de permanência dos partidos nos processos de formação de governo. Isso significa que a análise da dinâmica do

---

<sup>3</sup> Duas abordagens presentes na literatura sobre a formação de sistemas partidários podem ser enfatizadas, quais sejam: i) sociológica e ii) neoinstitucional. A primeira está muito presente nos estudos de Lipset e Rokkan (1967) sobre a origem dos sistemas partidários na Europa Ocidental e está calcada em sequências históricas. De acordo com essa perspectiva, a partir da terminologia de clivagens sociais, os autores argumentam que os sistemas partidários do século XX emergiram de conflitos e oposições entre divisões sociais, em uma dialética conflito-integração com oposições ideológicas relativamente estáveis na política nacional. Por outro lado, em contraposição a essa visão de que conflitos exógenos ao arranjo institucional teriam culminado na gênese de sistemas partidários, a abordagem neoinstitucional traz à baila o pressuposto da racionalidade dos indivíduos, segundo o agrupamento de preferências e a maximização de utilidade. Com efeito, Aldrich (1995) assume, ao estudar o desenvolvimento dos partidos políticos dos Estados Unidos do final do século XVIII até meados do XIX, que o sistema partidário recém-emergido seria resultado da ação dos políticos na tentativa de resolver problemas de ação coletiva. Embora haja essa cisão entre interno e externo, é preciso considerar que há uma discussão mais específica sobre formação de partidos que faz uma leitura mais inclusiva acerca dos fatores que incidem na criação de legendas, como em Stoll (2013) e mesmo em Panebianco (2005).

<sup>4</sup> Em oposição à dicotomia entre sistema institucionalizado e não institucionalizado proposta por Sartori (1982), Mainwaring (2001) sugere uma medida contínua que permita escalonar os sistemas partidários nas novas democracias. Desse modo, situa a noção de que a institucionalização de tais sistemas, entendida como um processo segundo o qual uma organização se estabelece e se torna reconhecida, compreende quatro dimensões essenciais. A primeira diz respeito à estabilidade dos padrões de competição eleitoral entre os partidos e costuma ser operacionalizada pela volatilidade eleitoral (TAROUCO, 2010). O segundo abrange o nível de enraizamento dos partidos na sociedade. O terceiro conforma a legitimidade dos partidos diante de atores políticos variados. E o quarto aborda o grau de independência das organizações partidárias face aos seus líderes.

sistema partidário demanda que se observe se a estrutura de competição seria aberta ou fechada ao ingresso de atores partidários novos, assim como a sua interferência na formação de governo. Braga (2010) assevera que uma estrutura de competição fechada acaba por constranger as preferências eleitorais a partir do momento que restringe as opções de candidaturas, favorecendo, pois, a estabilidade do sistema partidário. Seria como se os eleitores não expressassem apenas preferências por partidos, mas também por governos possíveis.

Desse modo, tem-se que a competição eleitoral permite que o sistema partidário confira coerência e regularidade à competição política, na medida em que proporciona oportunidades e restrições à entrada de novos partidos competidores, assim como às modalidades de grupos sociais, em especial aqui os neopentecostais. Isso significa que as possibilidades de competição são moldadas pelas características institucionais.

Isso importa porque os partidos estudados com mais ênfase nessa pesquisa têm uma criação relativamente recente- embora as raízes de um deles remontem a 1985- justificando a discussão sobre a entrada de novos competidores em um sistema partidário pré-existente. E, adicionalmente, importa também porque os dois partidos se caracterizam pela presença recorrente de lideranças oriundas de igrejas neopentecostais, as quais, em alguns momentos, inclusive, evocam certa missão religiosa na política. Esses aspectos serão melhor abordados ao longo do trabalho, sendo mencionados agora para enfatizar o interesse teórico na abordagem de novos partidos em um sistema em funcionamento.

Justamente para lidar com a noção do que seriam novos competidores, há que se mencionar uma considerável literatura que tenta trabalhar com mais acuidade a categoria de novos partidos (BARRETO, 2018). Nesse sentido, seria correto considerar partidos que mudam de nome ou que se fundem como novos? Ou, ainda, uma legenda que é extinta e outra com as mesmas lideranças emerge seria considerada também uma nova agremiação? Esses questionamentos são especialmente importantes nessa pesquisa, uma vez que tanto o Republicanos quanto o PL se encaixam nessa movimentação de alterações de nomenclatura ou de fusões e retomadas ao longo do período de existência. Isso envolve, por sua vez, a movimentação de elites políticas no interior dos partidos, incluindo aquelas que compõem determinados segmentos sociais. De antemão, é preciso situar que não há uma resposta unívoca para essas perguntas, uma vez que a aceção do que seria considerado um “novo” partido varia conforme os diferentes critérios adotados.

De modo geral, todavia, Tavits (2013) apresenta que um novo partido seria resultado tanto da cisão de um partido existente quanto englobaria aqueles que surgem de modo genuíno sem o auxílio de membros de agremiações existentes. E tal entrada demanda escolhas estratégicas das elites frente ao sistema partidário, com base em dois custos principais: a facilidade para registrar o partido e a facilidade para adquirir um assento. Sem embargo, conforme continua a autora, quanto mais proporcional<sup>5</sup> o sistema, maior a probabilidade de emergência de novos partidos, haja vista os menores custos para ganharem um assento. Nesse ponto, há um imbricamento do sistema partidário com as regras eleitorais, o que é interessante trazer aqui, porque parte considerável da literatura sobre o sistema partidário brasileiro trata dessa relação. É importante, também, porque o funcionamento sistêmico ambienta a emergência de partidos pequenos, cujo impacto no desenvolvimento do sistema partidário deve ser considerado (PEDERSEN, 1982), sobretudo pelo potencial de coligações e de votos no parlamento. Por tudo isso, é importante partir para um debate mais específico sobre a realidade brasileira.

#### *1.2.1.1 Sistema partidário brasileiro: oportunidades e conexões*

Pensando no debate acerca do caso brasileiro, o entendimento sobre o funcionamento institucional insere-se em uma discussão mais ampla que tematiza o desempenho da democracia brasileira. Cabe lembrar que a compreensão da dinâmica do sistema partidário brasileiro é importante para pensar o formato organizacional dos partidos em destaque e a sua porosidade às pressões de grupos sociais. O perfil das elites dirigentes, as estratégias eleitorais, os nichos da sociedade priorizados e os alinhamentos para a otimização dos cálculos políticos são fatores que estão relacionados ao contexto em que os partidos se inserem, juntamente com as regras do sistema eleitoral. Ademais, sob o viés institucional, Braga (2006) ressalta que o sistema partidário determina o formato e o perfil dos partidos que interagem entre si, logo, determina o conteúdo da estrutura de competição, tida como o aspecto mais relevante do sistema partidário.

De modo mais amplo, a literatura aborda de forma conjugada características eleitorais com as atinentes ao sistema partidário em si. É por isso que há uma grande diversidade de interpretações sobre o grau de consolidação da democracia ou sobre o nível de

---

<sup>5</sup> De modo amplo, a representação proporcional consiste em uma modalidade eleitoral na qual os partidos obtêm um percentual de cadeiras no parlamento de acordo com o percentual de votos alcançados em determinado pleito (NICOLAU, 2015).

representação dos partidos políticos, recaindo no diagnóstico dos mais críticos de que a junção de federalismo, presidencialismo e representação proporcional convergiria em descentralização e fragmentação do poder (LAMOUNIER, 1992; KINZO, 1993), com ausência de estabilidade (REIS, 1995).

Kinzo (2005) reforça que a implementação de um arranjo de regras eleitorais complexo com sistema majoritário, representação proporcional com lista aberta e autorização de alianças entre partidos atreladas a uma estrutura de poder presidencialista e federativa e um sistema partidário fragmentado acabam por obstaculizar a compreensão da competição partidária para os eleitores. Tal diagnóstico pressupõe uma recorrente ameaça à consolidação democrática em decorrência de um sistema partidário com graus elevados de fragmentação, regionalidade e volatilidade, conforme resume Braga (2010).

Para Melo (2010), a ocorrência de um sistema partidário altamente fragmentado e competitivo como o brasileiro deve-se a um duplo efeito. Primeiramente, há a conjunção de um sistema de representação proporcional com distritos de média a grande magnitude com legislações partidárias e eleitorais permissivas em um arranjo federal. Em segundo lugar, há uma sucessão de eventos históricos que redesenharam os padrões de competição. Não obstante, o autor apresenta uma visão distinta da difundida até então, na medida em que percebe no sistema partidário brasileiro maior regularidade e estabilidade. Isso se dá porque haveria um “ponto de amarração” do sistema partidário representado pelas eleições presidenciais (MELO, 2010, p. 8), as quais confeririam estabilidade ao sistema, no qual os partidos careceriam de laços, ao menos razoáveis, com o eleitorado<sup>6</sup>. É claro que a esse elo estruturante, somar-se-iam alguns outros fatores, como a concentração dos trabalhos do Congresso Nacional nas mãos de lideranças partidárias (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999), o controle sobre a propaganda eleitoral e o Fundo Partidário, assim como a decisão do TSE quanto aos mandatos eletivos (MELO, 2010). Vale destacar que o próprio autor enfatiza que o diagnóstico de estabilidade não pode ser considerado estanque, haja vista que os partidos continuam a operar em um contexto no qual a combinação de sistema eleitoral, federalismo e

---

<sup>6</sup> Não obstante, esse mesmo diagnóstico de eleições presidenciais como ponto de amarração é questionado por Carreirão (2014), sobretudo com relação à interação entre a estrutura de competição e a formação de governos. Isso ocorre porque, ao analisar a extensão das coligações, o autor encontra que no caso brasileiro, embora a estrutura de competição tenha caminhado na direção de maior estabilidade - pelo menos até 2018-, o processo de formação de governos pareceu seguir a direção de maior abertura e imprevisibilidade.

caráter aninhado das eleições<sup>7</sup> junto com a ausência de uma “democracia de partido” (MANIN, 1995) contribuem para a manutenção de uma alta fragmentação no sistema.

Não obstante, há outras perspectivas que desafiam a ideia da fragilidade dos partidos e do sistema, a exemplo da apresentada por Braga (2006), a qual sinaliza evidências de a) uma tendência centrípeta; b) uma concentração de poder partidário em um número relativamente pequeno de partidos com diferentes perfis; c) nacionalização dos principais partidos; e d) maior congruência nas votações partidárias. Limongi (2006) lembra que a compreensão do sistema partidário brasileiro atual passa pela análise não apenas da data em que foi criado, mas também das condições em que isso se deu, sobretudo no período pós-redemocratização. Nesse sentido, ainda que a reforma de 1979<sup>8</sup> tenha possibilitado o surgimento de novos partidos, é preciso recordar que o quadro partidário hodierno é resultado das modificações do sistema bipartidário oriundo da ditadura militar. Mesmo que a referida reforma tenha abolido formalmente o bipartidarismo, ele sobrevivera na prática até a redação da Constituição de 1988 e a proximidade das eleições de 1989 (LIMONGI, 2006). Com efeito, o retorno à democracia acaba sendo marcado por forte assimetria na competição partidária, na medida em que partidos formados durante o regime militar sobrevivem, mesmo renomeados, cindidos, fundidos e transformados. É como se houvesse partidos que já nascessem “grandes” e outros que encontrassem dificuldade em se estabelecer, ainda que haja exceções, como o Partido dos Trabalhadores (PT). Ainda assim, o que Limongi (2006) apresenta é que a multiplicidade de siglas que competem pelos votos dos eleitores, em vez de ser tomada como índice de fragilidade, deveria ser vista como um processo de adaptação lenta à democracia.

É importante fazer essa discussão sobre a constatação de tendências contraditórias quando se pensa no nível de institucionalização ou consolidação do sistema partidário brasileiro, porque esse é o contexto onde os partidos em estudo- Republicanos e PL- se formaram e seguem em metamorfose. A realidade das duas agremiações será melhor explorada no terceiro capítulo, mas é imprescindível analisar a sua trajetória em uma esfera mais ampla do sistema partidário, o qual interfere na legitimidade de partidos e de instituições

---

<sup>7</sup> Melo (2010) faz referência à estrutura de jogos aninhados trabalhada por Tsebelis (1998), em que a determinação do *pay-off* eleitoral em cada arena está sujeita a uma mútua interferência, o que demanda que cada ator se posicione de modo a angariar os maiores benefícios e, a partir disso, coordenar suas ações. Isso significa, em outras palavras, que o partido define qual arena de competição, estadual ou nacional, serve melhor aos seus propósitos em cada momento. Com isso, é possível que um partido eleja uma bancada significativa para o Congresso sem precisar participar da eleição presidencial, trata-se de uma estratégia de alocação de recursos (SAMUELS, 2002).

<sup>8</sup> Essa reforma está contida na Lei nº 6767/79, a qual extinguiu formalmente o bipartidarismo que vigorou durante o regime militar.

assim como na qualidade da representação. Inclusive, a própria dinâmica desse sistema, com a emergência de novos partidos, sucessivas fusões, extinções e mudanças nas nomenclaturas sinalizam para uma interação cambiante entre o conjunto de agremiações. Há que se ter em vista que, talvez, a dimensão do sistema e a diversidade de agremiações com diferentes espectros ideológicos, além de incentivos não esperados por parte de algumas legislações eleitorais, propiciam o constante trânsito de siglas. Ainda assim, conforme afirmam Graça e Souza (2019, p. 183), “[h]á mais racionalidade, coordenação e equilíbrios estáveis no sistema político brasileiro do que apresentado pelas expectativas do começo dos anos 1990”, já apontadas nesta seção.

Adicionalmente, Peres (2002) lembra que, no tocante à questão eleitoral, o nível de instabilidade não seria alto o suficiente para sustentar a afirmação de parte da literatura de que o sistema partidário do Brasil não ordenaria ou canalizaria institucionalmente de nenhuma maneira as preferências políticas. Na realidade, continua o autor, a estabilidade média seria elevada o necessário para descartar diagnósticos de total inconsistência e, além disso, a existência de uma dinâmica diferenciada entre estados e regiões revela a complexidade e a heterogeneidade do quadro sistêmico brasileiro. O que acontece, ou acontecia recorrentemente até 2018, seria a preponderância de fragmentação partidária nas eleições legislativas e de concentração nos pleitos executivos, ambas “faces de uma mesma moeda” (LIMONGI; VASSELAI, 2016, p.2).

Assim, a discussão ora exposta ressalta a perspectiva de análise do sistema partidário enquanto variável independente, incidindo sobre o comportamento e os resultados eleitorais, ficando sobressalente que a dimensão mais relevante de tal sistema seria a estrutura de competição interpartidária (BRAGA, 2010). Isso é importante, porque a dinâmica de funcionamento sistêmico ajuda a explicar os cálculos empreendidos pelos dirigentes partidários para a manutenção, alteração, extinção ou criação de novas legendas. No caso brasileiro, um sistema de alta magnitude, ou melhor, a existência de *subsistemas* partidários ou diferentes padrões de competição nos estados<sup>9</sup>, a depender do pleito, propicia a permanência de partidos que, embora em disputas presidenciais não exerçam papéis decisivos, nas eleições proporcionais e nas majoritárias estaduais possuem relevo inegável. É o caso de

---

<sup>9</sup> Nota-se que em países que adotam o federalismo como modelo de organização política incorrendo em sistemas políticos mais descentralizados e com diferentes níveis de governo, observam-se divisões horizontais dentro de um mesmo sistema partidário (BARDI; MAIR, 2008). Tal formato institucional cria “incentivos para que estados ou regiões desenvolvam uma dinâmica própria de competição que pode levar à existência de subsistemas partidários ou diferentes padrões de competição nos estados” (FERREIRA; BATISTA; STABILE, 2008, p.441).

agregações como o PL e o Republicanos, sobretudo no que tange aos seus contornos ideológicos, contextos de surgimento e vínculos com segmentos sociais. Ao fim e ao cabo, as estratégias das elites partidárias para a sobrevivência e o crescimento do partido são constringidas pela dinâmica de funcionamento do sistema em que estão inseridas. E é de se supor que, a depender dos nichos eleitorais, sobretudo quando se trata de decisões proporcionais, também vão exercer influência sobre as decisões partidárias. Conforme ressalta Peres (2002, p.4), a efetividade de um sistema partidário encontra-se na sua potencialidade em estruturar de modo satisfatório as preferências dos atores políticos, conferindo “inteligibilidade e maior previsibilidade ao comportamento eleitoral” e as estratégias partidárias devem ser compreendidas também nesse contexto.

Nesse sentido, situada a importância do funcionamento sistêmico para a compreensão das unidades, faz-se mister deter-se em uma discussão sobre os partidos e, mais especificamente, sobre a sua organização. Tenta-se, dessa forma, captar o tom encampado pelas elites e as relações estabelecidas com grupos sociais religiosos, dadas as pistas presentes na literatura sobre a influência das circunstâncias de origem dos partidos no seu funcionamento a posteriori. Para tanto, a seção que segue busca cobrir uma leitura mais específica sobre partidos e organização.

### **1.2.2 Partidos políticos: origem, organização interna e estrutura**

Conforme assinala Macedo (2019, p. 48), partidos recentes, de todos os tamanhos, “mostram-se cada vez mais relevantes no contexto partidário brasileiro fragmentado, à medida que formam blocos, passam a ter mais peso nas negociações e influenciam nas decisões”. Especialmente nas agregações menores, se observa a presença mais concentrada de adeptos do neopentecostalismo, cujo crescimento em número de fiéis reflete também maior participação nos cargos de direção partidária. Essa sintonia em termos de crescimento numérico deve ser sopesada também com a observação dos momentos genéticos dos partidos e das suas vinculações com segmentos sociais específicos. Em se tratando do Republicanos e do PL, adianta-se que ambos possuem suas biografias atreladas a personalidades da Igreja Universal do Reino de Deus, sendo interessante trazer para a discussão tanto elementos associados à presença evangélica na política quanto características mais específicas da denominação.

Cumpra agora, portanto, após a apresentação do contexto no qual os partidos emergem e interagem, fazer uma leitura mais específica das agremiações, passando pela relevância dos seus momentos genéticos, com ênfase, sobretudo, na dimensão organizacional.

#### *1.2.2.1 Gênese dos partidos e tipologias*

Para situar a relevância dos contextos de surgimento dos partidos, é preciso antes asseverar brevemente a importância mesma e a função das agremiações. Duverger (1957, p.11) situa que os partidos contemporâneos diferenciavam-se mais em termos de natureza da organização do que do programa ou da classe dos membros, sendo vistos como uma “comunidade com estrutura diferenciada”. O autor endossa, ainda, que tanto a origem do partido quanto a sua ideologia devem ser utilizadas como variáveis explicativas no estudo da organização, desenvolvimento e comportamento assumidos ao longo do tempo. Em uma tentativa minimalista de definição, Downs (1957) apresenta o partido político como um grupo que almeja o controle do aparato de governo, a partir da obtenção de cargos em eleições devidamente constituídas, além de atuar nas arenas eleitoral, social e governamental, sobremaneira, acumulando as funções de participação e organização da disputa eleitoral, representação do interesse social e exercício do governo. Já Sartori (1982) situa-os como aptos a moderar a competição política e a serem os comunicadores entre o Estado e a sociedade, na medida em que funcionam como agentes de canalização, de comunicação e de expressão.

Desse modo, os partidos seriam responsáveis pela organização da dinâmica parlamentar, lidando com questões de ação coletiva a partir da disposição de uma estrutura institucional para a tomada de decisões políticas (PEREIRA; MUELLER, 2003; OLSON, 1971). Conforme lembra Nascimento (2017), além das funções eleitorais, os partidos aglutinam atividades associadas a arranjos internos, como a nomeação de candidatos para concorrer às eleições, a mobilização por apoio eleitoral, a elaboração de propostas políticas, a divulgação de orientações ideológicas e políticas da agremiação, o funcionamento como elo principal entre eleitores e o governo, ademais da coordenação.

Não obstante, tem-se paralelamente um diagnóstico de pesquisa que questiona a relevância dos partidos políticos enquanto atores sistêmicos de peso na contemporaneidade. Isso decorre dos desafios suscitados pela emergência de novos atores e de participações alternativas àquela especificamente institucional (MANIN, 2013), a exemplo dos meios de

comunicação de massa, além da presença de clivagens ideológicas tradicionais e da retração na ingerência sobre a gestão econômica (RIBEIRO, 2013). Além disso, há a percepção de que a presença sob o guarda-chuva estatal seria responsável pela neutralização da função do partido enquanto variante institucional de mediação com a sociedade (GUIMARÃES; RODRIGUES; BRAGA, 2019).

Em oposição a isso, Katz e Mair (1995) ressaltam que a constatação de um declínio dos partidos, geralmente, não está assentada em robusta evidência empírica. Isso acontece porque, conquanto em alguns aspectos os partidos possam ser vistos como menos poderosos do que antes, a exemplo de identidades partidárias não muito distintas, em outros sua posição foi fortalecida, sobretudo na relação estabelecida com o Estado. Há, ainda, o problema de tentar avaliar os partidos com base na interação com a sociedade civil.

Com efeito, não se pode negligenciar o protagonismo das agremiações no recrutamento de candidatos e consequente simplificação das escolhas, na organização da disputa eleitoral e em seu financiamento, além da formação de minorias e majorias, distribuindo internamente o poder (DALTON; WATTENBERG, 2000). Em realidade, a agenda de estudos que busca resgatar a importância dos partidos para a consolidação das democracias contemporâneas parte do pressuposto de que em vez de declínio, o que se tem é adaptação. No caso brasileiro, por exemplo, a votação dos partidos maiores tem sido mais nacionalizada, o número de filiação não se apresenta desprezível e, de um modo geral, os partidos têm exercido, relativamente bem, atividades decisórias e de governo essenciais ao sistema político (RIBEIRO, 2013). Ademais, observa-se um maior protagonismo na arena parlamentar (PRAÇA; DINIZ, 2005), uma tendência à estabilização da competição (MELO, 2010), mesmo com as mudanças vivenciadas no pleito de 2018, já mencionadas.

Desse modo, seria preferível compreender as alterações no *modus operandi* dos partidos a enfatizar um suposto declínio, conforme Katz e Mair (1995). Segundo a argumentação dos autores, tal noção de declínio pode ser sopesada com a ideia de que esse aspecto representa somente a faceta das agremiações correspondente às relações com as bases. As demais esferas, como a atividade no parlamento e a formação de governos, por exemplo, permanecem em desenvolvimento, conduzindo os partidos mais para funções procedimentais e de gestão da democracia competitiva, fazendo, pois, sentido investigar partidos pouco enraizados na sociedade e que não chegam a ser decisivos nas escolhas do eleitorado (TAROUÇO, 2010). É o que parece bem aplicado ao caso do Republicanos e do PL, na medida em que, embora sejam alavancados mais pelas candidaturas do que enquanto legenda

em si<sup>10</sup>, possuem presença frequente em âmbito legislativo, sendo, inclusive partícipes do que se denomina, nos canais midiáticos, como “Centrão”<sup>11</sup> na Câmara dos Deputados.

É nessa toada de compreensão do modo de funcionamento dos partidos que o estudo da organização em si assume relevo, a começar, sobretudo, por sua origem. Panebianco (2005, p. XVII) ressalta a importância do momento constitutivo das agremiações, alegando que a maneira pela qual “se distribuem as cartas” na fase genética e nos momentos subsequentes de uma organização interfere em seu funcionamento anos adiante. Algo também reforçado por Duverger (1957) quando sugere que as origens do partido influenciam muito em seu funcionamento, sendo que o seu desenvolvimento, em geral, parece estar associado à ampliação do sufrágio popular e das prerrogativas parlamentares, em certa medida, ao da própria democracia. Nesse sentido, seria possível visualizar dois grupos de gênese de partidos, a saber: aqueles de origem parlamentar e eleitoral, vinculados aos parlamentares e aos comitês eleitorais, e os de origem externa, a exemplo dos que surgem via sindicatos, cooperativas, sociedades de pensamento, dentre outros (DUVERGER, 1957).

Não obstante, cabe enfatizar que tal distinção não necessariamente consegue captar as especificidades organizativas de partidos de uma mesma origem. Duverger (1957) aponta que os partidos políticos, tal como são conhecidos no século XX, encontram suas raízes em meados do século XIX. Antes disso, o que se visualizava era uma orientação de opinião, ou um agrupamento em núcleos populares e parlamentares. Com o desenvolvimento do sufrágio popular e da democracia, começam a emergir partidos criados endogenamente à estrutura institucional e aqueles que surgem exogenamente a ela.

É o que Panebianco (2005, p.94) busca aprofundar ao afirmar que o modelo originário guarda relação com a ideia de que as características organizativas dos partidos dependem, sobremaneira, de sua história, da forma com a qual a organização emergiu e se consolidou, de modo que, na prática, três fatores interviriam na definição desse modelo. O primeiro consistiria na maneira pela qual começou ou se desenvolveu a construção da organização, se por penetração territorial, isto é, ação deliberada, ou por difusão territorial,

---

<sup>10</sup> Isso é visível quando se constata a discrepância entre os votos direcionados aos candidatos e aqueles endereçados à legenda em si, conforme dados disponíveis no TSE.

<sup>11</sup> Embora o termo faça referência a um grupo suprapartidário criado à época da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988 para dar apoio ao presidente da República José Sarney (NOGUEIRA,[200-?]), essa designação tem sido aplicada a um conjunto de legendas minoritárias no parlamento brasileiro, cuja união garante um quantitativo de votos que pode chegar à metade dos 513 parlamentares a depender da proposta em discussão, conforme reforça reportagem do G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/29/entenda-o-que-e-o-centrao-bloco-na-camara-do-qual-bolsonaro-tenta-se-aproximar.ghtml>. Para mais informações, consultar Freitas, Moura e Medeiros (2009).

vista como uma expansão mais espontânea, a partir da apreensão das relações entre os atores que estabeleceram a organização (ELIASSEN; SVAASAND, 1975). O segundo é personificado na presença ou ausência de uma instituição externa que patrocine o surgimento do partido, tornando-o ou não um “braço político”<sup>12</sup> dessa instituição. Caberá no presente estudo atender especialmente para essa dimensão, na medida em que a investigação do momento basilar do Republicanos e do PL, incluindo o conteúdo dos seus documentos e o seu desempenho eleitoral, buscará perscrutar o grau de relação com vertentes neopentecostais, em especial iurdianas. O terceiro, por fim, refere-se ao caráter carismático da formação do partido, com ênfase no carisma situacional e não no “puro”, uma vez que no primeiro há uma menor capacidade do líder de compor a organização consoante o seu próprio arbítrio.

Com efeito, já se depreende daqui a importância de considerar os ambientes de constituição dos partidos, ganhando muita centralidade os contextos externos que possibilitaram sua emergência e suas transformações ao longo do período de existência. Esse ponto é importante, porque as modificações vividas nos cenários político e social brasileiros, com a retomada de bandeiras mais conservadoras e moralistas, crise econômica e política, crescimento do desemprego, desagrado com partidos políticos, guinada mais neoliberal na economia, dentre outros, ajudam a compor um contexto que ambienta a ascensão da atual direita no Brasil. Isso será mais detalhado adiante, por agora cabe pontuar que esses fatores alteram o ambiente externo dos partidos e interferem nas estratégias adotadas pelas lideranças (CASSOTA, 2019).

Voltando para a questão dos momentos constitutivos, é inevitável que as especificidades relacionadas à origem dos partidos também modelem as características que assumem no transcorrer de seu funcionamento. É nesse íterim que surgem classificações como as de partido de quadros e de massas<sup>13</sup> (DUVERGER, 1957), o modelo *catch-all*<sup>14</sup> (KIRCHHEIMER, 2012), a noção do partido profissional-eleitoral<sup>15</sup> (PANEBIANCO,

---

<sup>12</sup> O então Partido Republicano Brasileiro (PRB), atual Republicanos, tem sido reconhecido como um “braço político” da Igreja Universal do Reino de Deus (FONSECA, 2008; NASCIMENTO, 2017).

<sup>13</sup> Partidos de quadros remetem ao agrupamento de notáveis no século XIX e que persistiu no XX, tendo como algumas características certa descentralização e débil articulação organizacional, um financiamento atrelado a um seletivo grupo de doadores privados, origem interna ao parlamento, ausência de claros requisitos de adesão; e partidos de massas coincidem com a substituição do sufrágio limitado pelo universal, esboçando como traços maior centralização e forte articulação organizacional, financiamento partilhado entre os membros, origem extraparlamentar, presença de um sistema formal de adesão (DUVERGER, 1957). Sabe-se que a classificação feita pelo autor à época incluía também os partidos comunistas (*cell*) e os fascistas (*militia*), os quais caíram em desuso em análises subsequentes (WOLINETZ, 2002) e, de todo modo, não se aplicam ao trabalho corrente.

<sup>14</sup> Esse tipo de partido, inserido em um contexto de crescimento econômico e de consolidação do estado de bem-estar social do pós-Segunda Guerra Mundial, em vez de se dedicar ao quadro moral e intelectual das

2005) ou o modelo do partido- cartel<sup>16</sup> (KATZ & MAIR, 1994). Todas essas definições fazem menção ao *modus operandi* dos partidos ao longo de seu processo de “evolução”, guardando relação com as dinâmicas dos ambientes externos. É por isso que uma discussão sobre organização partidária implica também considerar as especificidades dessas distinções tipológicas, aproximando tais ideias dos respectivos contextos.

Ao mesmo tempo, a investigação dessa ordem organizativa demanda que se perscrute a sua estrutura de poder, o modo como se erigem, se reproduzem ou se modificam as relações hierárquicas e as suas consequências. Demanda, também, que se tenha em vista o controle sobre os recursos de poder, ou as “zonas de incerteza” (PANEBIANCO, 2005, p. 65). Estas últimas consistem em seis atividades vitais para a organização, a saber: a competência, entendida como o saber especializado no manejo das relações político-organizacionais externas e internas ao partido; o gerenciamento das relações com o ambiente; as comunicações internas; as regras formais; o financiamento e o recrutamento. Tais aspectos fazem referência direta ao funcionamento do partido, cobrindo funções dos órgãos de direção partidária. Isso significa que o controle das zonas de incerteza depende da atuação das lideranças internas com seus respectivos perfis, assim como os rumos adotados têm relação com os contextos externos. Logo, a receptividade a uma atuação partidária com pautas mais conservadoras situadas na “nova” direita do espectro político, por exemplo, sofre influência de mudanças ambientais que também mobilizam personalidades internas ao partido. Identificar o perfil das lideranças dirigentes no Republicanos e no PL passa por essa percepção e está inserida em um contexto geral de maior atuação e afirmação de pautas mais conservadoras com agenda moral pró-família e pró-vida (GUADALUPE, 2018).

Essa atenção para o contexto organizacional deve ser percebida também em termos da centralização do poder nas mãos das elites partidárias. Quanto a isso, Panebianco (2005)

---

massas, concentrou-se mais especificamente no âmbito eleitoral. Desse modo, buscou substituir o debate mais pormenorizado por uma audiência maior e pelo sucesso eleitoral mais instantâneo, focalizando metas societárias mais nacionais que ultrapassassem os interesses de grupos. Isso significa certa superação das clivagens sociais características dos momentos iniciais dos partidos de massa para a incorporação de um público crescente (KIRCHHEIMER, 2012).

<sup>15</sup> Tal partido conta com as seguintes características: centralidade dos profissionais; apelo eleitoral, com vínculos organizativos verticais fracos; predomínio de representantes públicos; financiamento de grupos de interesse e de fundos públicos; e relevo em questões de forte apelo eleitoral. Desse modo, para além da burocratização característica da máquina partidária voltada ao seu próprio funcionamento, entra em cena uma especialização mais centrada no sucesso eleitoral (PANEBIANCO, 2005).

<sup>16</sup> Essa terminologia ressalta a relação de dependência entre a agremiação e o Estado, ilustrando-a com os seguintes elementos: a garantia de acesso aos meios de comunicação de massa, a modelagem de atividade e organização partidárias consoante regulamentações estatais; e a recepção de recursos do Estado para a alocação de estímulos personalizados aos membros do partido ou aos grupos sociais que lhe conferem suporte (KATZ & MAIR, 1994).

propõe uma tipologia organizacional entre partidos “oligárquicos” ou “poliárquicos”. Os primeiros possuem uma elite partidária capaz de manter grupos internos estáveis, fortes e coesos. Já os segundos têm uma elite partidária menos centralizadora, da qual decorrem grupos internos instáveis, dispersos e fragmentados. Esse aspecto ganha um relevo primordial aqui na discussão empreendida quanto ao Republicanos e ao PL, na medida em que a pesquisa sobre a composição da direção partidária e seus eventuais laços com grupos religiosos, assim como a recorrência de nomes nos cargos de direção durante diferentes mandatos, entre outros fatores, tendem a ilustrar o grau de centralização de poder nas elites do partido.

Outro indicador relevante trazido pelo autor acima que dialoga com a ordem organizativa e explica as estratégias assumidas pelos partidos é a institucionalização, tida como o processo mediante o qual a organização agrega valores e objetivos dos seus fundadores. Lemos (2016) sugere, inclusive, que a mensuração desse processo poderia ser feita segundo alguns elementos, quais sejam: a complexidade organizacional da instituição, a sua sobrevivência com o passar do tempo, a rotinização, a justaposição partidária, a densidade eleitoral e o número de filiações.

Panebianco (2005, p.103), por sua vez, apregoa que a mensuração da institucionalização pode ser feita segundo o grau de autonomia do ambiente e o de sistemicidade, isto é, de interdependência entre as partes da organização. Pensando em termos mais objetivos, a presença de diretórios indicaria o grau de sistemicidade dos partidos, já que expressaria o nível de autonomia das subunidades em relação à direção central (GUARNIERI, 2009). De todo modo, os indicadores mais gerais para Panebianco (2005, p. 110) seriam: o grau de desenvolvimento da organização extraparlamentar central; o grau de homogeneidade entre as subunidades organizativas de mesmo nível hierárquico; as modalidades de financiamento; as relações com as organizações colaterais externas e, finalmente, o nível de correspondência entre normas estatutárias e a “constituição material do partido”.

Vale sumarizar que a preocupação do último autor com a organização partidária estrutura-se em duas variáveis, a saber: 1) o modelo genético, a partir dos eixos de penetração territorial, de difusão territorial, ou ambos; presença ou não de estrutura externa que legitime o partido; caráter carismático ou não do partido; 2) o grau de institucionalização das agremiações, tal qual supramencionado, no qual se passa de um sistema de solidariedade para um sistema de interesses, com a ênfase de interesses seletivos e ideologia latente, segundo os critérios já mencionados. Cabe destacar que o tipo de desenvolvimento tem consequências para a coesão organizativa, na medida em que partidos que se desenvolvem por penetração

tendem a ter uma coalizão dominante coesa desde o princípio, ao passo que os que o fazem por difusão podem encontrar maiores empecilhos para a formação de lideranças e uma coalizão dominante cindida em diversos líderes.

Sem a pretensão de compilar todos os indicadores possíveis para a avaliação da institucionalização, compete aqui enfatizar a relevância de um estudo mais pormenorizado desse processo, uma vez que acaba incidindo sobre as modalidades de relação do partido com o seu ambiente. Isso ocorre porque tal processo interfere no modo com que se estabelece o controle sobre as “zonas de incerteza” e os incentivos seletivos, assim como a forma com a qual se constitui a “estrutura de oportunidades” (SCHLESINGER, 1966 apud NORRIS; LOVENDUSKI, 1995), entendida como uma determinação dos meios institucional e político que dá ensejo à manifestação de candidaturas. Trata-se, com efeito, de um elemento interessante para pensar na interlocução com grupos neopentecostais, segundo a chave de instituições “fortes” ou “fracas”.

De modo geral, pode-se afirmar que a uma institucionalização forte corresponde uma dominância de “integrações verticais” das elites, na medida em que as últimas entram na organização em níveis inferiores e ascendem ao vértice, ao passo que a uma fraca corresponde uma “integração horizontal”, isto é, as elites oriundas de contextos externos já entram no partido em níveis elevados (PANEBIANCO, 2005). Além disso, a presença de uma organização patrocinadora também tende a transformar a organização em uma instituição fraca, haja vista a tendência à manutenção do controle por parte da instância exógena, ainda conforme Panebianco (2005).

Percebe-se, então, que à ordem organizativa somam-se aspectos relacionados ao processo de institucionalização, sem prescindir do impacto do contexto externo na estruturação dessa relação. Ora, não seria exagero pensar que os aspectos de maior incidência na ordem organizativa dos partidos, os quais explicam a sua forma e o seu funcionamento, são a sua história organizativa, isto é, o seu passado e as relações estabelecidas com os mutantes ambientes externos (PANEBIANCO, 2005, p. 91).

Com efeito, trazendo para uma perspectiva mais empírica, a análise da emergência do Republicanos e do PL busca adensar essas percepções a partir de uma investigação do processo de amadurecimento das agremiações, incluindo a constituição normativa e a composição das lideranças, de modo a atentar para eventuais relações estabelecidas com grupos organizados, em especial aqui, os neopentecostais. Isto acontece porque a sensibilidade aos contextos de surgimento dos partidos, incluindo o exercício daquelas seis

“zonas de incerteza” supracitadas e o processo de institucionalização subsequente, implica considerar as inevitáveis negociações que as organizações precisam travar com forças exógenas.

Ademais, conforme lembram Katz e Mair (1994), práticas organizacionais, regras internas, formação da coalizão dominante (PANEBIANCO, 2005) e a seleção de candidatos são variáveis analíticas relevantes, já que direcionam o acesso ao poder interno do partido e influenciam nas relações dele com a sociedade civil e o Estado. Para fins do presente trabalho, a indagação que subsiste é o modo como tais forças, sob a forma de grupos neopentecostais, atuaram quando da formação e institucionalização do Republicanos e do PL, assim como o peso que eventualmente desempenham nas decisões do partido. Para tanto, cabe agora conhecer mais os critérios para a análise do nível organizacional a partir do estudo das hierarquias nacionais.

#### *1.2.2.3 Importância da organização e hierarquias nacionais*

Entender a relevância da atuação dos partidos e o contexto em que suas interações acontecem é imprescindível para a compreensão das decisões estratégicas adotadas pelas elites dirigentes e, de um modo mais amplo, do funcionamento mesmo da organização. Amaral (2013) constata a relevância de se pensar de modo mais detido na dimensão organizacional, à luz da existência de lacunas quanto ao estudo mais específico dessa dimensão. Embora suas raízes remontem aos apontamentos de Weber (1974; 2009) quanto à profissionalização dos partidos políticos e de Michels (1982), segundo a ideia de oligarquização da direção partidária, em fins do século XIX e início do XX, não se pode negligenciar que tais estudos foram cedendo lugar a investigações sobre sistemas partidários de modo mais amplo (PANEBIANCO, 2005). Desse modo, da pesquisa sobre a importância da liderança e da estrutura burocrática centralizada, passou-se a focalizar mais nas interações entre os partidos dentro do sistema (WOLINETZ, 2002).

Ademais, consoante Ribeiro (2013), a literatura partidária, salvo exceções, ainda favorece a função representativa dos partidos, com foco na agregação e canalização de demandas e nos vínculos com eleitores e atores organizados, o que reveste as investigações de uma conotação fortemente eleitoral. Além disso, Braga (2008) atribui, ainda, a escassez de estudos sobre a organização partidária na realidade brasileira ao diagnóstico predominante na literatura de que a combinação de presidencialismo com representação proporcional e lista

aberta teria culminado na existência de partidos organizacionalmente frágeis, pragmáticos e pouco representativos ou, ainda, com organizações pouco institucionalizadas (PERES, 2002). Em decorrência disso, Braga (2008) ressalta que poucos partidos foram abordados de modo sistemático, de maneira que escassas análises os contemplam com base em dados empíricos consistentes associados às questões organizacionais internas.

Não dá para perder de vista que a dinâmica de funcionamento da organização partidária diz muito sobre as estratégias adotadas em termos eleitorais, de participação na formação de governos, de canalização de demandas da sociedade e de orientações ideológicas. Isso advém do fato de que o funcionamento organizacional inclui elementos como os processos decisórios, as vinculações de lideranças com setores da sociedade, os documentos constitutivos e norteadores das decisões. Bolognesi e Costa (2015) enfatizam a organização partidária como causa essencial da porosidade dos partidos ao ingresso de grupos sociais expressivos.

Com efeito, o estudo mais detalhado do funcionamento do Republicanos e do PL, a partir sobretudo da investigação sobre a possibilidade de cruzamento com grupos religiosos neopentecostais, emerge como tentativa de contribuir para a compreensão das eventuais influências de segmentos religiosos nas determinações de rumos dos partidos, na criação mesma das agremiações, na tessitura dos contornos ideológicos assumidos e modificados a depender do contexto eleitoral em questão. Em suma, a intenção é traçar um quadro mais claro de como a direção dos partidos por vezes se mescla às ocupações que alguns de seus membros desempenham na sociedade, a exemplo de pastores. Tenta-se, pois, apreender se há simbiose entre essas posições, se o surgimento das legendas representa mais uma projeção de grupos religiosos específicos, se a conformação dos partidos no sistema partidário brasileiro responde à adequações eleitorais estratégicas de instituições alheias à esfera política. Instituições religiosas institucionalizam suas vertentes políticas? Há alguns estudos que tratam dessa suposição, os quais serão oportunamente destacados neste trabalho, mas aqui cabe sublinhar que para a compreensão dessas proposições é de suma importância estudar mais extensamente as especificidades das hierarquias nacionais no âmbito das organizações partidárias.

Em se tratando da realidade organizacional brasileira, Guimarães, Rodrigues e Braga (2019) afirmam que, sob o prisma geográfico, a organização dos partidos é estabelecida segundo um modelo conexional, no qual os níveis têm sua autonomia atrelada às limitações das competências decisórias, à chance de intervenção direta e aos aspectos de obrigatoriedade

comportamental. Tal achado contraria uma perspectiva corrente de que os partidos brasileiros teriam uma organização débil, com estruturas partidárias principais do tipo *catch-all* (MAINWARING, 2001), sem interesse no recrutamento de filiados e na abertura de canais internos de participação, com uma militância de base irrisória e limitada aos períodos de eleições, além de estarem, supostamente, imunes à influência da base e da sociedade de um modo geral (RIBEIRO, 2013). Ademais, contraria também a percepção de que os partidos latino-americanos, em geral, e os brasileiros, em específico, seriam marcados pela informalidade em seu âmago, estando distantes do que preconizam seus estatutos (FREIDENBERG; LEVITSKY, 2007). Consoante esta última visão, enquanto a organização formal abrangeria os escritórios central e locais, as burocracias, as sedes e as células, a informal abrigaria comportamentos de militantes alheios à promoção oficial do partido<sup>17</sup>, com tomada de decisões também estranhas ao estabelecido pelas normas. Em realidade, aspectos formais e informais coexistem nas estruturas partidárias, repousando a caracterização dos partidos no peso relativo que tais aspectos exercem nas estruturas internas.

Não obstante, a partir de meados dos anos 1990, emergiram estudos que adotaram uma visão mais otimista, ressaltando-se as devidas proporções ao termo, do funcionamento partidário. Neles, os partidos aparecem como atores essenciais para a sustentação de governos, a exemplo de pesquisas sobre disciplina partidária (AMORIM NETO; SANTOS, 2001), governabilidade (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2007) ou distinções ideológicas (RODRIGUES, 2002), para ficar em alguns casos.

Com efeito, atentar para a estrutura organizacional dos partidos significa reconhecer que parte do protagonismo assumido pelas agremiações se deve à constelação de oportunidades e de limitações estipuladas em seus desenhos institucionais. Guimarães, Rodrigues e Braga (2019) enfatizam, inclusive, que, em âmbito brasileiro, as estruturas que organizam os partidos refletem a própria dinâmica federativa, na medida em que cada cargo disponível possui uma estrutura correlata, havendo uma organização interna de elevada intensidade. Para fins de análise, então, é necessário recorrer aos documentos partidários para a compreensão primária dos aspectos formais e posterior compreensão do funcionamento das instâncias em termos mais práticos.

---

<sup>17</sup> Entendida como a condição em que a estrutura formal dos partidos é a responsável pela direção, realização ou respaldo de atividades eleitorais, estratégicas, organizacionais ou de governo (FREIDENBERG; LEVITSKY, 2007).

Nesse ponto cabe fazer o adendo de que, embora se questione a fidedignidade entre o funcionamento prescrito nos estatutos e o que se estabelece na realidade<sup>18</sup>, o recurso ao instituído nos documentos partidários representa uma ferramenta importante para apreender as estruturas dos partidos brasileiros (RIBEIRO, 2013). É preciso lembrar que a primeira estratégia para compreender a organização é olhar para a subdivisão dos órgãos e das competências previstas nos estatutos. Em se tratando do Brasil, sabe-se que o estatuto é elemento obrigatório para o registro no Tribunal Superior eleitoral, tal qual reza a Lei 9.096/95<sup>19</sup>, sendo responsável pelo “nascimento” da agremiação. Consoante, destacam Guimarães, Rodrigues e Braga (2019), tal documento enquanto fonte primária para a consideração formal do partido representa tanto o ponto de partida do Direito como o de localização, expressando os valores da entidade.

Além disso, Panebianco (2005) considerava que os estatutos e regimentos funcionavam como pontos de partida para a análise da organização e é em tal condição que se pretende começar o estudo das estruturas do Republicanos e do PL, de modo a derivar das prerrogativas dos cargos a participação de grupos sociais específicos. Tais documentos representam também a face pública do partido e estão disponíveis a uma pesquisa que se fundamenta em bases mais empíricas, além de regularem a dinâmica intrapartidária, no que tange à competição pelos cargos dirigentes, às interações entre as instâncias, ao controle sobre os recursos organizativos, dentre outras funções (RIBEIRO, 2013).

Vale ressaltar que, não obstante as mudanças estabelecidas a partir da lei de 1995 no sentido de maior flexibilização dos desenhos institucionais das legendas, as alterações levadas a cabo pelas lideranças partidárias mantiveram características institucionais herdadas da Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP). Isso significa que o que houve foram atualizações pouco expressivas no concernente à estrutura decisória, de acordo com Ribeiro (2013). Com efeito, se a estrutura determinada por essa última lei fazia eco à organização federalista do Estado, o desenho adotado/mantido foi da Convenção enquanto instância deliberativa máxima em cada esfera, sendo responsável pela eleição do diretório, o qual elegia a executiva.

---

<sup>18</sup> Trata-se da ideia de cisão entre a organização formal e a informal (FREIDENBERG; LEVISTSKY, 2007).

<sup>19</sup> “Lei dos Partidos Políticos” instituída em 1995 que estabeleceu a autonomia dos partidos políticos em se tratando de sua organização interna, substituindo a “Lei Orgânica dos Partidos Políticos” de 1971 que padronizava os requisitos formais das legendas.

Guarnieri (2009), ao pesquisar os *principais partidos brasileiros*<sup>20</sup> no ano de 2007, encontrou seis tipos de órgãos partidários, quais sejam: 1) órgãos de deliberação; 2) órgãos de direção e de ação partidária; 3) órgãos de ação parlamentar; 4) órgãos auxiliares; 5) órgãos de pesquisa, doutrinação e educação política e 6) órgãos de cooperação. As instâncias e algumas das principais atribuições deles estão elencadas no Quadro 1.

Quadro 1- Órgãos partidários, suas instâncias e principais atribuições

Órgãos partidários	Instâncias	Atribuições
Órgãos de deliberação	Convenções nacional, estadual, municipal e zonal	Instância responsável pela seleção de candidatos, definição de alianças eleitorais, decisão sobre programa e estatuto do partido, dentre outras.
Órgãos de direção e de ação partidária	Diretórios; comissões executivas nacional, estadual e municipal e comissões provisórias	Instância responsável pelos processos internos do partido, tais quais redigir normas que regulamentem estatuto, convocação e definição das regras de funcionamento das convenções, aplicação de penalidades, julgamento de recursos, dentre outras. Cabe ressaltar que as comissões executivas são as que exercem, de fato, as responsabilidades mencionadas.
Órgãos de ação parlamentar	Bancadas parlamentares no Senado, na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras Municipais	Instância responsável por orientar o voto dos parlamentares e, a depender do caso, decidir a respeito da participação no governo.
Órgãos auxiliares	Conselhos de Ética e Fiscal	Instância responsável pela fiscalização das finanças e dos deveres dos filiados.
Órgãos de pesquisa, doutrinação e educação política	Fundações ou institutos	Responsáveis por funções correlatas à sua designação.
Órgãos de cooperação	Núcleos e secretariados	Representação de segmentos sociais, como jovens, mulheres, negros, sindicatos, dentre outros.

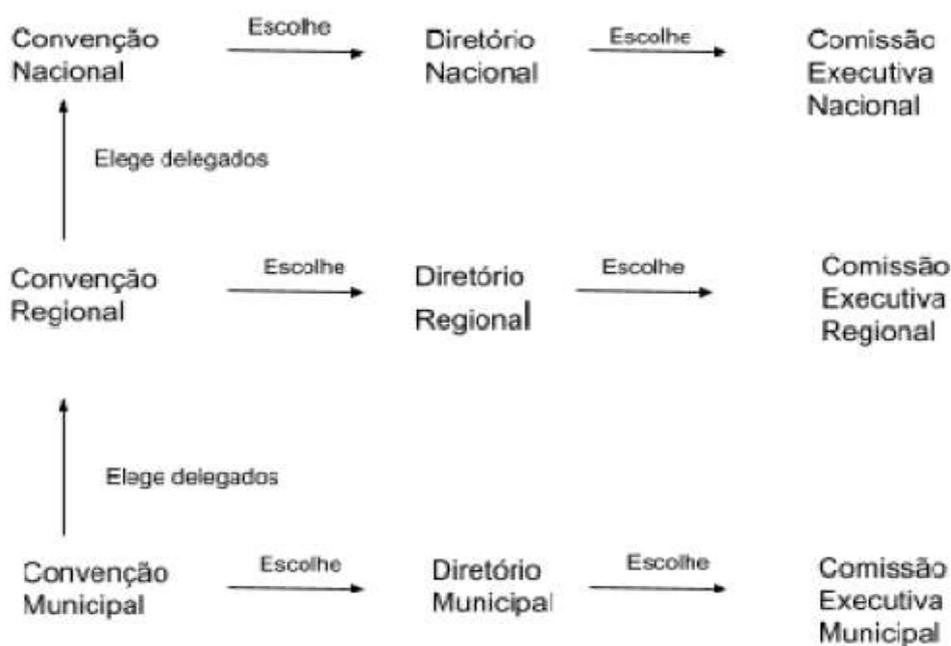
Fonte: Elaboração própria a partir de especificações de Guarnieri (2009).

Cabe situar que os órgãos mais importantes na arena eleitoral são os de deliberação e de direção partidária. Na prática, segundo o autor supracitado, a vida partidária gira em torno da disputa pelo controle de tais instâncias, sendo as demais de relevância mais reduzida. Nesse sentido, o órgão máximo de decisão é a Convenção Nacional, a qual decide sobre as estratégias políticas do partido, como a escolha de alianças eleitorais. Em tese, a formação dessa convenção se daria do nível municipal para o nacional, cabendo à Convenção Municipal

<sup>20</sup> Guarnieri (2009) considerou em sua pesquisa como principais partidos brasileiros aqueles que tinham 1 milhão ou mais de filiados no ano de 2007, com as suas nomenclaturas de então, quais sejam: PP/PDS, PMDB, PTB, PDT, PT, PSDB, DEM/PFL.

selecionar os membros do Diretório municipal e estes o da Comissão Executiva Municipal. A Convenção Municipal escolhe também os delegados à Convenção Regional e esta elege os membros do Diretório Regional, os quais, por sua vez, selecionam os membros da Comissão Executiva Regional. Ademais, a Convenção Regional escolhe os delegados à Convenção Nacional, a qual elege os integrantes do Diretório Nacional, que formarão a Comissão Executiva Nacional. A Figura 1 elaborada por Guarnieri (2009) e reproduzida abaixo resume essa organização hierárquica.

Figura 1- Processo de formação dos órgãos de deliberação e de direção dos partidos brasileiros



Fonte: GUARNIERI (2009)

Trata-se, pois, de um arranjo com diferentes órgãos e competências. Mais especificamente para fins do presente estudo, cabe resgatar, em especial, três critérios aplicados por Nascimento (2017), com base em Guarnieri (2009) e em Panebianco (2005), quais sejam :i) a composição da liderança partidária, ii) a organização dos órgãos partidários e iii) o crescimento do partido. O primeiro faz menção aos perfis dos dirigentes dos partidos, sendo relevante mapeá-los em órgãos de direção e de ação partidária, como Comissão Executiva Nacional e Diretório Nacional. O segundo critério refere-se à presença e durabilidade de órgãos de direção, citados acima, e de deliberação, como as Convenções

Nacional, Estadual, Municipal e Zonal. Como o propósito aqui é pensar as eventuais relações entre instâncias decisórias partidárias e grupos neopentecostais, especialmente iurdianos, o foco dado será nos órgãos de direção. O terceiro, por fim, diz respeito ao desempenho eleitoral dos partidos nos pleitos que concorreram desde a sua fundação ou fusão, no caso do PL. Republicanos e PL possuem uma organização partidária compatível com uma presença constante? Há enlace constitutivo e contínuo com grupos religiosos neopentecostais, tal como sugerido pela literatura? Antes de tentar responder a estas perguntas, cumpre conhecer mais um pouco das interconexões entre a religião e a política, sobretudo a partir da compreensão do fenômeno neopentecostal e sua relação com partidos políticos. Tarefa reservada ao capítulo que segue.

### 1.3 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

De modo geral, o capítulo buscou apresentar teoricamente aspectos relevantes para o trabalho empírico a ser desenvolvido no terceiro capítulo. Para tanto, à luz do questionamento sobre a forma com que se estabelece a relação entre as organizações partidárias do Republicanos e do PL e as organizações confessionais, em especial iurdianas, o capítulo obedeceu ao passo a passo que segue.

Em um primeiro momento recorreu-se à literatura mais abrangente sobre sistemas partidários, demarcando a sua relevância para o estudo organizacional dos partidos, uma vez que representa o contexto em que as agremiações são criadas e sobrevivem. Assim, fez sentido trazer uma breve discussão sobre a emergência de novos partidos, entendidos tanto como os criados originalmente quanto os que derivam de fusões, por exemplo. Nesse ponto, fez-se essencial uma apresentação do sistema partidário brasileiro, sobretudo com suas especificidades e constrangimentos à atuação partidária em conexão com grupos sociais.

Em um segundo momento, para lidar mais especificamente com o funcionamento dos partidos políticos, foi necessário situar os seus contextos de surgimento e as diferentes tipologias adotadas por critérios analíticos, a fim de que fosse possível melhor situar a conexão entre partido e sociedade. Sobretudo nessa seção, buscou-se caracterizar a organização dos partidos brasileiros, a partir da apresentação de suas hierarquias nacionais e das suas particularidades. Como os dois partidos que são alvo desse estudo -Republicanos e Partido Liberal- surgiram em um contexto de sistema partidário pós-redemocratização no Brasil, coube também uma breve historicização do período. Seguindo nessa toada, é

importante situar que tal contexto, sobretudo nas movimentações da Assembleia Constituinte para a redação da Constituição de 1988, também marcou um novo comportamento de grupos pentecostais e neopentecostais em direção à política e aos partidos políticos.

De um modo geral, pois, a tônica do capítulo e da pesquisa apoia-se na percepção de que, embora haja um esforço contemporâneo de focalização na esfera partidária, não se constata significativamente, ainda, pesquisas sistemáticas sobre a organização interna de partidos que poderiam ser tidos como confessionais *à brasileira*. Conforme visto nas primeiras seções deste capítulo, estudos sobre os partidos enquanto organizações já dão algumas pistas sobre critérios a serem considerados, cabendo aqui especial atenção às seis atividades vitais trazidas por Panebianco (2005), quais sejam: a competência, o gerenciamento das relações com o ambiente, as comunicações internas, as regras formais, o financiamento e o recrutamento; somadas, sobretudo, aos critérios trazidos por Nascimento (2017) para mapeamento da organização.

Mainwaring (2001) sugere que a suposta falta de importância das organizações partidárias nacionais na escolha de candidatos teria culminado na existência de partidos *catch-all* associados às bancadas heterogêneas em ideologia e baixa disciplina parlamentar. Com efeito, a ideia corrente é analisar organizacionalmente o Republicanos e o PL de modo a observar o grau de adequação dessas observações a tais agremiações. Como ambos os partidos possuem um histórico de vinculações com grupos neopentecostais, em especial iurdianos, o capítulo que segue busca contextualizar o aumento da presença evangélica em termos sociais, assim como a tradução política do fenômeno, apresentando as relações mais específicas do segmento neopentecostal com o meio político-partidário. Isso será importante para a análise organizacional dos dois partidos em cena no terceiro capítulo.

## 2 ENTRECruzAMENTO ENTRE RELIGIÃO E POLÍTICA

### 2.1 INTRODUÇÃO

O enlace entre religião e política, embora não seja um fenômeno recente em termos de incidência na história, consiste em tema recorrentemente tratado pela literatura politológica nos últimos anos, a partir, sobretudo, das investigações sobre o fenômeno evangélico. Alguns dos estudos recentes se estendem por um espectro que cobre as dimensões eleitoral (TANAKA, 2018; VALLE, 2013; LACERDA, 2017a, NASCIMENTO, 2017; ARQUER; TANAKA, 2016; RODRIGUES; FUKS, 2015, ORO, 2003; BOHN, 2004; CARLOMAGNO, 2018; CARREIRO, 2017), partidária (BORGES, 2009; BORGES; BABIRESKI, 2018; BORGES; BABIRESKI; BOLOGNESI, 2017; GERARDI, 2016) e parlamentar (DANTAS, 2011; MAIA, 2012; TREVISAN, 2013; ZALUAR; GONÇALVES, 2017), buscando compreender as dinâmicas que caracterizariam um suposto “voto evangélico”, assim como o recrutamento partidário de candidatos confessionais, os quais se encontram dispersos em diferentes legendas e perfis de atuação parlamentar.

Nessa toada de contato entre as esferas evangélica e partidária, como o primeiro capítulo lidou com a dimensão organizacional dos partidos, este segundo capítulo procura focalizar a dimensão evangélica. Com efeito, as seções que seguem buscam historicizar a presença dos evangélicos na sociedade e na política brasileiras, sobretudo a partir de seu imbricamento com partidos políticos. Nesse ínterim, destaca-se uma subseção dedicada à Igreja Universal do Reino de Deus, uma vez que se trata da denominação que possui presença recorrente na biografia dos dois partidos aqui estudados. Para a compreensão desta interrelação, faz-se mister, em um primeiro momento, atentar para o surgimento e a consolidação do fenômeno evangélico no Brasil e, em um segundo momento, para a inserção desse grupo na política partidária.

### 2.2 O FENÔMENO EVANGÉLICO NO BRASIL

Embora os censos realizados no século XIX no Brasil tenham registrado um número muito pouco significativo de evangélicos, algo em torno de 1% da população em 1890 (SMITH, 2019), ao longo do século XX, ondas de evangélicos, protestantes e missionários pentecostais foram sentidas em várias partes do país (ORO, 2005). Isso aconteceu porque,

com a Proclamação da República, no ano de 1889, houve a queda do Padroado Régio e a liberdade religiosa passou a vigorar, impulsionando o proselitismo e a disseminação do protestantismo para segmentos diversos da sociedade, sobretudo entre as camadas baixas e médias (SILVA, 2017).

A título de contextualização, é preciso voltar um pouco na linha histórica para compreender as ondas protestantes que se espalharam em território brasileiro. Tratam-se de movimentos que foram além das incursões esporádicas durante o período colonial consoante se agudizavam as guerras religiosas decorrentes da Reforma Protestante, conforme ressalta Silva (2017). Segundo a autora, teria havido três grandes ondas que se estenderam do século XIX ao XX.

A primeira grande onda marcada pela presença sistemática de protestantes no país se fez sentir na primeira metade do século XIX em virtude de uma constelação de fatores econômicos e políticos, como a abertura dos portos às nações amigas, em especial à Inglaterra, e a imigração europeia a partir de 1808.

A segunda onda aconteceu na outra metade do século XIX e recebeu a alcunha de protestantismo missionário, já que, somando-se à política liberal de estímulo a imigrantes europeus, teve-se uma nova onda migratória proveniente dos Estados Unidos, tanto por conta de interesses comerciais quanto em decorrência do avivamento missionário<sup>21</sup> ocorrido entre os protestantes norte-americanos.

Enfim, no início do século XX inaugurou-se uma terceira onda, já nomeada como pentecostal, cuja natureza será definida adiante, a qual foi estimulada pela crescente urbanização do país. Rolim (1985) aponta uma relação entre repressão política e crescimento pentecostal entre os anos 1940 e 1980, a partir da ideia de que o ativismo político teria convergido em retirada para a religião. Em meados da década de 1970, também, emergiu o movimento neopentecostal, que aportou inovações no campo religioso, as quais serão oportunamente especificadas.

De todo modo, em termos estatísticos esse aumento da presença protestante se fez sentir de modo cada vez mais acelerado em detrimento da religião católica, chegando ao ponto de nos anos 1970 haver, para cada evangélico, protestante ou neopentecostal, 18 católicos; número que caiu para três em 2010 (SMITH, 2019). Reiterando isso, Coutinho e Golgher (2014) lembram que a redução presente no censo demográfico segundo a qual o

---

<sup>21</sup> Os movimentos avivalistas emergiram na Europa durante a Revolução Industrial e se propunham a um despertar no sentido de fortalecer a crença, estimulando orações e isolamento (MAIA, 2006). Ver mais detalhes em Robbins (2004).

percentual de católicos saiu de 95% em 1940 para 65% em 2010, pode ser atribuída, sobretudo, ao crescimento de igrejas pentecostais. Inclusive, o crescimento de protestantes foi de 3% para 22% nesse mesmo período, sendo que nos anos 1980 a porcentagem era de 6,6%. Portanto, o salto mais significativo se deu a partir dessa década, período em que se teve uma tradução política de tal crescimento, como se verá adiante. Mariano e Pierucci (1992) ressaltam que essa ascensão das igrejas reformadas no país de colonização católica deve-se, sobremaneira, ao modelo bem-sucedido de proselitismo de base das vertentes pentecostais.

Quando se pensa nesse aumento acelerado, é importante fazer coro à Robbins (2004) e buscar uma maior precisão conceitual, daí a relevância em lembrar que as raízes do pentecostalismo remontam a uma tradição evangélica protestante que cresceu no século XVIII em ambiente anglo-americano conhecido como o “Grande Despertar”. Desse modo, o pentecostalismo nascera dos esforços de construção de um ambiente sobrenatural estável e uma experiência robusta do cristianismo. A origem de tal movimento remonta às doutrinas de John Wesley, fundador da vertente metodista, nos anos de 1901 e 1906 nos Estados Unidos e tinha a crença de que o homem deveria, depois da justificação, se dedicar à santificação (MAIA, 2006). Justamente a ênfase nesta santificação dá vazão à doutrina básica do pentecostalismo que seria o batismo do Espírito Santo.

Cabe especificar aqui que o termo “Pentecostal” refere-se a um milagre presente no Livro dos Atos na Bíblia, vivido pelos apóstolos cinquenta dias depois da ressurreição de Cristo, no dia de Pentecostes (MARIANO; PIERUCCI, 1992). Em tal evento, o Espírito Santo teria descido até uma assembleia de discípulos e estes começaram a falar uma multiplicidade de línguas estrangeiras. Assim, teologicamente, os pentecostais reforçam a presença do Espírito Santo, o qual promove milagres, tais como curas, exorcismo do demônio e habilidade de falar em línguas (SMITH, 2019), e têm sua origem dentro do Cristianismo ocidental, particularmente na América do Norte (ROBBINS, 2004). Em suma, conforme aduz Santos (2009, p.16-17), o pentecostalismo trouxe um *novo* atributo no comportamento dos fiéis no período da liturgia, o qual “passou a ser marcado pela emoção, sentimentalismo forte, gritos, choro, decorrentes do fato dos fiéis estarem possuídos pelo Espírito Santo”. Trata-se de um ramo cristão protestante cujo crescimento acelerado justifica previsões de que está a caminho de suplantare o Catolicismo e se estabelecer como a forma global predominante de Cristianismo do século XXI (CASANOVA, 2001).

Embora se compreenda que tecnicamente haja indivíduos e congregações pentecostais que não sejam necessariamente evangélicos/protestantes<sup>22</sup>, em termos práticos é possível constatar que tais grupos tendem a agir e a pensar de modos similares, como se depreende em alguns *surveys* realizados em que respondentes por vezes se veem como pertencentes aos dois grupos (SMITH, 2019). É o que também afirmam Mariano e Pierucci (1992) ao destacarem que, diferentemente dos Estados Unidos, o termo *evangélico* abrange tanto as denominações protestantes históricas quanto as pentecostais e neopentecostais. Vale a pena mencionar que há uma abordagem paralela, como a retomada por Abumanssur (2011), a qual situa que, para além da herança do protestantismo de matriz norte-americana, para entender o forte apelo que igrejas neopentecostais possuem em camadas populares e periféricas do Brasil, seria interessante considerar que o pentecostalismo aparece como uma religião flexível e em consonância com as formas populares e tradicionais de visões da realidade. Ora, Freston (1993, p. 11) já afirmava que a pouca incidência midiática do pentecostalismo nas últimas décadas do século XX devia-se ao fato dessa ser uma “religião de pobres”, não contando, pois, com defensores eruditos nem com o prestígio do “popular”, do “nacional” ou do “místico”.

De qualquer forma, para contextualização da emergência e do enraizamento dessa vertente do cristianismo na sociedade brasileira, é válido o tracejar de sua linha histórica fundamentalmente atrelada ao legado norte-americano. É importante ressaltar que existem algumas subdivisões criadas por estudiosos do pentecostalismo no Brasil. Contudo, diante de certa concordância de que a partir de meados da segunda metade do século XX houve o surgimento de outros grupos religiosos que não poderiam ser enquadrados como protestantes ou até pentecostais, vale a pena trazer uma subdivisão que se tornou de uso corrente<sup>23</sup>.

Trata-se do segmento neopentecostal, o qual emergira nos anos 1970 e trouxe duas contribuições ao Cristianismo, quais sejam: 1) a teologia da prosperidade, segundo a qual os crentes seriam recompensados divinamente com bênçãos materiais, saúde física ou mental e prosperidade financeira, com especial ênfase no sobrenatural e 2) a noção de “guerra espiritual”, a qual faz menção aos conflitos cotidianos que resultam do encontro com espíritos maléficos e demônios que podem ser expulsos dos corpos (SMITH, 2019). Essa inovação forçou, inclusive, outros grupos religiosos a se adaptarem para a manutenção da competição. Mariano (1996, p.124) acrescenta que as ditas igrejas neopentecostais se apresentam mais

---

<sup>22</sup> Ver mais em SMITH (2019); ROBBINS (2004).

<sup>23</sup> Ver uma discussão mais aprofundada em Santos (2009).

maleáveis e adaptadas à sociedade de consumo, sendo eficientes no *marketing* e no evangelismo via mídias eletrônicas, além de adotarem um perfil mais liberal, com menos exigências éticas e comportamentais, transformando, pois, o “nascer de novo” em algo menos traumático e mais acomodado aos interesses mundanos. Tornaram-se, assim, mais atraentes e competitivas.

E compreender essa dimensão da competição é relevante, pois a atuação política dos diferentes ramos protestantes no Brasil está relacionada às características demográficas e ao segmento institucional do protestantismo (FREESTON, 1993). É nesse ínterim que se constata a assunção do protagonismo por parte de algumas denominações, em especial a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), a qual parece ter estruturado o sistema político evangélico.

### 2.3 IURD: ENTRE A RELIGIÃO E A POLÍTICA

É importante nesse ponto descrever melhor o surgimento e o funcionamento da Igreja Universal do Reino de Deus, haja vista se tratar da denominação que parece ter traçado uma estratégia mais sistemática de presença na esfera política, estimulando comportamentos miméticos à proporção dos seus significativos sucessos eleitorais (ORO, 2003; FREESTON, 1993; MARIANO, 2003). Oro (2003) ressalta que esse sucesso eleitoral tem relação profunda com o carisma institucional, assim como com a utilização extensiva e intensiva da mídia e de uma prática discursiva que transpõe para a esfera política significativos elementos simbólicos da esfera religiosa.

De forma ilustrativa, a fala do Bispo Rodrigues publicada pela Folha Universal em 21/06/1998 e reproduzida por Santos (2009, p. 15) parece se encaixar bem nisso:

O Senhor Jesus disse que se devia dar a César o que é de César, mas a Deus, o que é de Deus. É bom saber que o próprio lugar de César pertence a Deus. Os cristãos primitivos anunciavam isso dizendo que “Só Jesus é Senhor”. A IURD ostenta com alegria, em todos os seus templos, a inscrição Jesus Cristo é o Senhor, proclamando a todo mundo em quem deposita sua confiança. É tempo de pensar em eleições, o povo de Deus precisa mostrar que realmente deve estar no comando.

Depreende-se daí uma forte ligação entre elementos simbólicos e políticos, de modo a conclamar correligionários para pensar sobre o processo eleitoral. Porém, para melhor compreender a prática da Igreja na esfera política, cumpre apresentar antes a dimensão religiosa.

A primeira Igreja da IURD foi fundada na sala de uma ex-funerária no Bairro da Abolição, no Rio de Janeiro, e o primeiro culto foi realizado em 9 de julho de 1977. Antes disso, segundo o site da Universal, o Bispo Edir Macedo, fundador da Igreja, já fazia pregações aos sábados em um coreto no Subúrbio do Rio de Janeiro<sup>24</sup>. Tal período de surgimento corresponde ao que Freston (1993, p.95) sinaliza como terceira onda do pentecostalismo, diferente da terceira onda evangélica já referida em seção anterior, a qual teria surgido no final dos anos 70 e ganhado força nos 80, tendo a IURD como o “produto institucional mais famoso”. Tal versão pentecostal, ou novo pentecostalismo, emergira no contexto de um Rio de Janeiro em decadência econômica, impactado pelo “populismo político e pela máfia do jogo”, adaptando-se rapidamente à cultura urbana muito influenciada pela televisão (FRESTON, 1993, p.95).

O crescimento da IURD mostrou-se muito expressivo nas décadas seguintes, espalhando-se rapidamente pelo Brasil e por diversos países. A igreja possui inserção marcante nos meios de comunicação de massa, sendo detentora de uma rede de televisão, a TV Record, de mais de 64 emissoras de rádio, além de exercer uma atividade intensa nas redes sociais. Dentre as explicações para tamanho êxito, Mariano (1996, p.125) aponta que grande parte do sucesso se deu ao unir artificios modernos da propaganda e da comunicação de massa com aspectos mais “arcaico[s]” no plano religioso, como curas sobrenaturais, práticas mágicas e exorcismos. De qualquer forma, sua expansão estrondosa em um mercado religioso fragmentado e competitivo, como o brasileiro, parece estar muito vinculada ao fato de não ter se restringido ao nicho religioso, vide a compra de empresas diversas, incluindo os veículos de mídia supramencionados.

A realidade é que a expansão da Igreja está associada ao “modelo de organização e gestão denominacional de molde empresarial” (MARIANO, 2003, p. 115), também ensaiado por outras denominações. Com efeito, tem-se um processo de centralização administrativa, financeira e eclesiástica, cujo governo verticalizado e centralizado (MARIANO, 2004, ORO, 2003) garante maior controle às autoridades iurdianas. A hierarquia piramidal, calcada em bispados regionais, comissões responsáveis por temas específicos e pastores regionais e locais reflete na divisão do trabalho religioso e no elevado nível de centralidade (NASCIMENTO, 2017).

---

<sup>24</sup> UNIVERSAL. **Universal**. História da Universal. Disponível em: <https://www.universal.org/a-universal/nossa-historia/>. Acesso em: 5 maio 2020.

Justamente essa forma de organização concentradora de poder reverbera na atuação política da instituição. A tradução do fenômeno religioso no fenômeno político de um modo geral será melhor descrita na seção seguinte, mas aqui se faz importante uma breve descrição da vinculação da IURD à esfera política, haja vista se tratar de um ator central no meio político religioso, em especial para os dois partidos que são alvo da presente pesquisa, cujas histórias se entrelaçam.

Assim sendo, a prática política efetiva da IURD teve início em 1986 com a eleição de um deputado federal para a Assembleia Nacional Constituinte e foi aumentando à medida que mais cadeiras eram adquiridas nas legislaturas proporcionais que se seguiram. Inclusive, sua crescente presença no Congresso Nacional contribuiu para alargar a chamada *bancada evangélica*<sup>25</sup> (ORO, 2003).

Quanto à atuação de representantes na Câmara ligados à denominação havia a percepção de que a distribuição de deputados em diferentes partidos a fim de alcançar maior poder de barganha política indicava o modo “sofisticado” de fazer política da IURD (ORO, 2003). Segundo Nascimento (2017), a IURD tem a particularidade de ter sido a primeira igreja pentecostal<sup>26</sup> a lançar seus próprios candidatos oficiais<sup>27</sup>, garantindo-lhes assessoria, financiamento e suporte, além de distribuição pelo distrito eleitoral; tudo isso se utilizando de sua própria estrutura, o que a tornaria uma instituição autossuficiente. Ademais, há o reconhecimento de pesquisadores de que haveria um perfil específico de candidatos mais afeitos às demandas da igreja, como cantores gospel, pastores e personalidades midiáticas, sobretudo as pertencentes à mídia evangélica (FREESTON, 1993; ORO, 2003; MACHADO, 2006). Desse modo, garantir-se-ia o vínculo estreito entre candidato e igreja.

Inclusive, conforme ressalta Nascimento (2017), candidatos eleitos ainda permanecem sob supervisão do Conselho dos Bispos (grupo de dirigentes da igreja) que tem o hábito de monitorar a frequência dos representantes nas sessões, assim como o conteúdo dos

<sup>25</sup> A assim chamada bancada evangélica na Câmara dos Deputados surgiu a partir da Assembleia Constituinte em 1986, com a eleição de 32 deputados federais evangélicos no mesmo ano, com crescente representação. Sua atuação foi diversificada e voltada para a defesa dos interesses das igrejas evangélicas e de seus valores no âmbito da sociedade (MAIA, 2012). Em 2003, tal bancada foi substituída pela Frente Parlamentar Evangélica, a qual atua até os dias correntes não só no Legislativo Federal, mas também projeta essa organização a vários estados e municípios brasileiros, conforme Maia (2012).

<sup>26</sup> Aqui a autora usa o termo *pentecostal*, embora parte da literatura reconheça se tratar de um fenômeno neopentecostal. A reprodução do termo aqui não acarreta prejuízos, uma vez que, para fins práticos, há a sugestão que tais grupos tendem a agir de modos similares, conforme já relatado acima.

<sup>27</sup> ORO (2003) argumenta que a IURD começou a adotar o modelo corporativo de “candidatura oficial” a partir de 1997. Segundo tal modelo, o número de candidatos para os diferentes cargos eletivos está associado ao capital eleitoral à disposição. Dessa forma, a igreja assumiu um papel que até então era reservado aos partidos políticos e acabou produzindo efeitos miméticos em outras denominações (NASCIMENTO, 2017).

discursos e os votos no Congresso, tratando-se de uma forma de avaliação da possibilidade do incumbente ser relançado. Esse aspecto parece refletir a forte liderança da IURD. Não seria passível de uma avaliação correlata a possibilidade da presença de membros da igreja em cargos de direção partidária ecoar determinações denominacionais? E, além disso, por mais que se reconheça a presença iurdiana junto ao então PRB, atual Republicanos, considerando o efeito mimético adotado por outras igrejas pentecostais (ORO, 2003), será que há a presença de membros de outras igrejas nas fileiras históricas do atual PL? Qual é a relação das organizações partidárias, em termos de composição das lideranças, com denominações religiosas, em especial a IURD, a qual protagoniza o fenômeno neopentecostal na política?

Entender parte do funcionamento dessa instituição religiosa se faz importante aqui, uma vez que, ainda que não seja discutida a seleção em si de candidatos por parte da agremiação, conhecer o nível de diversificação dos *negócios* e a centralização decisória ajudam a traçar um balanço tanto de sua passagem mais incisiva pelo PL quanto de sua forte presença no Republicanos. Tais aspectos serão mais detalhadamente abordados no capítulo seguinte, antes cumpre só apresentar melhor o cruzamento do fenômeno neopentecostal, de modo mais amplo, com a política.

## 2.4 REFLEXOS DO FENÔMENO NEOPENTECOSTAL NA POLÍTICA

A rápida expansão em termos numéricos do número de evangélicos retratada na primeira seção deste capítulo por si só já aguça, e aguçou, uma série de investigações sobre a tradução política do fenômeno. Freston (1993) ressalta também certos aspectos que aumentam o seu potencial político, como o elevado índice de prática, o forte sentimento de minoria e a natureza sectária da socialização pentecostal. No tocante à seara partidária, para Machado (2012), desde as eleições de 1998, os partidos têm se interessado paulatinamente pelos pentecostais, mediante o encorajamento de líderes para a afiliação partidária de atores religiosos, segundo a expectativa de ampliação do sucesso eleitoral. Tal aspecto favoreceria a entrada desse segmento religioso não apenas na política em si, mas também na direção de máquinas partidárias. Esse fato insere-se em um espectro mais amplo de discussões acerca da relação entre os partidos políticos e os grupos sociais, as quais são recorrentes nos estudos inaugurais sobre o funcionamento e os objetivos das democracias representativas, que se estenderam pelos séculos XIX e XX (BORGES; BABIRESKI, 2018). Tais discussões tinham

preocupações que giravam em torno da ideia de aquisição de influência sobre a ação comunitária (WEBER, 2002), por exemplo.

A literatura subsequente, ao seu turno, subdividiu-se em reflexões diferentes sobre as formas com as quais os grupos sociais teriam acesso ao sistema político, incluindo a criação de partidos. Com efeito, emergiram tanto explicações estruturais, societais e institucionais, quanto as que enfatizaram as estratégias das elites, cujo foco estaria na natureza dinâmica do comportamento dessas, na organização eleitoral e na manifestação política das forças sociais em ascensão (BORGES; BABIRESKI, 2018). Ainda assim, Norris e Lovenduski (1995) ressaltam a dificuldade em discernir a oferta que emerge do mundo social da demanda controlada pelas organizações. Talvez a presença, paulatinamente, marcante do fenômeno evangélico na experiência política brasileira represente uma possibilidade de lidar com essa dificuldade.

Conforme lembra Silva (2017), o interesse em participar do jogo político foi se desenhando a partir da proclamação da República e do estabelecimento da liberdade religiosa. No início, essa participação oscilava entre o reconhecimento dos problemas políticos, enquanto dificuldades oriundas da ausência do Evangelho na vida de governantes e governados, e a recomendação de que a solução de problemas relacionados à corrupção e às fraudes eleitorais estaria na conversão aos princípios evangélicos. Ainda assim, há casos de evangélicos que exerceram mandatos nos anos 1940 e 1950, associados, principalmente, às demandas dos grupos religiosos, segundo a autora supracitada.

De qualquer forma, a presença mais robusta de representantes religiosos em posições de destaque na política internacional se fez sentir concomitantemente ao aumento em termos numéricos do número de fiéis. Desse modo, tal tendência de crescimento em âmbito populacional também é acompanhada no Congresso Nacional, onde, a título de ilustração, conforme afirma a jornalista Dip (2017) fazendo eco à antropóloga Christina Vital, em 2017, havia entre oitenta e noventa parlamentares evangélicos ligados à Frente Parlamentar Evangélica (FPE), mais do que o dobro de 2003, ano em que foi criada, assim como houve um aumento no número de pastores candidatos.

Sem embargo, Fonseca (2008) já destacava que na eleição da Constituinte em 1986 houve um novo envolvimento de algumas denominações neopentecostais via apresentação de candidaturas oficiais, justificado pela alegação de que a nova Constituição poderia declarar o Brasil como um país católico e pela intenção de influenciar no processo de redemocratização. Desse modo, na própria Constituinte havia a presença de trinta e dois parlamentares que se

auto-identificavam como evangélicos, os quais teriam tido os votos na Assembleia “comprados” pelo governo em troca de fundos e da concessão para operar estações de rádio e de televisão (FONSECA, 2008, p.163).

Uma sugestão para tamanha expansão, conforme lembra Machado (2012), está na percepção de que o rápido crescimento do pentecostalismo na América Latina teria relação com a realidade de marginalização econômica e social de grande parte da população. Tal circunstância pode ter proporcionado um terreno fértil para os grupos neopentecostais trabalharem com o imaginário religioso local, criando novas redes sociais que ajudavam as pessoas a lidarem com a pobreza. É o que afirma Bohn (2004) ao apontar que os fiéis evangélicos estariam socioeconomicamente ambientados nas camadas mais pauperizadas, menos escolarizadas e mais conservadoras da sociedade.

Há que se ter em vista que a tradução dessa realidade sociológica para a esfera política fez parte de um processo de mudança no posicionamento do pentecostalismo, no sentido de harmonização entre a religião e a política, tendo o neopentecostalismo favorecido a entrada de fiéis na carreira política e no serviço público (DANTAS, 2011). De todo modo, o que se tem é um fortalecimento institucional paulatino desse grupo, vide a criação em 2003 da Frente Parlamentar Evangélica e a sua refundação em 2015, com contornos institucionais mais nítidos e sólidos.

Diante dessa realocação de posições no cenário social, passou-se a ter um interesse crescente dos estudos sobre o fenômeno evangélico e sua penetração na esfera política, cobrindo discussões que partem de uma leitura mais detida de denominações religiosas (ORO, 2003; SIUDA-AMBROZIAK, 2013) ou de investigações em torno do funcionamento do sistema político (FREESTON, 1993; BORGES, 2009; LACERDA, 2017a; NASCIMENTO, 2017; MAIA, 2012).

Nessa toada, outra abordagem é também a adotada por Borges, Babireski e Bolognesi (2017), os quais identificam que há uma tendência de concentração de grupos evangélicos em partidos que têm sido considerados confessionais, dentre eles possivelmente o PL. Paralelamente, teria crescido, excetuando-se o ano de 2010, o conjunto de candidatos evangélicos sem ligação clara com a organização das principais igrejas. Quanto a esse aspecto, parte da literatura sobre o tema focaliza as estratégias adotadas, sobretudo, pela Igreja Universal do Reino de Deus e pela Assembleia de Deus (ORO, 2003; DANTAS, 2011; VALLE, 2013; TANAKA, 2018; NASCIMENTO, 2017; BAPTISTA, 2007).

Cabe frisar que a proposição de um crescimento do número de candidatos evangélicos sem vínculo evidente com a organização das principais igrejas aparece como relevante para a reflexão aqui proposta, na medida em que posiciona a indagação sobre o modo de funcionamento dos partidos, as estratégias adotadas por suas elites e a relação que estabelece com os ambientes externos. Isso, claro, sem perder de vista o crescimento da representação iurdiana na esfera política. De qualquer forma, essas circunstâncias endossam o que Braga (2008) já afirmava sobre a escassez de estudos sistemáticos dos partidos no que concerne à sua dinâmica organizacional interna.

Ainda no que tange aos partidos confessionais, embora tenha havido questionamentos sobre a inexistência de agremiações com essas características no Brasil, a partir da constatação de ausência de identidade política entre os membros (BORGES, 2007; 2009), análises mais recentes buscam repensar esse aspecto no caso brasileiro. É o que tentam fazer Borges, Babireski e Bolognesi (2017) que, ao reunirem diferentes critérios disseminados na literatura para a classificação de partidos confessionais, propõem um modelo tipológico adaptado à realidade brasileira, o qual reuniria cinco elementos, quais sejam: i) nome, a partir da menção a alguma palavra que vincule à religião; ii) presença de conteúdo, referências a entidades/órgãos religiosos nos documentos partidários; iii) ligação externa com órgãos religiosos; iv) origem do partido e v) comportamento representativo na frente parlamentar evangélica. Ora, mais uma vez há o reforço da relevância da dimensão organizativa e das condições de surgimento do partido em termos das características que ele irá assumir no decorrer do seu funcionamento.

Pode-se perceber, então, que se presencia uma agenda de pesquisa ainda por ser feita quando se considera o imbricamento entre o fenômeno pentecostal e a esfera partidária, ainda que haja evidências de que uma representação corporativa pentecostal tenha sido responsável pela elevação da representação parlamentar evangélica (FREESTON, 1993). Inclusive, Lacerda (2017a; 2017b) tenta preencher a lacuna de pesquisas empíricas sistemáticas que contemplem a mobilização eleitoral evangélica baseada não apenas nos políticos eleitos, mas no total de candidatos em determinado conjunto de eleições. Isso tudo à luz da suposição de que os partidos utilizar-se-iam das “máquinas evangélicas” para selecionar candidatos que demonstrem maior apelo eleitoral para a obtenção de mais votos para a legenda (BRAGA, 2008; BRAGA; VEIGA; MIRÍADE, 2009).

## 2.5 CONSIDERAÇÕES PARCIAS

Este capítulo voltou-se à contextualização do aumento da presença evangélica em termos sociais em âmbito brasileiro, assim como à tradução política do fenômeno. Desse modo, buscou apresentar as relações mais específicas do segmento neopentecostal com o meio político-partidário. Considerando o relevo da Igreja Universal do Reino de Deus na estruturação do campo religioso e político neopentecostal, bem como a sua presença na biografia dos dois partidos estudados, foi dedicada uma subseção especialmente a ela.

Tal contextualização alinha-se àquela percepção apresentada no capítulo precedente de que não são observadas pesquisas sistemáticas sobre a organização interna de partidos que poderiam ser tidos como confessionais *à brasileira*. Se é reconhecida uma estratégia de dispersão inicial de empenho das Igrejas Evangélicas na relação com o sistema partidário (BORGES, 2009; LACERDA, 2017a; TANAKA, 2018), seria interessante investigar mais detidamente o funcionamento dessa dinâmica ao nível intrapartidário. Isto porque, a ênfase na organicidade dos partidos possibilita investigar quais seriam sua base social, sua complexidade e sua estrutura.

Com efeito, o capítulo que segue busca aliar a percepção da literatura até então esboçada sobre as oportunidades abertas pelo sistema partidário brasileiro no âmago de sua fragmentação para a atividade de partidos que se metamorfoseiam. Isso a partir da focalização na dimensão organizacional em diálogo com a dimensão religiosa, sobretudo a vertente neopentecostal iurdiana.

O foco a ser dado, conforme já antecipado, será no Republicanos e no PL, haja vista a sugestão acadêmica e midiática de vínculos com atores neopentecostais, em especial a IURD, a qual parece ter estruturado, por suas próprias características e estratégias, o crescimento contínuo de deputados ligados aos seus templos. Ademais, a história de surgimento, e sobretudo de desenvolvimento, de ambos os partidos parece estar muito associada à atividade iurdiana. Nesse sentido, o capítulo que segue busca averiguar tal associação sob a ótica da composição das lideranças partidárias, dos momentos genéticos das agremiações e de sua constituição material.

### 3 ENTRE A CRUZ E A ORGANIZAÇÃO: COM A PALAVRA, REPUBLICANOS E PL

#### 3.1 INTRODUÇÃO

O entendimento sobre vinculações entre denominações religiosas e os partidos políticos está inserido em um contexto mais amplo de participação religiosa na esfera política. No caso brasileiro, essa discussão envolve a compreensão do sistema partidário e das possibilidades proporcionadas ao conjunto de partidos. Há, inevitavelmente, uma avaliação de custos e benefícios para o cruzamento do mercado religioso com o político. No primeiro capítulo, muito se falou sobre as características mais gerais do sistema partidário brasileiro, tido como eminentemente fragmentado. Ainda que haja discussão sobre a conotação do diagnóstico, é visível que, nesse cenário, partidos menores ganham proeminências diferentes a depender da esfera de poder. Nesse sentido, como o número de partidos efetivos no sistema partidário brasileiro é considerado alto- e o de registro de siglas é ainda maior- é preciso reconhecer que a multiplicidade extremada de legendas no Legislativo pode dificultar a formação de maiorias estáveis aptas a sustentar as propostas do Executivo (RODRIGUES, 1995).

Ainda assim, não há muitos estudos voltados aos partidos pequenos, sobretudo em se tratando da organização. É importante reconhecer que tais partidos importam e repercutem no desenvolvimento do sistema partidário (PEDERSEN, 1982). Adicionalmente, é interessante notar que mesmo diante de uma fragmentação expressiva no Legislativo, novos partidos continuam surgindo e os existentes seguem em contínua transformação. No início dos anos 2000, havia 22 partidos registrados junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) surgidos nas décadas de 1980 e 1990. Em 2005 e 2006, três novos partidos emergiram e, de 2011 a 2020, mais 8 legendas foram criadas. A Tabela 1 sumariza a relação de partidos surgidos a partir de 2005 e seus respectivos desempenhos eleitorais para o cargo de Deputado Federal. Observa-se, pois, que a maior dispersão de poder em âmbito legislativo traz a possibilidade de pequenos partidos se estabelecerem como *players* relevantes na Câmara Federal, uma vez que esbarram em um menor poder de bancada dos partidos tradicionais.

Tabela 1- Desempenho eleitoral dos partidos surgidos a partir 2005 para o cargo de Deputado Federal, por ano

Partido	Ano de criação	Deputados Federais eleitos				Total
		2006	2010	2014	2018	
Republicanos	2005	1	8	21	30	60
PSOL	2005	3	3	5	10	21
PL	2006	0	33	34	33	100
PSD	2011	0	0	36	35	71
PATRIOTA	2012	0	0	2	5	7
PROS	2013	0	0	11	8	19
SOLIDARIEDADE	2013	0	0	0	13	13
NOVO	2015	0	0	0	8	8
REDE	2015	0	0	0	1	1
PMB	2015	0	0	0	0	0
UP	2019	0	0	0	0	0

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE.

Dentre os partidos surgidos no biênio 2005-2006, estão os atuais Republicanos e Partido Liberal (PL), os quais já passaram por diferentes transformações nas nomenclaturas e composições durante os anos de existência. Isso parece ser propiciado pela característica do sistema partidário brasileiro de ser vasto e aglutinar partidos com diferentes orientações ideológicas, permitindo uma movimentação, por vezes camaleônica, de agremiações.

Ainda assim, a esse cenário de fragmentação sistêmica, soma-se a emergência de uma *nova direita* em escala global e também nacional. Esse movimento reverte a chamada “virada à esquerda” ou “onda cor-de-rosa” na América Latina caracterizada pelo maior foco em políticas econômicas expansionistas e políticas públicas de caráter social (ROCHA, 2015; CASSOTA, 2019). Esse processo foi verificado com as eleições de Chávez (1999; 2001; 2007) e Maduro (2012) na Venezuela, Lula (2002; 2006) e Rousseff (2010, 2014) no Brasil, Bachelet (2006; 2014) no Chile, Néstor (2003) e Cristina Kirchner (2007; 2011) na Argentina, Mujica (2010) no Uruguai, Morales (2006) na Bolívia e Correa (2007) no Equador. Não obstante, a partir de 2014, no Brasil, a direita volta a crescer no Parlamento, seguindo uma tendência de crescimento eleitoral já observada na Europa (CODATO, BOLOGNESI; ROEDER, 2015). Em 2016, em âmbito brasileiro, há “ascensão e defesa de pautas conservadoras” (CASSOTA, 2019, p.20).

Para Codato, Bolognesi e Roeder (2015), essa *nova direita* pode ser vista sob dois aspectos. Do ponto de vista do conservadorismo em relação aos costumes e das limitações à liberdade pessoal, essa corrente política está sintonizada à velha direita que sustentava o regime ditatorial-militar. Todavia, essa *nova direita* está direcionada à convivência com governos de esquerda, sendo parte de suas coalizões de apoio e estando apta a admitir a execução de programas sociais. Várias são as razões possíveis para a (re) emergência dessa corrente, a exemplo do desemprego, das crises econômica e política, do descrédito de partidos políticos, mas o fato é que esses fatores alteram o ambiente externo dos partidos e interferem nas estratégias adotadas pelas lideranças partidárias (CASSOTA, 2019).

Essa mudança mais à direita é retroalimentada pelo maior protagonismo dos evangélicos na política, cujo maior envolvimento com a política partidária veio acompanhado de uma defesa de pautas mais conservadoras com uma agenda moral evangélica pró-vida e família, contrária, pois, ao aborto, ao casamento homoafetivo e à chamada “ideologia de gênero” (GUADALUPE, 2018). Com efeito, as crescentes reivindicações de grupos sociais pelo alargamento dos direitos da comunidade LGBT, as discussões sobre a legalização do aborto e a descriminalização da maconha esbarram na resistência política desses atores em decorrência de suas posições religiosas (CASSOTA, 2019).

A emergência de correntes conservadoras aliada ao crescimento de evangélicos, sobretudo em suas versões pentecostal e neopentecostal, faz com que se observe que desde a Constituinte vários partidos têm tentado estabelecer alianças com esses religiosos em busca de apoio político (CASSOTA, 2019). Apesar de não haver no Brasil a formação clássica de partidos confessionais, mesmo que alguns partidos se identifiquem com princípios cristãos<sup>28</sup>, há estudos que se debruçaram sobre Igrejas com maior participação política (FREESTON, 1993; ORO, 2003) ou sobre partidos com algum conteúdo religioso neopentecostal (NASCIMENTO, 2017; CASSOTA, 2019).

É o caso do Partido Social Cristão (PSC) estudado por Cassota (2019), o qual teve início com a presença do cristianismo católico, mas se tornou mais competitivo com a atuação do evangélico, sobretudo sob a liderança do Pastor Everaldo. A autora observou que a entrada do segmento evangélico na sigla promoveu ampliação da estrutura interna do partido e melhora no desempenho eleitoral. Inclusive, o partido foi alçado ao governo do Rio de Janeiro no último pleito de 2018, com o voto de mais de 4 milhões de eleitores. É importante trazer

---

<sup>28</sup> É o caso do PSC (Partido Social Cristão), com vínculos mais estreitos com a Assembleia de Deus, do PSDC (Partido Social Democrata Cristão), sem laços específicos com quaisquer igrejas e o do Republicanos, estudado mais pormenorizadamente neste trabalho.

esse exemplo para demonstrar que o rearranjo de forças internas, bem como o perfil esboçado por elas, repercute na atuação, nas direções assumidas pelo partido e, por conseguinte, nos resultados eleitorais.

O caso do PSC como partido pequeno que tem alcançado visibilidade e influência, sobretudo a partir de 2018, não é isolado. Aliás, o exemplo mais contundente, embora não necessariamente com conteúdo religioso documentado no partido, é o do Partido Social Liberal (PSL), o qual saltou de uma posição inexpressiva até então para o alcance da segunda maior bancada na Câmara dos Deputados, tendo eleito também o Presidente da República no pleito de 2018. Vê-se, pois, uma maior proeminência de partidos menores no arranjo de forças políticas nacionais, acompanhada de um declínio dos partidos tradicionais, convergindo na argumentação de Pedersen (1982) de que certas condições associadas ao desgaste de grandes agremiações podem potencializar o sucesso de partidos menores.

E isso é bem visível em um sistema fragmentado como o brasileiro, em que pode ser aplicada a percepção de Klein (2007 apud CASSOTA, 2019) de que as legendas menores estão se aglutinando em blocos políticos que podem impactar na eficiência de governo, ao fomentar conflitos entre o Executivo e o Legislativo e demandar certas barganhas. Não obstante, há poucos estudos sobre a organização de partidos pequenos no Brasil. Segundo Sartori (1982), a importância de um partido está associada à sua posição no espectro direita-esquerda a partir do seu potencial de veto ou de coalizão, o que parece muito relevante em se tratando de um quadro partidário fragmentado como o brasileiro.

Com efeito, diante da relevância destacada dos partidos pequenos e do maior envolvimento evangélico com a política partidária, em um contexto de fragmentação sistêmica e de emergência de uma *nova direita*, o estudo sobre a dimensão interna dos partidos se apresenta como oportuna. Peres (2000) ressalta que a análise da estrutura organizacional de um partido é sobremaneira importante, já que se traduz em elemento de determinação do modo de orientação estratégica a ser adotado no âmbito eleitoral.

Ademais, para além da dimensão organizacional, Rodrigues (2009) enfatiza a relevância dos meios sociais de origem nas escolhas individuais de partidos que ocupam diferentes posições no eixo ideológico, o que significa que tal escolha basear-se-ia mais em diferenças de cunho social, como redes de relacionamento e pertencimento a organizações civis de militância partidária, do que em diferenças ideológicas entre as siglas. Tal aspecto já fora abordado por Panebianco (2005) ao considerar que a forma como emergiu o partido e o modo como se relaciona com o ambiente externo modela muito do seu comportamento, isto é,

a organização teria uma força até causal no funcionamento do partido no legislativo e nas eleições.

Nesse sentido, partindo do pressuposto da importância assumida pela organização nos rumos decisórios do partido e da força exercida pelas lideranças que lhe dão vida, o capítulo busca fazer um estudo pormenorizado da estrutura organizacional dos atuais Republicanos e Partido Liberal, cujas trajetórias de surgimento, inclusive, possuem intercâmbios situacionais. Ambos os partidos têm em seu curso vínculos estreitos com a IURD, seja contando com personalidades importantes da igreja em suas fileiras e concentrando candidaturas, seja tendo o seu surgimento vinculado a autoridades da denominação. Este é o caso do então PRB (Partido Republicano Brasileiro), partido já abordado em alguns estudos<sup>29</sup> como um “braço político” da IURD. Entretanto, o PL ainda não foi alvo de pesquisas mais sistemáticas, sobremaneira no que tange à sua dimensão organizacional, apesar dos indicativos de vínculos com grupos iurdianos. Isso acontece porque se observava a concentração de candidaturas de membros da IURD, sobretudo até 2005, ano da criação do PMR (Partido Municipalista Renovador)/PRB, além da sugestão de que pastores e bispos dessa congregação estariam envolvidos na elaboração de políticas e no uso dos prédios denominacionais para instalação de escritórios e comitês eleitorais em várias localidades do Brasil (MACHADO, 2012).

Nesse sentido, a ideia aqui consiste em colocar os dois partidos em perspectiva, um mais reconhecidamente vinculado à IURD e outro com raízes passíveis de maior investigação a fim de identificar eventuais elos com grupos neopentecostais e suas influências desde a dimensão organizacional. Isso será feito oportunamente neste capítulo, porém há que se considerar, de antemão, a importância da exposição dos documentos partidários, assumindo a perspectiva de Panebianco (2005) de que estatutos e regimentos representam um ponto de partida para a análise organizativa. Ademais, Ribeiro (2013, p.229) afirma que os regulamentos são “a faceta mais pública das legendas”, funcionando tanto como base empírica sólida quanto reguladores da dinâmica intrapartidária. Além disso, o conteúdo presente em tais documentos pode ser importante para atrair filiados, grupos sociais e estabelecer coalizões, uma vez que a atração é ideológica.

Assim sendo, faz-se relevante a análise desses textos formais em um primeiro momento, seguida do entendimento posterior do funcionamento organizacional em termos dos perfis das lideranças que caracterizam as cúpulas partidárias dos dois partidos

---

<sup>29</sup> Ver Souza (2009); Nascimento (2017), Gutierrez (2014), dentre outros.

supramencionados. Esse aspecto permitirá lançar luz sobre a ocupação de personalidades vinculadas a denominações neopentecostais em cargos de liderança dentro dos partidos. É claro que não se sugere que necessariamente a ligação com uma denominação na vida privada intervém na atuação partidária, mas considerando estratégias como a de “candidaturas oficiais”, a ser melhor explicada adiante, pode-se supor que há certo grau de profissionalização no apoio dado a determinados candidatos por denominações como a IURD (NASCIMENTO, 2017) para o alcance de sucesso eleitoral.

Cabe destacar aqui que essa pesquisa possui um caráter exploratório-descritivo, não estando focada, pois, na busca por explicações causais ou formulações teóricas mais gerais. Considerando a atualidade da emergência de uma *nova direita* no Brasil alavancada, dentre outras questões, pelo maior envolvimento de evangélicos na política partidária, a dimensão da organização partidária e seu processo de tomada de decisão interna funcionam como locus potencial de análise. Assim, tendo em vista os vínculos entre o Republicanos e o PL com a IURD, a investigação sobre a fundação, os documentos de origem e a organização, incluindo o controle de poder interno e o desempenho eleitoral, ganham ênfase aqui. Aliás, essas constituem as três cenas do capítulo.

Partindo da percepção de Panebianco (2005) sobre a importância dos momentos genéticos e da constituição material do partido para a compreensão de seu funcionamento, as duas primeiras seções voltam-se à apreciação dessas questões para os dois partidos em estudo. Feito isso, a terceira seção direciona-se à descrição mais específica da organização, passando pela i) composição da liderança partidária, pela ii) organização dos órgãos e, sobretudo, pelo iii) crescimento do partido, a partir dos dados de desempenho eleitoral (NASCIMENTO, 2017).

Em suma, faz-se relevante aqui o estudo sobre a vinculação de partidos com grupos neopentecostais, em especial a IURD, por ser a denominação presente nas linhas históricas dos dois partidos e também aquela que praticamente estruturou a participação política evangélica, sob o prisma da organização. Será que há na direção partidária do atual Republicanos ainda forte presença de personalidades iurdianas? E no caso do atual PL, partido que costumava agregar candidaturas e personalidades iurdianas em suas fileiras, ainda há essa presença? Como se dá a interação entre a organização partidária e a organização religiosa a partir da gênese dos partidos e da presença de lideranças em ambas? Os partidos têm um desempenho eleitoral exitoso? É o que se pretende compreender nos tópicos que seguem.

## 3.2 CASO REPUBLICANOS: HISTÓRICO E DOCUMENTOS DE ORIGEM

### 3.2.1 Do PMR ao Republicanos

Comportando uma mudança recente de nomenclatura, homologada pelo Tribunal Superior Eleitoral em agosto de 2019, o Partido Republicano Brasileiro deu lugar ao Republicanos, refletindo um movimento de supressão da palavra “partido” que também aconteceu com outras legendas<sup>30</sup>, a exemplo do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), antigo PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e do atual DEM (Democratas), antigo PFL (Partido da Frente Liberal). Com isso tem-se uma guinada no sentido de especificar o propósito geral do partido já na nomenclatura, fugindo da conotação genérica das siglas.

Com a tônica de “deixar a esquerda no passado”<sup>31</sup>, a mudança no nome parece atender, ainda, ao objetivo da legenda de se colocar como alternativa para o eleitorado mais conservador, posicionando-se na centro-direita do espectro político. Desse modo, tenta distanciar-se dos laços com governos de esquerda, incluindo o momento do nascimento do partido, quando a presidência de honra era ocupada pelo então vice-presidente da República no governo Lula, José Alencar. A partir disso, abre também espaço para a entrada de novos atores políticos atraídos por esse desenho mais ideológico.

Em termos históricos, o PMR, precursor do PRB e do Republicanos, começou a ser organizado em 2003 pelo então deputado federal Carlos Alberto Rodrigues (PL-RJ), ex- bispo da IURD, o qual acabou afastado da função ao deixar o comando político da igreja em 2004. Isso aconteceu em decorrência de uma série de escândalos, entre eles a divulgação de que teria feito indicações para a Loteria do Rio de Janeiro quando era presidida pelo ex-subchefe de Assuntos Parlamentares da Presidência, Waldomiro Diniz, acusado de tráfico de influência e extorsão, consoante reportagem da Folha<sup>32</sup>. Cabe especificar que Rodrigues, o qual chegou a ser presidente estadual do PL, foi tido como o articulador do bloco evangélico pró-Lula responsável pela adesão desse segmento a tal candidato à Presidência da República em 2002,

<sup>30</sup> PRB anuncia mudança para Republicanos e será 8º partido a trocar de nome. **Veja**, São Paulo, 2 maio de 2019. Política. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/prb-anuncia-mudanca-para-republicanos-e-sera-8o-partido-a-trocar-de-nome/>. Acesso em: 5 abr. de 2020.

<sup>31</sup> Para deixar esquerda no passado, PRB mudará de nome para 'Republicanos'. **Correio Braziliense**, Brasília, 2 maio de 2019. Política. Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/05/02/interna\\_politica,752703/para-deixar-esquerda-no-passado-prb-mudara-de-nome-para-republicanos.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/05/02/interna_politica,752703/para-deixar-esquerda-no-passado-prb-mudara-de-nome-para-republicanos.shtml). Acesso em 05 abr. de 2020.

<sup>32</sup> CARIELLO, Rafael. Igreja Universal vai criar partido político. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 13 jan. de 2005. Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u66659.shtml>. Acesso em 5 abr. 2020.

não sem gerar críticas de antigos militantes do PT (Partido dos Trabalhadores) que eram simpáticos à Teologia da Libertação (SOUZA, 2009).

A saída de Rodrigues tanto da IURD quanto do PL pode ser apontada, então, como decorrente de fortes escândalos, como o mencionado acima, mas também o chamado mensalão<sup>33</sup>, que, segundo Souza (2009), teria abalado tão profundamente o PL ao ponto de fazer a IURD buscar uma alternativa. Há que se supor, em realidade, que o que houve foi aceleração da retomada do projeto de criação do novo partido, agora a partir de associação com católicos carismáticos do PHS (Partido Humanista da Solidariedade).

De todo modo, diante do afastamento do Bispo Rodrigues, essa função de criação do partido passou a ser exercida pelo pastor e advogado Vítor Paulo Araújo dos Santos, o qual aparece como requerente de registro provisório do PMR em pedidos feitos aos Tribunais Regionais Eleitorais de São Paulo e de Roraima. De todo modo, o partido teve o seu registro definitivo outorgado pelo TSE em agosto de 2005<sup>34</sup>. Já em 2006, o nome do partido foi alterado para PRB, conforme a resolução do TSE Nº 22.167. Segundo ainda a reportagem supramencionada, as assinaturas necessárias para a criação do partido, em torno de 400 mil, teriam sido colhidas em frente a templos da IURD, no final dos cultos. Inclusive, o fato de o partido ter tido sua gênese na IURD é reconhecido pela então presidente do PRB na Bahia, Tia Eron<sup>35</sup>.

Vale destacar que o PMR parece ter surgido de uma dissidência do então PL, conforme aventado acima, na medida em que se sugere que o crescimento desse último partido, após as eleições de 2002, teria reduzido o poder de influência da IURD, assim como haveria resistência de outras legendas a aceitarem os candidatos *da igreja*<sup>36</sup>. Inclusive, o vice-presidente da época, José Alencar, que era filiado ao PL, é apontado como o principal idealizador da sigla e era o presidente de honra, tendo sugerido a mudança de nome de PMR para PRB ainda em 2006<sup>37</sup>. Talvez o partido tenha sido criado justamente *pari passu* a um

---

<sup>33</sup> Em 2005, Roberto Jefferson, ex-deputado pelo PTB-RJ, em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo publicada em junho de 2005, denunciou um esquema de pagamento irregular de mesadas a parlamentares em troca de votos no Congresso, conhecido como mensalão.

<sup>34</sup> Tribunal Superior Eleitoral. TSE, 2020. Informações sobre o partido. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/partidos-registrados-no-tse/republicanos>. Acesso em: 6 abr. 2020.

<sup>35</sup> Republicanos. Republicanos 10, 2020. PRB 12 anos: é hora de comemorar, mas também de esclarecer. Disponível em: <https://republicanos10.org.br/noticias/opiniaoprb-12-anos-e-hora-de-comemorar-mas-tambem-de-esclarecer/>. Acesso em 6 abr. 2020.

<sup>36</sup> CARIELLO, Rafael, op. cit., loc. cit.

<sup>37</sup> Voz da Universal no Congresso: PRB quer dobrar número de prefeitos e mira 2014. **IG**, 15 jul. de 2012. Último Segundo. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2012-07-15/voz-da-universal-no-congresso-prb-quer-dobrar-numero-de-prefeitos-e-mira-2014.html>. Acesso em 6 abr. 2020.

amadurecimento político da IURD decorrente de um crescimento eleitoral acelerado e expressivo, com domínio de certa *expertise* na barganha política. Oro (2003) já falava sobre o modo “sofisticado” de fazer política da Igreja e, diante de um contexto de criação de múltiplos partidos, da aquisição de experiência e da perda de influência dentro do PL, não é de estranhar que a Igreja quisesse criar um partido à sua imagem e semelhança, embora oficialmente nunca tenha assumido tal vinculação.

Em se tratando do desempenho eleitoral do partido, é importante mencionar alguns dados até 2011, ano da morte de José de Alencar, a partir de quando também se teve mudanças importantes na legenda. Já no primeiro pleito em 2006, o PRB elegeu um deputado federal, três estaduais e participou da coligação que reelegeu Lula. Em 2008, elegeu 54 prefeitos, 30 vice-prefeitos e 780 vereadores. Já em 2010, contabilizou oito deputados federais, dezessete estaduais, um distrital e um senador, mais especificamente o sobrinho de Edir Macedo e bispo licenciado da IURD, Marcelo Crivella, o qual deixou o cargo para assumir o Ministério da Pesca e Aquicultura em 2012. Souza (2009) afirma, inclusive, que a legenda fora criada para acomodar os interesses da IURD, mas sobremaneira os de Crivella.

Não obstante parte significativa do quadro do partido já ter vínculos mais estreitos com a IURD, após a morte de Alencar houve uma alteração na postura da legenda no sentido de aumentar o espaço de pastores e ex-pastores em seus quadros<sup>38</sup>. Nesse movimento, assumiu a presidência Marcos Pereira, advogado, bispo licenciado da IURD e ex-funcionário da Rede Record, o qual ocupa o posto até os dias de hoje.

Vale destacar que a própria ideia de que o PRB seria um “braço político” da Universal é negada por Pereira, que aponta ser uma coincidência o fato de que, em 2012, oito dos dez congressistas em exercício pelo PRB eram da IURD. Segundo ele, a agremiação seria o “partido das oportunidades, independentemente de religião”, uma vez que outros partidos temem que candidatos evangélicos, por terem “uma votação mais fiel, mais consistente”, poderiam tirar a vaga de algum outro candidato da legenda<sup>39</sup>. Ora o partido, até a mudança do nome para Republicanos, era apontado por suas autoridades como laico, o que parece ter mudado em 2019 quando o programa e o manifesto passaram a adotar explicitamente a noção de princípios cristãos. Algo que aparece em sintonia com a referida emergência de uma *nova direita* defensora de princípios conservadores e cristãos. Segundo o deputado Aroldo Martins, bispo licenciado da IURD, teria havido um “amadurecimento” por parte de políticos

---

<sup>38</sup> Ibidem.

<sup>39</sup> Ibidem.

apontados pela igreja no sentido de centralizar os votos em uma única sigla e deixarem de ser “a barriga de aluguel de votos em outros partidos”<sup>40</sup>.

O sucessor de Crivella no Senado em 2012, quando o último assumiu o Ministério da Pesca e Aquicultura, Eduardo Lopes, traz um ponto interessante, ao comparar o PRB ao PT<sup>41</sup>. Segundo ele, presumir que os grupos que geraram o partido têm a posse da legenda seria equivocado, pois da mesma forma que o PT não pode ser considerado um partido de sindicalistas, o PRB também não figuraria como um partido de evangélicos. É claro que tal constatação parece superficial, considerando o tempo de vigência dos partidos e o enraizamento do PT no meio social, de modo a alcançar uma representação mais alargada na sociedade. Talvez essa fosse a pretensão do PRB à época também, mas considerando as mudanças nos cenários de 2012 para 2019<sup>42</sup>, apresentar-se na contemporaneidade como um partido cristão pode ser um ativo importante, principalmente se não houver especificações de denominações. Para entender mais um pouco sobre os princípios que norteiam o partido, vale a pena passar para a descrição de sua constituição material.

### 3.2.2 Documentos de origem: conteúdo em relevo

O ímpeto supramencionado de tentar renovar a face e os propósitos da legenda com a mudança de nome, inclusive algo já aventado pelo atual presidente, Marcos Pereira, ainda em 2012, parece ecoar também na escrita dos novos manifesto e programa, cuja epígrafe não abre margem para discussão sobre o espírito norteador do documento, qual seja: a valorização das convicções em detrimento de consensos; em referência, segundo destacado, à frase proferida pela ex Primeira-Ministra britânica e líder do Partido Conservador Inglês, Margareth Thatcher.

As redações do manifesto e do programa buscam, assim, evitar generalidades, sendo escritas de modo muito mais específico e detalhado do que as anteriores. A referência explícita de agora aos valores cristãos como um dos alicerces do partido é uma novidade, o que parece ecoar o momento político em que as alusões religiosas nos embates públicos emergem como pauta importante. De modo correlato, pode ser também produto da

---

<sup>40</sup> SOARES, Olavo. “Partido da Universal” muda de nome, abraça liberalismo e quer o voto da direita. **Gazeta do Povo**, Brasília, 31 ago. de 2019. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/partido-da-universal-muda-de-nome-abraca-liberalismo-e-quer-o-voto-da-direita/>. Acesso em 6 abr. de 2020.

<sup>41</sup> IG, op. cit., loc. cit.

<sup>42</sup> Tem-se uma mudança na contemporaneidade em termos de maior imbricamento entre preceitos religiosos e formulação de políticas, sendo inclusive uma orientação valorizada pelo atual governo federal, o qual possui pastores evangélicos compondo o quadro ministerial. Mais uma manifestação da emergência de uma *nova direita*.

consolidação dos resultados eleitorais, com a explicitação de vínculos cada vez mais estreitos do partido com a Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), pelo menos em termos eleitorais e, ver-se-á depois, também organizacionais. Acaba sendo também importante para a atração de atores políticos evangélicos de maneira mais ampla, haja vista a afinidade que possuem com uma agenda mais à direita, que mencione questões morais.

Com efeito, cabe destacar o tom esboçado logo no início do texto quando o partido se define como um movimento político conservador, calcado nos valores *crístãos*, na família e, assim como será marcante no PL, na livre iniciativa. Assim, o partido assume um discurso corrente no cenário político brasileiro de conservadorismo nos costumes e liberalismo na economia.

Vale a pena detalhar melhor o novo programa, tanto por apresentar uma cisão com o anterior no sentido de maior pragmatismo e explicitação de propósitos quanto pelo fato de, ao que parece, refletir as mudanças em termos de maior aceitação eleitoral de candidatos que abertamente defendem bandeiras cristãs e conservadoras. Nesse sentido, o novo programa faz referência explícita à transmissão inter-geracional de costumes, baseada em convicções pessoais sobre justiça e honra e em convenções que se perpetuam ao longo do tempo. Menciona, novamente, a propriedade privada como modo de estabilidade social, de forma a evitar “extremos”, com a certeza de que o “Criador nos ofereceu a oportunidade de sermos uma das nações mais ricas da terra” (REPUBLICANOS, 2019, p.3). Fica nítida, desse modo, a intenção de figurar como uma alternativa de direita mais *moderada*. Nesse ponto, uma dimensão circunstancial precisa ser resgatada, na medida em que a mudança na nomenclatura coincide com o interesse em criar um movimento independente em relação ao conduzido pelo então presidente da República, visto como mais radical<sup>43</sup>. São incontestes as múltiplas referências que o manifesto faz à dinâmica religiosa, com a utilização de termos cristãos moldando as percepções do partido sobre a realidade.

Um ponto de especial relevância no manifesto de criação do *novo* partido é a valorização da constituição, com a menção nítida à necessidade de revisão, de modo que se tenha governos limitados, separação evidente de poderes e manutenção do federalismo. Outro ponto defendido é a valorização do empreendedorismo e de novas formas de trabalho, além da alegação de que o cidadão deveria ter o direito de defender o patrimônio e a família. Tais pautas estão presentes em partidos tradicionalmente conservadores, além de apresentar um

---

<sup>43</sup> SOARES, op. cit., loc. cit.

alinhamento a um grande debate brasileiro contemporâneo sobre a posse de armas de modo mais genérico, o qual esteve presente, inclusive, na última campanha eleitoral.

O programa lançado junto com o manifesto, em 2019, traz um título bem sugestivo quando se pensa no contexto de um modo geral. Intitulado *Programa Brasil 2022: Proclamação de uma nova independência* parece fazer alusão a uma intenção dupla: a ideia de que a fundação do novo partido mira 2022, talvez até com um candidato à presidência, e o reforço à noção de um projeto independente, colocando-se como uma centro-direita não radical, algo que foi muito discutido durante a campanha eleitoral das eleições de 2018.

O primeiro ponto a ser defendido no referido programa é a defesa do Estado soberano, com uma relação harmônica entre os poderes, de modo que se tenha um parlamento forte e um “judiciário independente, porém responsável” (REPUBLICANOS, 2019, p.5). Ora, mais um ponto que dialoga com o processo político vivenciado desde 2014 após a deflagração da Operação Lava Jato e seus desdobramentos, com grande impacto nos pleitos de 2016 e 2018, e com certo desgaste do Poder Judiciário também<sup>44</sup>. Nesse sentido, o Republicanos se apresenta como uma alternativa mais sóbria e ponderada, na medida em que agregaria em sua nova roupagem uma leitura crítica da sua realidade de surgimento.

O segundo ponto faz referência ao estabelecimento de um governo digital, com maior informatização dos processos, e aproveita o tópico para fazer uma crítica ao que chama de “aparato estatal inchado, analógico, anacrônico, ineficiente e dispendioso” (REPUBLICANOS, 2019, p.5), reforçando a ideia de uma visão mais alinhada a uma pauta recorrente da direita do espectro político que prega o Estado reduzido. Do mesmo modo, o terceiro ponto defende a livre iniciativa na economia com cortes de gastos públicos; anseios muito presentes nos discursos de cidadãos descontentes com a condução política do país nos treze anos de governo do PT (Partido dos Trabalhadores).

Um tópico que chama a atenção é a defesa de uma posição internacional forte e do avanço de negociações com outros países regidas pelo pragmatismo, não por ideologia. Isso parece fazer referência a uma crítica em relação à condução da Política Externa por parte de governos anteriores tidos como à esquerda do espectro político. De modo semelhante, a referência a uma “educação não-ideológica” (REPUBLICANOS, 2019, p.8) retoma uma discussão muito presente na sociedade brasileira nos últimos anos, com base em uma crítica a políticas na área da educação, sobretudo relacionadas à diversidade. Mais uma vez, os tons do

---

<sup>44</sup> Algumas análises críticas sobre o processo, incluindo seus institutos podem ser vistas em Bottino (2016), Canotilho e Brandão (2017), Preussler (2017).

manifesto e do programa deixam evidente o norteamento segundo princípios tradicionais e cristãos. É o que se observa, ainda, de modo mais evidente na defesa da família e da tradição como um tópico, com referência explícita ao apoio ao “casamento tradicional” e a deferência às instituições religiosas.

Enquanto o novo estatuto do partido ainda aguarda homologação do TSE, o anterior, publicado em julho de 2017, como não poderia deixar de ser, delinea o funcionamento da organização, distribuindo as competências relativas aos diferentes órgãos. No *site* do partido há a informação de que a Convenção de 2019 alterou alguns aspectos do estatuto, os quais só poderão ser apreciadas quando da homologação. Tal aspecto não traz prejuízos à corrente pesquisa, uma vez que no *site* do TSE e no próprio *site* do partido constam a lista dos componentes dos órgãos de liderança partidária, em referência, inclusive, à atuação corrente. Isso é relevante para a pesquisa que aqui se desenvolve, na medida em que o passo seguinte consiste em analisar a composição dos órgãos partidários de direção a fim de compreender os perfis das lideranças e eventuais filiações religiosas, especialmente, nesse caso, com a IURD. Antes, porém, cabe conhecer um pouco melhor a trajetória e os fundamentos que norteiam o PL.

### 3.3 CASO PL: HISTÓRICO E DOCUMENTOS DE ORIGEM

#### 3.3.1 Do PR ao PL

Remontar as raízes do agora Partido Liberal exige que se considere, tal como no caso do Republicanos, o histórico de mudanças de siglas e, no presente caso, também de fusão partidária. Agora de volta às suas origens declaradamente liberais, o Partido Liberal voltou a ser a denominação do outrora Partido Republicano (PR) por decisão aprovada pelo TSE em maio de 2019, retomando a nomenclatura de um dos partidos que lhe dera origem quando da fusão com o PRONA (Partido da Reedificação da Ordem Nacional) em 2006. O pedido para recriação do partido foi protocolado ainda em 2015, sob os rumores de que a intenção seria uma posterior fusão com o Partido Social Democrático (PSD) para aumentar a base de apoio à então presidente Dilma Rousseff (PT), porém teve seu registro negado pelo TSE por não ter apresentado os requisitos para a criação<sup>4546</sup>. De qualquer forma, a mudança em 2019 contou

---

<sup>45</sup> RAMALHO, Renan. TSE recebe pedido para recriação do Partido Liberal. **G1**, Brasília, 24 mar. De 2015. Política. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/03/tse-recebe-pedido-para-recriacao-do-partido-liberal.html>. Acesso em 10 abr. 2020.

com aprovação da maioria dos filiados em convenção partidária, somando 173 votos dos 182 participantes e obteve aprovação do Ministério Público Eleitoral sob a alegação de que, como o novo nome retoma uma das legendas que formaram o próprio PR, o eleitor dificilmente iria se confundir<sup>47</sup>.

Entretanto, é interessante reconstruir os passos do partido até a chegada ao momento atual, na medida em que seu histórico de vinculações e desvinculações é sugestivo em termos de base de apoio e grupos formadores. Afinal, não se pode esquecer a relevância atribuída ao momento constitutivo das agremiações, já que, segundo Panebianco (2005, p. XVII), a maneira pela qual “se distribuem as cartas”, na fase genética e nos momentos subsequentes de uma organização, interfere em seu funcionamento anos adiante. Nesse sentido, não há como deixar escapar o fato interessante de que o então Partido Liberal, que se fundiu com o PRONA para dar origem ao PR e atual PL, contava com a recorrente participação de candidatos vinculados à IURD. A título ilustrativo, nas eleições dos anos 2000 no Rio de Janeiro, berço da Igreja, o PL representou a legenda que mais congregou candidaturas evangélicas, contabilizando 18(21%), em grande medida por conta da presença de personalidades políticas dessa denominação em sua direção, a exemplo do já citado Bispo Rodrigues, o qual era o presidente estadual da sigla à época, consoante Souza (2009). Este autor ressalta ainda que o referido Bispo foi o responsável pela direção de candidaturas e das estratégias eleitorais da IURD de 1982 a 2004, assim como pela coordenação de ações políticas dos parlamentares ligados à Igreja entre 1999 e 2005, ano de sua saída da cena política e religiosa já retratada.

De qualquer forma, essa relação entre o partido e a denominação ficou mais clara quando da desvinculação entre ambos em 2005, a qual seria decorrente, segundo as palavras de um político ligado ao PL e à Universal, do fato de que, embora o partido tenha crescido com a entrada da Igreja, após a expansão advinda da vitória de Lula<sup>48</sup>, o PL já poderia

---

<sup>46</sup> OLIVEIRA, Mariana. PGR diz que Partido Liberal não apresentou requisitos para ser criado. **G1**, Brasília, 28 set. de 2015. Política. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/09/pgr-diz-que-pl-nao-apresentou-todos-os-requisitos-para-ser-criado.html>. Acesso 10 abr. 2020.

<sup>47</sup> D'AGOSTINO, Rosanne. TSE aprova mudança de nome do Partido da República para Partido Liberal. **G1**, Brasília, 7 maio de 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/05/07/tse-aprova-mudanca-de-nome-do-partido-da-republica-para-partido-liberal.ghtml>. Acesso em: 10 abr. 2020.

<sup>48</sup> O Vice-presidente de Luiz Inácio Lula da Silva, José Alencar, foi filiado ao PL de 2002 a 2005, entrando no PRB neste último ano. Vale destacar que, embora não se apresentasse como evangélico, e sim como católico, foi visto nos últimos anos de vida em cultos de algumas igrejas evangélicas, em especial a IURD, onde subiu ao púlpito algumas vezes, segundo reportagem da Gospel +.

prescindir da IURD<sup>49</sup>. Nessa lógica, é como se o partido tivesse assumido uma força política maior que a da Igreja.

Ora, parece que esse crescimento do PL, o qual registrava o maior número de deputados ligados à Igreja - dos dezoito eleitos vinculados à IURD em 2002, nove deles pertenciam ao PL - teria ocasionado a diminuição do poder de influência da denominação. Além disso, o à época presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, afirmara que já teria sido comunicado pelo Bispo Rodrigues, citado na seção anterior como primeiro organizador do PMR, da intenção de criação de um novo partido e consequente desfiliação do PL, algo que o próprio Valdemar teria endossado ao dizer que ele [Bispo Rodrigues] não conseguiria eleger mais o “seu pessoal”<sup>50</sup>. Segundo o presidente da sigla, políticos da IURD não estariam mais conseguindo encontrar um “espaço” entre os partidos, porque os parlamentares muitas vezes defendem “os interesses da igreja” e não necessariamente os do partido a que são filiados. Esse corresponde justamente ao marco do desembarque das candidaturas iurdianas do PL em direção a um partido “próprio“, ainda que a denominação nunca tenha assumido como tal. Fica aqui a indagação se o esvaziamento das candidaturas convergiu necessariamente em mudança nos perfis das lideranças nos órgãos de direção sob o ponto de vista da fé professada. Nesse sentido, é bom lembrar que a intenção aqui é colocar em perspectiva o Republicanos e o PL, sendo o primeiro um partido reconhecidamente vinculado à IURD e o segundo uma agremiação cujas vinculações com a denominação são supostas, sobretudo até 2006, mas ainda não foram alvo de pesquisa mais sistemática. Uma análise sobre a composição dos órgãos de direção de ambos os partidos será feita mais adiante.

Em realidade, voltando para a biografia do PL, percebe-se que o partido em 2006 parecia ainda influenciado pelas conquistas do pleito de 2002, em que não só o vice-Presidente da República indicado fora bem sucedido nas eleições, como também conseguiu eleger Magno Malta e Marcelo Crivella, ambos pastores neopentecostais, como senadores, além de esboçar um aumento de 117% nas cadeiras da Câmara dos Deputados<sup>51</sup>.

De todo modo, a tarefa de reconstruir as origens do partido é um pouco mais complicada do que no caso anterior, haja vista que uma sucessão de fusões entra em cena. Isso ocorre porque, conforme demonstra a Figura 2, uma variedade de siglas desembocou no que hoje se resume ao PL. É claro que a fusão mais relevante acaba sendo a do então PL com

---

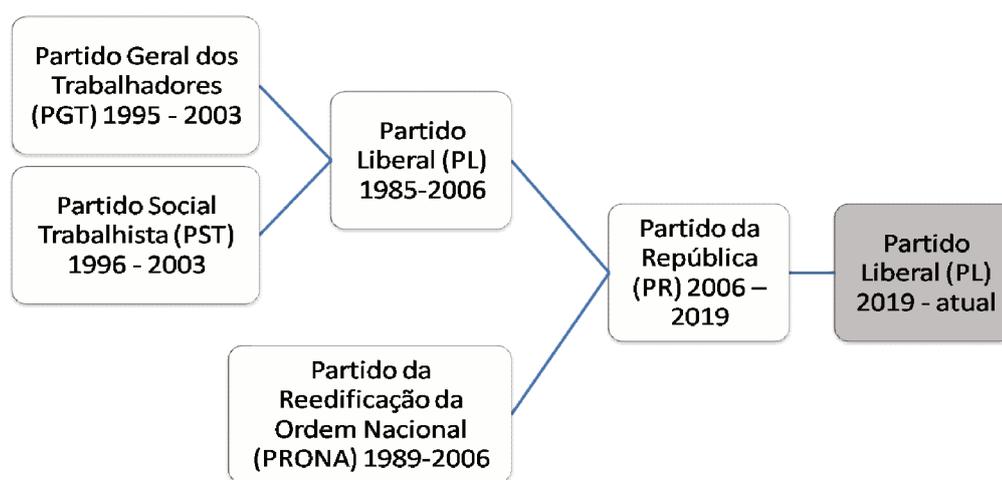
<sup>49</sup> CARIELLO, Rafael, op. cit., loc. cit.

<sup>50</sup> Ibidem.

<sup>51</sup> Araújo, S.; Jorge, V. Partido Liberal (PL). In: \_\_\_\_\_. CPDOC. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-liberal-pl>. Acesso em: 20 abr. de 2020.

o PRONA, haja vista configurarem partidos com mais abrangência nacional, sob o estímulo da Lei Eleitoral 9.096/95 que instituiu a cláusula de barreira<sup>52</sup>. Não obstante, é importante frisar que em 2003 o ora PL fundiu-se com o Partido Geral dos Trabalhadores (PGT) e com o Partido Social Trabalhista (PST) a fim de garantir o acesso ao tempo de TV reservado aos partidos que tivessem obtido 5% dos votos em 2002<sup>53</sup>.

Figura 2- Organograma de criação do PL



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE.

A criação do PR foi deferida em 19 de dezembro de 2006, conforme a Resolução 22.504/2006 do TSE, e a união se deu no sentido de amalgamar a “força do PL” com o “alcance do PRONA”<sup>54</sup>. O antigo PL datava de 1985 e teve como seu fundador Álvaro Valle, cujas ideias liberais justificaram a criação de uma Fundação homônima ligada ao partido. O PRONA, ao seu turno, teve como fundador Enéas Carneiro, cuja figura ficou imortalizada no bordão “Meu nome é Enéas” que marcou suas campanhas presidenciais com exíguo tempo de exposição na televisão. Ambas as personalidades possuíam ligações discretas com a religião

<sup>52</sup> Cláusula que estipulava que um partido deveria ter 5% dos votos válidos para a Câmara dos Deputados. Vale destacar que, não obstante a declaração de inconstitucionalidade da medida feita pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no dia 8 de dezembro de 2006, o PL e o PRONA mantiveram a decisão de fusão.

<sup>53</sup> PL se funde com PST e PGT e garante tempo na TV. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11, fevereiro, 2003. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u45888.shtml>. Acesso em: 20 abr de 2020. Vale lembrar que se trata de mais uma referência à cláusula de barreira que passaria a vigorar em 2007, sendo julgada inconstitucional antes do seu funcionamento.

<sup>54</sup> PARTIDO LIBERAL, PL22, 2020. PL e PRONA promovem fusão. Disponível em: [http://pl22.com.br/partido/historia\\_do\\_pr.html](http://pl22.com.br/partido/historia_do_pr.html). Acesso em: 29 abr. de 2020.

católica. Embora houvesse a promessa de que o Partido Trabalhista do Brasil integrasse o então PR<sup>55</sup>, essa expectativa não se confirmou.

O primeiro presidente da legenda, Sérgio Tamer, integrava a executiva do antigo PL e o ex-Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, foi nomeado presidente de honra<sup>56</sup>. Vale destacar que essa fusão aconteceu após a saída do então vice-Presidente da República, José Alencar, o qual passou a ocupar o cargo da presidência de honra do outrora PRB, como já explicitado em seção anterior. Ademais, é preciso registrar que a *nova* sigla emerge após denúncias de escândalos de corrupção que envolveram integrantes do então PL, a exemplo do mensalão, o qual abalou decisivamente o partido, sobretudo porque os parlamentares mais atingidos foram o presidente da sigla, Valdemar Costa Neto, e o Bispo Rodrigues, hábil articulador já descrito (SOUZA, 2009).

Na prática, em realidade, o ressurgimento do PL em diálogo com os outros partidos que lhe deram origem via fusão parece refletir muito mais um ecletismo de participação do que uma ligação muito contundente com determinados grupos sociais, em especial a denominação neopentecostal ressaltada neste estudo. Não há como negar que o PL, até a fusão com o PRONA, esboçava estreita proximidade com a IURD, com membros dessa denominação ocupando cargos dentro do partido e se lançando como candidatos também. Após a criação do PRB, o qual passou a concentrar as candidaturas iurdianas, o que se observou foi certo esvaziamento da vinculação explicitamente religiosa no âmbito do então PR, com uma maior diversificação da base. Esse aspecto será melhor abordado na seção sobre organização partidária, mas já dá para constatar que o atual PL se apresenta tanto mais diversificado em sua base como retoma um alinhamento ideológico ao liberalismo social de modo mais explícito, pelo menos em declarações em seu *site*, ainda que não tenham sido disponibilizados os novos manifesto, programa e estatuto. Partindo dessa ideia de maior pluralismo do PL, a seção que segue busca fazer um escrutínio da constituição material do partido.

### 3.3.2 Documentos de origem: conteúdo em foco

---

<sup>55</sup> GUERREIRO, Gabriela. Prona e PL se unem e criam o Partido da República. **Folha de S. Paulo**, Brasília, 26 out. de 2006. Poder. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u85879.shtml>. Acesso em 29 abr. de 2020.

<sup>56</sup> Ibidem.

A modificação do nome, diferentemente do que ocorreu com a alteração de PRB para Republicanos, não implicou em mudança significativa no manifesto ou no estatuto, mantendo-se as linhas gerais que se tinham antes, com substituição apenas de onde se lia “PR” para “PL”. De todo modo, o manifesto enfatiza em seu texto o reconhecimento de que a desigualdade social compromete a consolidação da democracia, a ineficiência em termos de implementação dos direitos fundamentais, além da noção de que as sucessivas crises econômicas têm incidido em aumento da dívida pública e em altas taxas de juros. Este ponto em especial parece ser muito compatível com o momento político do ano de 2006, quando sob o governo do Partido dos Trabalhadores vigorava a crítica da oposição ao aumento de despesas públicas e à manutenção das altas taxas de juros. Entretanto, isso não parece muito sintonizado com o ano de 2019 em que houve a refundação do PL, quando a taxa básica de juros experimenta uma queda expressiva em comparação com o ano de 2006. De todo modo, no manifesto, o partido declara-se comprometido com a liberdade, com igualdade social, com o desenvolvimento sustentável, em busca do desenvolvimento econômico e da modernização social do Brasil como forma de consolidar uma cultura política democrática. Reafirma, assim como o Republicanos, o apoio à aquisição de propriedade, bem como a defesa da soberania.

Ora, o tom utilizado no programa do partido contém uma perspectiva mais filosófica ao lidar com questões relacionadas à igualdade, à liberdade, à justiça e à política alinhado a um ímpeto pragmático e mais detalhado em relação ao programa do Republicanos. De todo modo, questões como a defesa da federação, a representação política via eleições diretas para a chefia do Executivo em todos os níveis, o equilíbrio dos poderes, o desenvolvimento econômico e social, por exemplo, são aspectos que permeiam as diretrizes de vários partidos brasileiros. Por outro lado, o detalhamento sobre diversas questões que circundam o cotidiano da vida em sociedade, como a questão do transporte público, da ocupação do solo urbano, da indústria do turismo, do salário familiar justo, dentre outras, são aspectos que singularizam o programa em termos de pretensões, ainda que não necessariamente de práticas.

Um ponto destoante, talvez pelo grau de especificação, é o relacionado à educação, haja vista o apontamento de que o acesso à escola de 1º e 2º graus, consoante seus termos, deveria ser o direito de todo cidadão, ao passo que o ingresso na universidade seria reservado aos que teriam aptidão e vocação. Aqui, diferentemente do programa do Republicanos, não se tem nenhuma alusão à chamada educação “ideológica”, aliás, todo o programa parece se esquivar de alinhamentos a preferências ideológicas que não os princípios do liberalismo social, tido, segundo as palavras de Álvaro Valle, como diferente do “liberalismo

individualista que não enxerga a sociedade como unidade orgânica, e vê no Estado apenas um mal inevitável”<sup>57</sup>. Talvez também a ausência dessa conotação se deva ao contexto em que foi escrito, uma vez que não se pode perder de vista que a sua confecção se deu no ano de 2006, quando essa vertente de debate ainda não se fazia presente de modo premente e recorrente no seio da sociedade brasileira. Cabe ressaltar que, vinculado ao partido, há o Instituto Fundação Álvaro Valle, cujo nome homenageia o patrono do extinto Partido Liberal, fundado em 2004, e que disponibiliza um curso de formação política para difusão dos princípios liberais. Trata-se de aulas ministradas pelo próprio Álvaro Valle e resgatadas para o tempo corrente.

Essa ausência de sintonia entre as datas e a mudança de nomenclatura partidária, encerra-se no estatuto, já que neste vem estabelecida a data de 9 de fevereiro de 2019 referente a sua aprovação em Convenção Nacional. Embora o texto especifique que as ações do partido guiar-se-ão pelo que preconiza o estatuto, o programa e o código de ética, este último não está disponível para consulta. De modo geral, o documento regulamenta o funcionamento partidário e assemelha-se à delimitação de competências e à estrutura organizacional do Republicanos. Esse aspecto é, sobretudo, importante para o presente estudo, uma vez que um dos focos de observação atenta serão os órgãos de direção, por isso um maior aprofundamento explicativo será feito na seção específica a seguir.

### 3.4 A ORGANIZAÇÃO EM CENA

Pensando mais detidamente na dimensão organizacional, propósito do presente estudo, cabe retomar a sequência procedimental com base nos critérios definidos por Nascimento (2017) e nas especificações dos órgãos internos feitas por Guarnieri (2009). Nesse sentido, tal como já referido no primeiro capítulo, cabe discutir i) a composição da liderança partidária, ii) a organização dos órgãos partidários e iii) o crescimento do partido. Os dois primeiros passam pela análise mais específica da estrutura interna da organização e o último corresponde ao desempenho eleitoral do partido em linha histórica. Para melhor sistematização dessa análise ao nível tanto do Republicanos quanto do PL, porém, cabe de antemão uma maior descrição do que será discutido.

Fazendo coro a Nascimento (2017) no sentido do reconhecimento de que a organização é essencial para que um partido se torne competitivo, sobretudo em um sistema

---

<sup>57</sup> INSTITUTO FUNDAÇÃO ÁLVARO VALLE, Instituto Álvaro Valle, 2020. Disponível em: <http://institutoalvarovalle.org.br/doutrina.html>. Acesso em: 13 abr. de 2020.

tão fragmentado quanto o brasileiro, percebe-se que a profissionalização se torna uma necessidade, estando diretamente relacionada à centralização de poder. Couto<sup>58</sup> ressalta que os partidos, para serem bem-sucedidos, constituem organizações de poder concentrado, decisões mais centralizadas e relações hierárquicas. Desse modo, a profissionalização é condição indispensável para a prosperidade da agremiação, sendo que o mais relevante para o bom funcionamento do partido consistiria em verificar a composição do seu grupo dirigente. Panebianco (2005) também defende que o sucesso de um partido está relacionado ao nível de controle exercido pelas elites partidárias.

A estrutura partidária das agremiações brasileiras segue, de um modo geral, uma lógica da divisão federativa, herança da LOPP (Lei Orgânica dos Partidos Políticos) de 1995, sendo composta por órgãos com diferentes atributos, os quais atuam ao nível municipal, estadual e federal. Conforme Guarnieri (2011, p. 239),

[f]ormalmente a organização do partido se dá da base para o topo, do nível municipal para o nível nacional[...]. Cabe à convenção municipal (antecedida pelas convenções zonais em cidades com mais de um milhão de habitantes) escolher os membros do diretório municipal que, por sua vez escolhem os membros da comissão executiva municipal. A convenção municipal também escolhe os delegados à convenção regional. A convenção regional escolhe os membros do diretório regional que por sua vez escolhem os membros da comissão executiva regional. A convenção regional também escolhe os delegados à convenção nacional que por sua vez escolhe os membros do diretório nacional que irão formar a Comissão Executiva Nacional(CEN).

Quando se consideram esses aspectos protocolares, incluindo a utilização formal do sistema de listas fechadas para a seleção de dirigentes, tem-se a impressão de que o poder se apresentaria dividido entre as diversas instâncias organizacionais. Isso revestiria os partidos brasileiros com um verniz poliárquico (PANEBIANCO, 2005) e justificaria a percepção de que a organização partidária seria responsável pela criação de incentivos para o comportamento independente dos políticos (GUARNIERI, 2011).

Não obstante, a existência do instituto das Comissões Provisórias (CPs) acaba sendo um recurso normativo que possibilita o controle das lideranças sobre a formação das listas nos diversos níveis (GUARNIERI, 2009). Isso acontece porque, embora esse instituto tenha sido preconizado pela LOPP de 1971 como alternativa para que partidos sem diretórios pudessem lançar candidatos onde não houvesse órgãos de direção, alguns partidos mantêm essas estruturas (GUARNIERI, 2009). Além disso, essas comissões estão previstas apenas no

---

<sup>58</sup> COUTO, Cláudio Gonçalves. Russomano, o católico. **Estadão**, São Paulo, 18 set. de 2012. Opinião. Disponível em: <https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,russomanno-o-catolico-imp-,932142>. Acesso em 14 abr. 2020.

primeiro ano de existência do partido até o alcance do número adequado de filiados para a convocação de convenções e a constituição de diretórios<sup>59</sup>, sendo desnecessário o seu funcionamento depois (GUARNIERI, 2009).

De todo modo, vale lembrar que, no primeiro capítulo desse estudo, foram descritos os seis órgãos partidários elencados por Guarnieri (2009) como componentes da estrutura geral das agremiações brasileiras. Entretanto, conforme lembra o autor, os órgãos mais relevantes acabam sendo os de deliberação, mais especificamente as Convenções, e os de direção, os Diretórios e as Comissões Executivas. Isso se dá porque as Convenções seriam responsáveis pela seleção dos dirigentes partidários e pela escolha de candidaturas e coligações eleitorais, ao passo que os Diretórios, via Comissão Executiva, se encarregariam do funcionamento cotidiano do partido, decidindo sobre a intervenção em diretórios regionais ou municipais e estabelecendo as regras para a realização das Convenções, por exemplo. Desse modo, a vida partidária acaba sendo muito marcada pela tentativa de assumir o controle desses órgãos. Em se tratando do cotidiano das decisões partidárias e das possibilidades de intervenção da instância nacional nos âmbitos estadual e municipal, faz-se mister aqui o mapeamento da composição da liderança partidária ao nível nacional nos órgãos de direção, isto é, no Diretório Nacional e na Comissão Executiva Nacional.

Para a consideração do segundo tópico do estudo referente à organização dos órgãos partidários, tem-se como norte, com base em Guarnieri (2009), a observação da presença de órgãos de direção, os quais incluem, além dos imediatamente supracitados, as Comissões Provisórias. Esse ponto abrange, também, a presença e durabilidade de órgãos de deliberação, como as Convenções Nacional, Estadual, Municipal e Zonal. Não obstante, é preciso manter em vista que o propósito do trabalho é analisar as eventuais interconexões entre instâncias decisórias partidárias e grupos neopentecostais, especialmente iurdianos, dadas as sugeridas relações presentes na literatura dos últimos com as trajetórias de ambos os partidos. Isso tudo sem descuidar a atenção para o grau de centralização das decisões em relação aos demais níveis da federação. Com efeito, pede-se aqui licença para o foco mais específico nos órgãos de direção, uma vez que o seu mapeamento pode ser feito de modo mais sistemático, viabilizando a comparação entre os partidos em debate.

Seguindo nessa toada, faz sentido já terem sido elencadas as funções do Diretório e da Comissão Executiva, assim como ter sido realizada uma breve caracterização das Comissões Provisórias (CPs), órgão de direção desenhado, em tese, para ter prazo de

---

<sup>59</sup> Lei 9.096/95 e Resolução 23.465/15 do TSE.

validade. É imprescindível voltar nesse ponto da presença dessas comissões no período de existência dos partidos, uma vez que a permanência de tais estruturas permitiria que os dirigentes partidários, ou a Executiva Nacional, exercessem grande controle sobre as convenções, pois seriam responsáveis tanto pela escolha dos membros das comissões provisórias quanto dos delegados às convenções (GUARNIERI, 2009).

Na prática, pois, quando o instituto das Comissões Provisórias se prolonga no tempo, perdendo essa conotação de provisoriedade, a ideia de que os partidos brasileiros organizarem-se-iam da base para o topo, ou dos níveis locais para o nacional, deve ser melhor refletida. Isso acontece porque a permanência das CPs acaba sinalizando que a cúpula partidária parece exercer uma influência determinante nas células estaduais do partido, já que é a responsável pela escolha de quem ocupa tais instâncias. É esperado, pois, que partidos que possuam uma elite mais centralizadora mantenham as CPs em detrimento da difusão de diretórios a serem administrados por outras elites partidárias.

Isso se insere na discussão sobre institucionalização de Panebianco (2005) em que partidos mais centralizados são tidos como mais institucionalizados, seja a partir da autonomia em relação aos ambientes externos, seja em função da interdependência entre as subunidades da organização e a instância central, ou a sistemicidade. Quanto maiores a independência e a autonomia do núcleo central em relação às partes, maior a institucionalização. Guarnieri (2009) e Nascimento (2017) reforçam que esse grau de institucionalização pode ser analisado a partir da presença e da duração das Comissões Provisórias, haja vista a percepção de que quando a liderança partidária decide manter tais comissões nos estados, em vez do estabelecimento de diretórios, tem-se um maior grau de sistemicidade, isto é, as subunidades do partido dependem de um núcleo partidário central.

É por isso que, para fins do corrente estudo, analisar-se-á se as tais comissões representam uma realidade no cotidiano dos partidos, mesmo com quase uma década e meia de existência. Vale especificar que a análise da duração das comissões escapa ao fôlego deste trabalho, mas será feito um esforço no sentido de averiguar a existência de tais comissões, em especial na região Sudeste, haja vista se tratar do maior colégio eleitoral do país e de consistir no reduto da organização de ambos os partidos. Sem esquecer também que representa a região que foi berço da IURD e que tem importantes expoentes políticos, a exemplo de Crivella.

Por fim, o último tópico dessa seção concentrar-se-á na dimensão do crescimento do partido, a partir da análise do desempenho eleitoral de ambas as agremiações. Antes, porém,

cabe especificar em cada um dos partidos a composição da liderança partidária, a partir do mapeamento dos cargos de direção.

### 3.4.1 Republicanos: lideranças, organização dos órgãos e crescimento do partido

Em se tratando da realidade do Republicanos, Couto<sup>60</sup> encontrou que no ano de 2012 o então PRB estava organizado, sem exceção, em comissões provisórias e a escolha dos presidentes estaduais tinha sido feita pelo centro, cujos membros, em sua maioria, faziam parte da Universal<sup>61</sup>. Nessa oportunidade, o autor analisou a composição da Executiva Nacional e da presidência dos órgãos estaduais no referido ano, pesquisa ampliada por Nascimento (2017) que levantou dados sobre a composição da Comissão Executiva Nacional, do Diretório Nacional e das Comissões Provisórias Estaduais e Municipais de São Paulo e Rio de Janeiro e respectivas capitais entre os anos de 2006 e 2015. A autora encontrou que, no período, 60,5% dos membros da Comissão Executiva, a cúpula do partido, possuíam vínculos com a IURD e 63,5% dos constituintes do Diretório Nacional também tinham tais laços.

Utilizando-se de estratégia similar de pesquisa, cabe, para fins do presente estudo e posterior comparação com o PL, levantar os dados restantes até o ano de 2019 com relação à composição da Comissão Executiva Nacional e do Diretório Nacional, entendidos como órgãos de direção, conforme a nomenclatura de Guarnieri (2009) e as referências do próprio estatuto do Republicanos. Vale destacar que os mandatos vigerão até o ano de 2023. Para a execução da pesquisa, assim como procedeu a autora supramencionada, após a colheita dos nomes dos integrantes das instâncias no site do TSE, considerou-se a seguinte estratégia de busca, a saber: a) nome do indivíduo; b) nome do indivíduo+ PRB ou Republicanos; c) nome do indivíduo + Igreja e d) nome do indivíduo + Record. Levou-se em conta quaisquer sites que contivessem informações sobre o indivíduo, incluindo reportagens de jornais, redes sociais, perfis nas Câmaras Federal, Estadual e até Municipal.

Tarefa análoga será feita na análise do PL, com alterações no que tange à denominação religiosa e à emissora de televisão, já que não se tem o apontamento de uma ligação explícita nem no meio acadêmico nem em veículos de mídia, tal qual acontece com o Republicanos. Com efeito, nunca é demais frisar que a forma de proceder em relação ao

---

<sup>60</sup> COUTO, Cláudio Gonçalves, op. cit., loc. cit.

<sup>61</sup> DIAS, Tiago. PRB de Russomano tem 66% dos dirigentes ligados à Universal. **Terra**. 21 set. de 2012. Política. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/politica/eleicoes/prb-de-russomano-tem-66-dos-dirigentes-ligados-a-universal,9cb99782ac66b310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>. Acesso em 5 maio de 2020.

presente partido decorre da percepção de um grupo de autores, alguns já referenciados aqui, e da análise em veículos de imprensa sobre a relação do então PRB com a IURD, algo já descrito também no histórico realizado em seção deste capítulo.

Desse modo, no tocante à composição do Diretório Nacional, em complementação aos achados de Nascimento (2017) de que entre 2009 e 2015 63,5% dos integrantes do órgão possuíam vínculos com a IURD, computou-se, para o ano de 2019, entre membros e suplentes, 71 nomes. Conforme explicitado na Tabela 2, observou-se que 45 membros ou suplentes, ou 63%, possuíam vínculos explícitos com a IURD, com empresas relacionadas, como o grupo Record, ou eram radialistas ou esposas de nomes importantes, como o presidente Marcos Pereira. Tal número pode variar para mais a depender do encontro de maiores informações sobre cerca de 29,5%, para os quais não foram vislumbrados vínculos explícitos supracitados.

Há alguns indícios de relações, como proximidade biográfica com personalidades da IURD ou homenagens prestadas à denominação, mas aqui a ideia foi considerar somente vínculos externalizados ou pela mídia ou por declarações do próprio indivíduo. Vale ressaltar, ainda, que três dos membros apresentaram ligações a outras religiões. No total, percebe-se que 63,5% dos membros do Diretório Nacional possuíam algum tipo de vínculo com a Igreja, havendo, pois, manutenção do número já encontrado por Nascimento (2017) durante todo o período de existência do partido.

No tocante à Comissão Executiva, tendo em vista o apontamento de Nascimento (2017) de que 60,5% dos membros nos anos de 2006 a 2015 possuíam vínculos com a IURD, para o ano de 2019 encontrou-se que 63,6% dos membros, conforme ainda a Tabela 2, manifestavam algum dos tipos de vínculos já levantados. Fica explícito, então, o fato de que a cúpula do partido ainda é ocupada em sua maioria por indivíduos ligados ao referido segmento neopentecostal. Com efeito, tem-se que, em realidade, a elite partidária continua coincidindo com a elite iurdiana. Vale fazer o adendo de que, embora possa parecer redundante compilar as informações dos 22 membros da Comissão que também compunham o Diretório Nacional, uma vez que a intenção é perscrutar o percentual de vinculados à IURD que integra a elite partidária, considerando as naturezas diversas de ligação, averiguar os percentuais relativos a cada órgão parece primordial.

Tabela 2 - Proporção de dirigentes partidários do Republicanos com vínculos com a IURD ou empresas relacionadas por órgão partidário

<b>Diretório Nacional</b>			
<b>Ano</b>	<b>Quantidade de membros</b>	<b>Vínculos explícitos com a IURD ou empresas do conglomerado ou outras relações</b>	<b>%</b>
<b>2009</b>	<b>68</b>	<b>37</b>	<b>54</b>
<b>2011</b>	<b>67</b>	<b>43</b>	<b>64</b>
<b>2015</b>	<b>68</b>	<b>49</b>	<b>72</b>
<b>2019</b>	<b>71</b>	<b>45</b>	<b>63</b>
<b>Total</b>	<b>274</b>	<b>174</b>	<b>63,5%</b>

<b>Comissão Executiva</b>			
<b>Ano</b>	<b>Quantidade de membros</b>	<b>Vínculos explícitos com a IURD ou empresas do conglomerado ou outras relações</b>	<b>%</b>
<b>2006</b>	<b>20</b>	<b>12</b>	<b>60</b>
<b>2009</b>	<b>22</b>	<b>11</b>	<b>50</b>
<b>2011</b>	<b>23</b>	<b>14</b>	<b>61</b>
<b>2015</b>	<b>21</b>	<b>15</b>	<b>71</b>
<b>2019</b>	<b>22</b>	<b>14</b>	<b>63,6</b>
<b>Total</b>	<b>108</b>	<b>66</b>	<b>61,1</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE e de Nascimento (2017).

Nesse sentido, faz-se eco, ainda, à pesquisa de Nascimento (2017), na medida em que também se observa que a hierarquia dos órgãos partidários do Republicanos, mesmo após a mudança de nome, segue a lógica dos nomes “mais relevantes” para os “menos relevantes”. Isso significa que os integrantes das instâncias hierarquicamente superiores, como os da Comissão Executiva, são mais facilmente encontrados em uma pesquisa genérica em sites diversos. Assim como se observa a manutenção de nomes que se estendem por diversos mandatos, como o do bispo e requerente do registro do precursor PMR no TSE, Vitor Paulo Araújo dos Santos, o qual faz parte do diretório, ou do próprio presidente Marcos Antônio Pereira. Isso significa que a escolha dos integrantes dos altos escalões também segue uma orientação no sentido de valorização da trajetória progressa, de modo que sejam selecionados indivíduos caros à IURD para a ocupação de cargos também relevantes no partido (NASCIMENTO, 2017).

Um segundo ponto a ser considerado é a questão da institucionalização do partido, analisado a partir do grau de centralização do poder nas mãos da elite partidária. Ora, até aqui foi possível constatar que a ocupação dos dois órgãos de direção de abrangência nacional do Republicanos contou com a presença de uma maioria iurdiana, ficando claro que a denominação ocupa um lugar marcante nos cargos que definem os rumos do partido. Há que lembrar ainda que esses órgãos são os responsáveis pelo funcionamento cotidiano do partido, tendo forte relação com suas instâncias subnacionais, o que abre margem para que se considere que há um acompanhamento acurado de quem ocupa as diferentes esferas na estrutura hierárquica.

Ademais, outro aspecto a ser mencionado é o relacionado ao real poder de ingerência das instâncias centrais nas decisões estaduais e municipais, o qual pode ser abordado segundo a presença das Comissões Provisórias (CPs). Consoante dados de Nascimento (2017), até 2016, a estrutura do então PRB era constituída por um Diretório Nacional e uma Comissão Executiva Nacional seguidos da predominância de Comissões Provisórias, sobretudo na região Sudeste. A autora observou que os períodos com maior quantidade de aberturas de CPs acompanharam as eleições municipais<sup>62</sup>. Atualizando os registros dela, tem-se em 2015 a abertura de 773 novas CPs na região Sudeste, ao passo que em 2019, segundo informações contidas no site do TSE, houve a abertura de 667 Comissões. Mesmo com a redução, ainda se observa a permanência reiterada desses órgãos, alguns contando com renovações consecutivas; lembrando que essas Comissões estão previstas, sobretudo, no primeiro ano de existência do partido.

Desse modo, não obstante a mudança de nome e a guinada mais elucidatória dos seus princípios presente no programa e no manifesto do Republicanos, ainda se observa grande concentração decisória na cúpula partidária, sugerindo um maior nível de sistemicidade (PANEBIANCO, 2005), na medida em que as subunidades demonstram alto grau de dependência do núcleo central. Transplantando a proposta de Nascimento (2017) de pensar a IURD enquanto partido, pode-se aqui apontar que a estrutura do partido parece ecoar a própria centralização decisória da Igreja, na tentativa de assegurar uma melhor alocação de esforços em se tratando de decisões estratégicas. Quando se pensa nos órgãos de direção e na sua regulação do cotidiano funcional da agremiação, o que se constata é que a manutenção de certa atividade de *monitoramento* por parte da cúpula sobre as estruturas subnacionais é feita no sentido de evitar ruídos e assegurar uma atuação coordenada. Ora essa estratégia se

---

<sup>62</sup> A existência de uma organização de partido para a participação em pleitos municipais é um requisito do TSE.

mostrou eficaz para o crescimento da Igreja e para a sua consolidação também no meio político, segundo estratégias eleitorais bem sucedidas<sup>63</sup>. Trata-se, pois, de um partido mais institucionalizado, cuja elite partidária pode ser considerada ainda uma elite iurdiana.

### **3.4.2. Partido Liberal: lideranças e organização dos órgãos**

Remontar a constituição das lideranças partidárias e a organização dos órgãos no caso do atual PL exige um esforço mais intuitivo do que no caso do Republicanos, haja vista que a sua relação com segmentos religiosos, em especial iurdianos, é mais documentada até o momento que antecede a fusão com o PRONA em 2006 (MACHADO, 2012). De todo modo, quando se toma como ponto de partida a sugestão de Machado (2012) sobre a necessidade de esmiuçar os vínculos do então PR com atores pentecostais, faz sentido deter-se mais no âmbito organizacional, a fim de verificar se as lideranças, isto é, membros do Diretório Nacional e da Comissão Executiva Nacional, ostentam vinculações a grupos religiosos específicos.

De antemão aqui cabe ressaltar que a escolha dessas instâncias do PL e a comparação com as correlatas do Republicanos é possível, pois ambos os partidos possuem estruturas semelhantes. Inclusive, tal aspecto é ressaltado por Nascimento (2017) como algo “curioso”, na medida em que as duas agremiações, ainda PRB e PR, são apontadas como dissidências do então PL. Além disso, são marcadas pela predominância de comissões provisórias, o que denota grande centralização de poder decisório nas cúpulas dos partidos, ainda que o PR apresente comissões mais estáveis ao longo do tempo em termos de duração. Ademais, é importante registrar que o então PR dispunha de diretórios, diferentemente do PRB, porém essas instâncias não parecem ser o núcleo do partido, uma vez que dos 126 diretórios instituídos entre 2005 e 2016, 84 já foram dissolvidos pelo partido até 2017 (NASCIMENTO, 2017).

Cabe destacar que a percepção acima mencionada de que tanto o PRB quanto o PR seriam dissidências do antigo PL, considerando a historicização feita na primeira parte do capítulo, traz à tona a imagem de uma bifurcação do PL, com o braço iurdiano seguindo para o PRB e o segmento mais diversificado ficando no PR. De qualquer forma, resta saber se dentro da pluralidade do último remanesceram grupos religiosos neopentecostais.

---

<sup>63</sup> Para maior aprofundamento dessas estratégias ver Freston (1993), Oro (2003), Souza (2009), Nascimento (2017), dentre outros.

O estatuto do PL, atualizado em termos de nomenclatura após a retomada da alcunha de Partido Liberal, e não necessariamente no conteúdo, prevê uma estrutura similar ao do PRB em se tratando de seus órgãos, o que justifica a escolha das instâncias de direção nacionais como objetos de análise longitudinal. Vale fazer o adendo de que o tratamento do Diretório Nacional e da Comissão Executiva Nacional como órgãos de direção provém dos apontamentos de Guarnieri (2009) uma vez que os estatutos situam a última instância como órgão de execução. De todo modo, como a Executiva Nacional corresponde à cúpula partidária, faz sentido remontar os perfis das lideranças para entender o substrato da condução decisória do partido, ainda mais com as mudanças verificadas ao longo do caminho.

Para tanto, em procedimento análogo ao realizado no caso do Republicanos, cabe a pesquisa dos perfis das lideranças partidárias, a partir da investigação sobre eventuais vinculações religiosas de indivíduos que ocupavam cargos no Diretório Nacional e na Comissão Executiva Nacional. Os dados sobre os nomes constam no *site* do TSE e a pesquisa mais biográfica considerou, como no caso do Republicanos, *sites* que continham informações sobre o indivíduo, incluindo reportagens de jornais, redes sociais, contando aqui a auto-declaração, perfis nas Câmaras Federal, Estadual e Municipal.

Ademais, como não existem pesquisas que tracem a linha histórica de ocupação dos cargos no caso do PL, faz-se aqui o levantamento sobre os ocupantes das referidas instâncias dos anos de 2009 até 2018. Cabe frisar que a escolha do ano inicial deve-se à disponibilização dos dados no *site* do TSE. Assim, embora a data de emergência do então PR tenha sido 2006, a primeira composição do Diretório Nacional e da Executiva remonta ao ano de 2009. Em relação ao ano final, é importante ressaltar que os mandatos iniciaram no ano de 2018 e valem até 2022.

Outro ponto digno de menção antes que se passe à análise dos dados é que os termos de busca nesse caso precisaram seguir uma linha um pouco diferente da realizada com o Republicanos. Isso acontece porque, para citar um exemplo, o PL não possui uma rede de televisão comercial, como é o caso da Record. Desse modo, os termos de busca tiveram que se adequar à seguinte ordem: a) nome do indivíduo; b) nome do indivíduo+ PR ou PL; c) nome do indivíduo + Igreja ou religião. Trata-se, pois, de uma tentativa de abranger eventuais atuações religiosas, como foi pesquisado no caso do Republicanos. Vale o adendo ainda de que, naquela toada de investigação sobre a eventual presença religiosa no *braço pluralista* do PR, faz-se relevante inserir o termo “religião”, ainda que de modo mais genérico, na busca.

Dito isso, há que se considerar que foram computados um total de 504 nomes, dos quais, haja vista as repetições em termos de cargos e dos anos de ocupação em cada um, observou-se um total de 222 unitariamente pesquisados. Antes de especificar a composição em cada um dos órgãos de direção ao longo dos anos, é preciso explicitar que, no geral, a busca desembocava em indivíduos menos conhecidos em comparação com os filiados ao Republicanos, demandando inclusive a execução de mais rodadas de pesquisa até para achar a filiação ao partido. A maior parte dos pesquisados tinha uma proeminência mais municipal, com trajetória política arraigada ao estado de São Paulo, em especial cidades como Mogi das Cruzes, berço de figuras importantes do partido como Valdemar Costa Neto<sup>64</sup>.

Desse modo, os membros dos cargos de Execução e de Direção são majoritariamente figuras locais, ocupando postos nas prefeituras ou, parte deles, apresentando-se como candidatos a vereadores ou prefeitos. Talvez por isso a necessidade de algum apoio em qualquer que seja a denominação não pareça ser decisiva em termos de pretensões políticas, uma vez que possuem uma trajetória anterior na política, sendo mais localmente conhecidos. Vale destacar, ainda, que parcela dos membros desses órgãos era composta por assessores parlamentares, os quais não necessariamente seguiram, ou pretendiam seguir, uma carreira política mais abrangente.

Tal aspecto consiste em algo muito destoante do que se observou com o Republicanos, já que, neste último, a maior parte das pesquisas encontrava pessoas com alguma carreira política mais ou menos consolidada, mesmo aquelas com proeminência local, esboçando vínculos religiosos mais explícitos. No caso do PL, ao seu turno, ainda que se tenha encontrado radialistas, ocupação cara a alguns candidatos do Republicanos, as ligações com religiões não estavam, de modo algum, facilmente acessíveis ou publicamente declaradas. E isso representa uma mudança importante em relação ao PL que antecedeu a fusão de 2006, haja vista, tal qual já descrito, a profusão de candidaturas de indivíduos ligados à IURD lançadas até então. Além disso, não se encontrou na pesquisa do partido ocupações recorrentes, tal qual no Republicanos, como pastores e bispos, por exemplo. Ao contrário, em consonância com a nova roupagem adotada pelo partido após a mudança de 2019, há um perfil mais reiterado de advogados e empresários. Ademais, outro aspecto que também foi observado no caso do Republicanos, é a recorrente presença de familiares de figuras

---

<sup>64</sup> Valdemar Costa Neto foi presidente do PR por mais de duas décadas até sofrer condenação de sete anos de cárcere por corrupção passiva e lavagem de dinheiro no escândalo do mensalão no governo do Partido dos Trabalhadores. Ainda que tenha cancelado sua filiação ao PR há três anos, ainda possui centralidade nos movimentos do partido, sendo o presidente de fato, mas não o de direito (BENITES, 2018).

relevantes do partido, com diferentes graus de parentesco, nos cargos do Diretório e da Executiva.

Assim sendo, cabe especificar melhor os achados em relação ao Diretório Nacional do PL nos mandatos de 2009, 2010 e 2018, os três disponíveis no *site* do TSE. Conforme já supramencionado, houve grande dificuldade de encontrar eventuais vinculações religiosas dos membros, algo bem diferente do que supostamente seria possível encontrar no período anterior à criação PRB e do próprio PR. Com efeito, somente para cerca de 2,25% dos membros do Diretório Nacional encontrou-se vinculação religiosa pentecostal ou neopentecostal ao passo que para 94% não foi encontrado nenhum vínculo explícito, tal qual resumido na Tabela 3. Em se tratando da Comissão, essa discrepância se repetiu, na medida em que foi encontrada alguma vinculação pentecostal ou neopentecostal para 3% dos membros, sendo que para 91,1% não se chegou a qualquer vinculação específica de modo mais explícito.

Tabela 3- Proporção de dirigentes partidários do PL vinculados a denominações pentecostais ou neopentecostais, outras religiões ou sem vínculos por órgão partidário e por ano

<b>Diretório Nacional</b>							
<b>Ano</b>	<b>Quantidade de membros</b>	<b>Vínculos explícitos com denominações pentecostais ou neopentecostais</b>	<b>%</b>	<b>Outras religiões</b>	<b>%</b>	<b>Sem vínculos explícitos</b>	<b>%</b>
2009	80	2	2,5	5	6,25	73	91,25
2010	172	4	2,3	6	3,5	162	94,2
2018	148	3	2	4	2,7	141	95,3
<b>Total</b>	<b>400</b>	<b>9</b>	<b>2,25</b>	<b>15</b>	<b>3,75</b>	<b>376</b>	<b>94</b>

<b>Comissão Executiva Nacional</b>							
<b>Ano</b>	<b>Quantidade de membros</b>	<b>Vínculos explícitos com denominações pentecostais ou neopentecostais</b>	<b>%</b>	<b>Outras religiões</b>	<b>%</b>	<b>Sem vínculos explícitos</b>	<b>%</b>
2009	25	1	4	1	4	23	92
2010	49	1	2	4	8,2	44	89,8
2018	27	1	3,7	1	3,7	25	92,6
<b>Total</b>	<b>101</b>	<b>3</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>5,9</b>	<b>92</b>	<b>91,1</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

Esse achado indica um maior distanciamento do partido do grupo social mais específico até então abordado neste trabalho, o segmento neopentecostal iurdiano, algo que contraria os anos iniciais da agremiação, segundo o histórico levantado no início do capítulo. Isso sugere que a presença até o ano de 2006 de candidaturas iurdianas no partido parecia estar mais relacionada à oportunidade eleitoral proporcionada pela legenda, na ausência de um partido próprio que possibilitasse uma concentração de candidaturas mais específicas. Inclusive, Fonseca (2008) reforça que a escolha do PL por parte da IURD explicava-se por se tratar de um partido bem consolidado no sistema político do período.

À primeira vista, a afirmação de que o partido não objetiva “contar com ‘figurões’ da política”<sup>65</sup> parece adequada ao panorama geral de ocupação dos órgãos de direção. Porém, com a manutenção de nomes importantes desde o PL de origem, como o ex-Ministro dos Transportes Alfredo Nascimento ou mesmo Valdemar Costa Neto, que se mantém uma figura relevante na realidade da organização partidária, essa pretensão parece um pouco deslocada. Talvez isso mesmo tenha motivado a carta de desfiliação de Sérgio Tamer em 2012, ex-presidente nacional da legenda, o qual aponta, dentre outras razões, que a “concentração excessiva de poder em uma ou duas pessoas, mediante a montagem de uma bem engendrada engrenagem jurídica, tornou o PR um partido de cunho pessoal”<sup>66</sup>.

Nesse ponto, tal qual observado no Republicanos, percebe-se também a lógica dos nomes “mais relevantes” para os “menos relevantes”, na medida em que os integrantes das instâncias hierarquicamente superiores, a exemplo dos que participam da Comissão Executiva, são mais facilmente encontrados em uma pesquisa genérica como a realizada, assim como se observa a manutenção de nomes que se estendem por diversos mandatos, como os supracitados, por exemplo.

Em se tratando da institucionalização segundo o grau de centralização do poder nas mãos da elite partidária, pôde-se observar que não se teve a presença massiva de grupos neopentecostais à frente da cúpula partidária. Não obstante, averiguou-se a recorrência de alguns nomes por vários mandatos consecutivos, sugerindo concentração de poder decisório em alguns indivíduos. É claro que a pesquisa corrente cobriu o período a partir de 2009, não tendo analisado pormenorizadamente os anos em que se tratava de PL e de PRONA, mas é possível constatar que alguns nomes remontam a esse período.

---

<sup>65</sup> PL CABO FRIO, Blog do PL, 2011. Disponível em: <http://plcabofrio.blogspot.com/2011/07/quem-e-cleovansiqueira.html>. Acesso em: 1 jul. de 2020.

<sup>66</sup> ARAGÃO, Jorge. O desabafo de Sérgio Tamer na sua saída do PR. **Cecgp**, São Luís, 5 ago. 2012. Disponível em: <https://cecg.com.br/postagem-1870/>. Acesso em: 1 jul. de 2020.

Quanto ao real poder de ingerência das instâncias centrais nas decisões estaduais e municipais, o qual pode ser abordado segundo a presença das Comissões Provisórias (CPs), observa-se que o PL, embora aglutine diretórios, não parece ter os últimos como núcleo da organização, haja vista a dissolução elevada deles até o ano de 2016 e a predominância de Comissões Provisórias em sua estrutura (NASCIMENTO, 2017). Contabilizando os dados do TSE relacionados à região Sudeste, basta ver a presença dos maiores colégios eleitorais do país, assim como a concentração de lideranças caras ao partido, provenientes sobretudo do estado de São Paulo. Com efeito, tem-se que 2015 foi o ano de vigência de 383 CPs na região, ao passo que em 2019 esse número saltou para 478, vide Tabela 4.

Tabela 4- Relação das CPs do PR/PL na região Sudeste nos anos de 2015 e 2019

<b>Comissões provisórias na região Sudeste em 2015 e 2019</b>		
<b>Estado</b>	<b>2015</b>	<b>2019</b>
<b>Espírito Santo</b>	<b>18</b>	<b>1</b>
<b>Minas Gerais</b>	<b>186</b>	<b>206</b>
<b>Rio de Janeiro</b>	<b>21</b>	<b>9</b>
<b>São Paulo</b>	<b>158</b>	<b>262</b>
<b>Total</b>	<b>383</b>	<b>478</b>

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do TSE.

Embora não se tenha a relação dos anos pré - eleições municipais anteriores, percebe-se que, mesmo após as mudanças decorrentes do retorno à denominação de Partido Liberal, tem-se um aumento na quantidade de CPs criadas na região, sobretudo em São Paulo e Minas Gerais, não por coincidência os locais com quantidade significativa de lideranças do partido. Talvez por isso seja de se supor, reforçando o que já apontava Nascimento (2017), que há a permanência da vigência de Comissões Provisórias na estrutura organizacional do partido, o que sugere que aqui também há alto nível de sistemicidade (PANEBIANCO, 2005), com grande dependência das subunidades em relação ao núcleo central.

Em realidade, o que se observa é que, embora a primeira versão do PL tenha contado com representantes e lideranças fortemente vinculados à denominações religiosas pentecostais, como a IURD, desde a emergência do PR e após o retorno ao PL, a cúpula partidária não apresenta vinculações explícitas a quaisquer denominações. Tampouco se constata, como no caso do Republicanos, manifesto e programa declaradamente cristãos ou elite partidária com vinculações explícitas desse tipo. Fica patente, então, que a trajetória pós

2006 do PL parece representar uma dissociação em relação à atração de lideranças com maior apelo religioso, embora não prescindida da presença de alguns nomes importantes no cenário eleitoral brasileiro.

### **3.4.3 Crescimento dos partidos: desempenho eleitoral de 2008 a 2018**

No tocante à dimensão do crescimento do partido operacionalizada segundo o desempenho eleitoral, segue-se nesta subseção à análise conjugada desse aspecto em ambos os partidos. A começar pelo Republicanos, então PRB, o qual, conforme observado na Tabela 5, teve uma estreia eleitoral relativamente comedida, lançando, em 2006, 80 candidatos, sobretudo a deputados estaduais e federais, padrão que se manteve nos pleitos seguintes. Nesse ano, teve o saldo positivo de 4 eleitos, número paulatinamente aumentado nos anos subsequentes à proporção que multiplicava o quantitativo de pleiteantes. Já em 2008, o partido lançou 6.396 candidaturas, obtendo um êxito de cerca de 7,7 % (490), mantendo uma performance sempre ascendente.

É interessante notar a evolução no quantitativo de candidatos de um pleito para o seguinte, majoritário ou proporcional, no sentido de que ano após ano não há decréscimo nem no lançamento nem na efetiva eleição de candidatos, demonstrando maior consolidação do partido. Nas eleições nacionais, o PRB/Republicanos parte de uma taxa de sucesso de 5%(4 em 80) em 2006 para cerca de 9% (72 em 798) em 2018, lançando candidatos em todos os estados brasileiros, com destaque no último ano para o Rio de Janeiro (92), Pará (42) e Rio Grande do Sul (38). Já nas eleições municipais, o partido sai de uma taxa de sucesso de 7,3% das candidaturas em 2008 para cerca de 10,2% em 2016, mostrando um crescimento também expressivo.

Tabela 5 - Desempenho eleitoral do Republicanos – por cargo e por ano:

Cargo	2006		2010		2014		2018	
	Lançados	Eleitos	Lançados	Eleitos	Lançados	Eleitos	Lançados	Eleitos
Dep. Estadual	58	3	423	18	431	32	537	42
Dep. Federal	20	1	168	8	242	21	254	30
Senador	1	0	3	1	1	0	7	1
Governador	1	0	0	0	1	0	0	0
Presidente	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>80</b>	<b>4</b>	<b>594</b>	<b>27</b>	<b>675</b>	<b>53</b>	<b>798</b>	<b>72</b>

Cargo	2008		2012		2016	
	Lançados	Eleitos	Lançados	Eleitos	Lançados	Eleitos
Prefeito	189	54	300	78	422	106
Vereador	6.180	436	12.416	954	16.401	1.620
<b>Total</b>	<b>6.369</b>	<b>490</b>	<b>12.716</b>	<b>1.032</b>	<b>16.823</b>	<b>1.726</b>

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE e de Nascimento (2017).

Nesse sentido, seguindo o embalo da percepção de Panebianco e de Nascimento (2017) de que um partido forte no que tange à centralização de poder é um partido “oco” em termos organizacionais, a expectativa de que o PRB/Republicanos, enquadrado nessa classificação, teria um baixo desempenho eleitoral não se realiza. Ainda que aqui não tenham sido trazidos dados relacionados ao desempenho de outros partidos para o estabelecimento relativo da performance eleitoral do Republicanos, a análise das progressões percentuais nas eleições majoritárias e proporcionais demonstra, ao menos, um crescimento constante.

No caso do PL, então PR, partido similar em termos organizacionais, ainda que calcado em um perfil mais diversificado de cúpula partidária, também se observa a permanência do partido nos corpos legislativos federal, estadual e municipal, assim como nos pleitos majoritários. Contudo, é visível que, diferentemente do Republicanos, há uma queda no desempenho eleitoral do partido. De acordo com a Tabela 6, se em 2008, primeiro pleito disputado pelo então PR, a quantidade de candidaturas exitosas foi da ordem de 18,6%, nas últimas eleições municipais de 2016 esse número caiu para 15,1%. Embora nas disputas federais, proporcionais e majoritárias, tomadas no geral, haja um leve aumento, já que se parte de um total de 11,5% (85 de 740) de candidatos eleitos em 2010 para 12,3% (76 de 617) em 2018, se os números são observados em termos absolutos o que se tem é uma queda sustentada na quantidade de candidaturas lançadas e na de eleitas. É claro que vale aqui a

ponderação de que a diminuição no número de candidaturas lançadas é muito mais sustentada do que na de eleitas, o que sugere que o partido tenha otimizado a gestão de seus recursos para aumentar seu *vote share*.

Tabela 6 - Desempenho eleitoral do Partido Liberal - por cargo e por ano

Cargo	2010		2014		2018	
	Lançados	Eleitos	Lançados	Eleitos	Lançados	Eleitos
Dep. Estadual	541	48	499	45	455	42
Dep. Federal	190	33	182	34	155	33
Senador	5	4	2	1	7	1
Governador	4	0	3	0	0	0
Presidente	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>740</b>	<b>85</b>	<b>686</b>	<b>80</b>	<b>617</b>	<b>76</b>

Cargo	2008		2012		2016	
	Lançados	Eleitos	Lançados	Eleitos	Lançados	Eleitos
Prefeito	941	384	706	274	786	294
Vereador	20.165	3.534	20.555	3.191	21.084	3.017
<b>Total</b>	<b>21.106</b>	<b>3.918</b>	<b>21.261</b>	<b>3.465</b>	<b>21.870</b>	<b>3.311</b>

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do TSE.

Outro aspecto que merece destaque é o relacionado às coligações uma vez que tal estratégia, como afirma Miranda (2013), ocupa um papel central nos cálculos dos partidos para sobrevivência política, sobretudo no caso dos pequenos e médios. Embora haja divergências e diferentes abordagens<sup>67</sup>, é interessante trazer aqui a percepção presente em grande parte da literatura temática de que o propósito mais amplo das coligações é aumentar expectativas eleitorais dos partidos com base em um cálculo de custos e benefícios eleitorais (LIMA JR., 1983 apud MIRANDA, 2013).

Tomando-se como ponto de partida a percepção de Carreirão e Nascimento (2010) de que entre os anos de 1986 e 2006 observou-se uma tendência de crescimento das coligações para os pleitos proporcionais, a Tabela 7 traz de modo ilustrativo o desempenho eleitoral do Republicanos em se tratando da disputa pelo cargo de deputado federal e suas

<sup>67</sup> Nesse ponto cabe explicitar que existem diferentes formas de abordar a questão das coligações na literatura mais específica, seja sob o prisma da representatividade do sistema político ou dos efeitos sobre a fragmentação partidária, seja sob a ótica das motivações do partido, o que envolve tanto o cálculo de custos e benefícios mencionado no texto quanto a sinalização ideológica (CARREIRÃO; NASCIMENTO, 2010). Ver discussões sobre coligações também em Carreirão (2006).

respectivas coligações entre 2010 e 2018. Assim sendo, constata-se que houve uma variação no percentual de coligações realizadas pelo partido, saindo de uma condição em que 59,5% das candidaturas eram coligadas em 2010 para chegar a 37,5% em 2018. Ainda que se perceba que a redução não foi linear, uma vez que o ano de 2014 contou com um percentual levemente inferior ao verificado em 2018, cerca de 35%, observa-se uma movimentação do partido no sentido de lançamento maior de candidaturas isoladas em detrimento das coligadas. Isso pode ser explicado pelo alcance de um eleitorado mais *arraigado*, vide aprendizados políticos adquiridos nos então treze anos de existência do partido, sobretudo quando se considera o seu rápido avanço de um pleito a outro no lançamento de candidaturas e no êxito delas.

Tabela 7 – Desempenho eleitoral de deputados federais do Republicanos por ano, percentual de coligações e de candidaturas isoladas

Ano	Candidatos	Eleitos	%	% Coligações	% Candidaturas isoladas
2010	168	8	4,8	59,5	40,5
2014	242	21	8,7	35,1	64,9
2018	254	30	11,8	37,4	62,6

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

É claro que o quantitativo de três eleições acaba sendo relativamente estreito para fazer uma análise mais densa, porém, como a intenção é uma exemplificação do *estado* das candidaturas, é possível observar que há um crescimento do partido mesmo em um contexto tão competitivo como o que está inserido, bem como um direcionamento para o lançamento de candidaturas isoladas. Tal tendência parece refletir um aumento do *vote share* e do êxito na chegada ao Congresso, contradizendo a expectativa de que de “uma agremiação ‘oca’, seria esperado um desempenho modesto (quicá inexpressivo)” (NASCIMENTO, 2017, p.83).

É possível pensar na associação entre tal desempenho e as estratégias adotadas pela cúpula partidária, a quem parte desse êxito pode ser creditado. Se a pesquisa mostra que parcela considerável do núcleo da agremiação é composta por pessoas vinculadas à IURD e, considerando as características de funcionamento da própria denominação, faz sentido supor que o diálogo com segmentos do eleitorado alinhados às convicções religiosas, a replicação de estratégias mais centralizadoras na condução do partido e o bom trânsito político são aspectos que tendem a contribuir nessa direção.

Mais especificamente no que tange a essas estratégias adotadas pela elite partidária, ao fazer uma análise da competição intrapartidária entre os candidatos a deputado federal de São Paulo, nas eleições de 2014, Graça e Souza (2019) encontraram que o atual Republicanos não apresentou muitos pleiteantes que competiam pelo mesmo voto. Isso a despeito da observação de que o então PRB não teria uma organização partidária tão robusta quanto o PSDB e o PT no estado a ponto de haver densa coordenação partidária da lista. Tal achado demonstra que parece haver sim uma coordenação eleitoral satisfatória do partido ou, na percepção de Nascimento (2017), da própria IURD.

No que tange ao PL/PR, quando se olha mais detidamente para os dados relacionados às coligações, segundo aquela perspectiva da sobrevivência política já comentada, visualiza-se que, diferentemente do Republicanos, o PR possui uma atuação mais atrelada ao uso desse expediente. Consoante ilustrado na Tabela 8, o que se encontra é um aumento na realização de coligações, saindo de um patamar de 63,2 % de candidaturas a deputados federais coligadas em 2010 para 71,6% em 2018. Este último percentual, por sua vez, é menor do que o observado no ano de 2014, quando 81,9% das candidaturas para o referido cargo foram coligadas. De todo modo, observa-se um número maior de coligações nesse tipo de pleito do que o verificado com o Republicanos, o que sugere que, talvez, diante do perfil mais pluralizado de pertencimento ao partido, sem vinculações com grupos sociais específicos, a recorrência às coligações pode ser uma aliada no aumento do *vote share*. De fato esse parece ser o caso quando se verifica que com menos candidaturas lançadas e mais coligações realizadas em 2018, o número de candidatos eleitos foi o mesmo de 2010. É claro que se pode argumentar que três eleições são um número pequeno de pleitos para conclusões generalizadas, porém, assim como foi alegado no caso do Republicanos, é possível observar ao menos manutenção consistente de cadeiras no legislativo federal.

Tabela 8- Desempenho eleitoral de deputados federais do PL por ano, percentual de coligações e de candidaturas isoladas

Ano	Candidatos	Eleitos	%	% Coligações	% Candidaturas isoladas
2010	190	33	21,6	63,2	36,8
2014	182	34	18,7	81,9	18,1
2018	155	33	21,3	71,6	28,4

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE.

Com relação a essa diminuição no lançamento de candidaturas, Souza (2016) já tinha observado que, em 2010, o então PR havia optado por lançar uma lista exígua de candidatos a deputados federais por São Paulo e concentrar recursos no candidato Tiririca, assim como fez no pleito seguinte, o que sinaliza um esforço de coordenação (GRAÇA & SOUZA, 2019). Ademais, em se tratando de competição intrapartidária, Graça e Souza (2019) encontraram, ainda, uma baixa competição relativa entre os candidatos a deputados federais por São Paulo em 2014 dentro do partido, na medida em que observaram correlações pouco frequentes dos votos dos candidatos entre si. Isso parece indicar também um esforço de coordenação eleitoral por parte da elite partidária, no sentido de otimizar os recursos para a eleição do maior número de candidatos dentro de um universo mais reduzido de pleiteantes, utilizando-se, inclusive, do expediente dos puxadores de votos.

De todo modo, o que se constata é pouca incidência de vinculações religiosas no âmbito da cúpula partidária, sobretudo aquelas iurdianas de outrora. Ainda assim, o partido esboça um comportamento mais ou menos centralizado na tomada de decisões, embora não tanto quanto o Republicanos, assim como possui uma elite com perfil mais eclético, inclusive com maior incidência de nomes com pouca ou nenhuma trajetória política. Com um desempenho eleitoral mais errático que o do Republicanos, talvez um reflexo das mudanças sentidas ao longo da trajetória do partido, o PL possui uma forma de organização que não parece se vincular a qualquer plataforma religiosa, o que destoa do seu funcionamento até 2005/2006, período em que também foi se firmando na esfera política. De todo modo, cabe na seção que segue olhar mais atentamente para os dois casos em perspectiva comparada, sumarizando as informações colhidas ao longo do capítulo.

Ademais, vale a pena considerar mais um aspecto nessa tentativa de colocar os dois partidos em perspectiva à luz do elo neopentecostal: o desempenho eleitoral referente ao cargo de deputado federal em 2018 segundo distribuição de população pentecostal nas unidades da federação. A Tabela 9 traz esse levantamento, com destaque para os estados onde foram percebidos os maiores percentuais de aumento da população neopentecostal do censo de 2000 para o de 2010, conjugados com os maiores percentuais de desempenho dos partidos no cargo em questão nas eleições de 2018<sup>68</sup>. Nesse sentido, verificou-se que os estados do Norte do país são os que detêm a maior porcentagem de fiéis neopentecostais, assumindo a liderança em termos de adeptos. Em se tratando daquelas unidades da federação que tiveram

---

<sup>68</sup> Assumiu-se como intervalo o percentual de 13% como máximo e o de 11%, como mínimo, haja vista representarem os maiores desempenhos dos partidos observados no pleito de 2018 para deputados federais.

maior crescimento entre os censos de 2000 e de 2010 em relação à população pentecostal, Pará e Acre foram aquelas que demonstraram um maior salto, saindo de 15% para 20,6% e de 14% para 20,1%, respectivamente. Foram também os estados que esboçaram maior votação nos candidatos a deputados federais do ainda PRB, no caso do Pará, e do então PR, no caso do Acre nas eleições de 2018.

Tabela 9- Levantamento dos censos demográficos referentes à população neopentecostal no Brasil dos anos de 2000 e 2010 e desempenho eleitoral do Republicanos e do PL para o cargo de deputado federal em 2018 - por estado

Estado	Censo 2000 Neopentecostais	Censo 2010 Neopentecostais	Desempenho REPUBLICANOS	Desempenho PL
Pará	15%	20,60%	13%	7%
Acre	14%	20,10%	5%	13%
Goiás	15%	19%	6%	12%
Espírito Santo	14%	18,30%	13%	5%
Rio de Janeiro	14%	15,80%	3%	11%
Brasil	11%	13,3%	5%	6%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE e do TSE.

Dos casos destacados, apenas o Rio de Janeiro apresentou um pequeno crescimento de um censo para o outro da população neopentecostal, mas teve um desempenho de 11% do então PR, por isso o seu destaque aqui. Embora seja um pequeno recorte de estados, é interessante notar que as votações mais expressivas do então PRB para a eleição de deputados federais se deram nos estados que tiveram pelo menos incremento de quatro pontos percentuais no número de adeptos neopentecostais entre os censos, ao passo que no então PR esse padrão não foi verificado, como se observa no caso do Rio de Janeiro. Tal constatação, ainda que exploratória e com um N pequeno, parece ilustrar a percepção de que há certa relação entre maior vinculação organizacional do partido com segmentos neopentecostais, em especial iurdianos, e votações mais expressivas nos estados com maior crescimento de tal segmento<sup>69</sup>. O mesmo não necessariamente se observa com o PR/PL, o qual teve votações expressivas tanto em estados com maior ascensão neopentecostal quanto nos que não tiveram uma curva de crescimento tão acentuada. Se se pensar que o PRB sofre influência iurdiana no sentido estratégico da centralização decisória, a desvinculação entre esse segmento e o então

<sup>69</sup> Para um aprofundamento sobre a temática do voto geográfico relacionado à presença de templos pentecostais e votações em determinados partidos, ver Tanaka (2018) e Nascimento (2017).

PR parece ter convergido, no caso deste último, em maior ecletismo na condução decisória e no recorte do eleitorado também.

Todavia, é preciso destacar que tanto o fato de associar implicitamente a performance do PRB/Republicanos à ação direta e unilateral da IURD quanto de supor que o pluralismo nos perfis da direção organizacional do PR/PL garantiria necessariamente uma atuação mais diversa e inclusiva precisam ser tratados com parcimônia. É preciso considerar que uma constelação de fatores incide sobre o desempenho eleitoral, incluindo decisões estratégicas e mudanças ambientais, sendo inadequado pensar em termos de causalidade. O que parece se desenhar aqui são relações possíveis entre os aspectos apresentados, sendo que uma análise mais acurada e amarrada dos dois partidos é alvo da seção seguinte.

### **3.5 REPUBLICANOS E PL: ELO NEOPENTECOSTAL EM PERSPECTIVA**

Colocar em perspectiva o elo neopentecostal entre os dois partidos alvos desse estudo significa fazer algumas ponderações sobre expectativas e achados. Se, em um primeiro momento, sob o guia da sugestão das eventuais vinculações dos partidos com segmentos neopentecostais, em especial iurdianos, a expectativa era encontrar tais ligações pulverizadas nas organizações partidárias, essa realidade se mostrou mais condensada, ou continuou assim, para somente um dos partidos, o Republicanos. No caso do PL de agora, o que se observa é o seu desembarque do PL dos anos 1990, arraigado a personalidades políticas e eclesiais da IURD, na direção de um PR mais pluralizado, em termos de perfis de lideranças, até retornar em 2019 a um PL saudoso de seus ideais liberais de formação, já com bases organizacionais mais diversificadas.

Quando se pensa mais detidamente no caso desse partido, o fato de não ter sido encontrada influência marcante da IURD nos órgãos decisórios, tal qual verificado no Republicanos, cujos vínculos são alardeados em diferentes meios, não suspende a ideia trazida por Panebianco (2005) da importância do momento genético para o funcionamento partidário anos adiante. Isso transcorre porque, ainda que a legenda tenha sido “refundada” em 2006, após a desfiliação de autoridades iurdianas, as quais contribuíram para o crescimento do partido até então, o modo de operar mais calcado em algumas lideranças, além da recorrência de comissões provisórias, parecem aludir a certo funcionamento mais centralizador tal qual se verifica na IURD e, notadamente, no próprio Republicanos.

Outro aspecto que sinaliza bem isso é a presença marcante e reiterada de alguns nomes de peso nos diferentes mandatos dos órgãos de direção acompanhada de um emaranhado de outras pessoas com pouca ou nenhuma trajetória política, por vezes familiares de figuras importantes do partido. Isso parece demonstrar que, ao fim e ao cabo, a estrutura decisória da organização está concentrada nas mãos de poucos que compõem de fato a elite partidária. Na discussão sobre democracias cristãs na Europa, Kalyvas (1996) já relatava os receios da Igreja Católica em constituir um partido e acabar criando lideranças que desafiassem a própria igreja. De modo análogo, pode ser que a presença decisiva de algumas autoridades no partido também evitem a formação de personalidades desafiadoras. Inclusive, a carta de desfiliação de Sérgio Tamer, abordada neste capítulo, parece ir muito nesse sentido ao apontar para excessiva personalização da agremiação.

Mas a leitura de Kalyvas (1996) incide melhor ainda sobre o caso do Republicanos. Embora seja um partido que nega a relação com a IURD, o seu surgimento, o perfil de sua cúpula e de parte considerável das candidaturas estão muito atrelados à denominação. Em especial, o próprio modo de funcionar enquanto organização remete à estrutura eclesiástica da Igreja, com hierarquia definida, permanência de comissões provisórias que amplificam o poder da cúpula e seleção de candidaturas que parecem condizer com mapeamento geográfico de fiéis eleitores (NASCIMENTO, 2017; TANAKA, 2018). É interessante aprofundar mais nesse ponto, pois a decisão em 2005 de migrar da postura de apoio a candidaturas distribuídas em partidos, com maior concentração no então PL, para a “criação” de um partido próprio, ainda que nunca assumida, pode ser pensada como medida preventiva contra a repetição do que acontecera com a Igreja Católica e os partidos confessionais na Europa do século XIX. Isso se processou porque, conforme afirmam Kalyvas e Kersbergen (2010), os partidos confessionais teriam emergido como resultado do aprendizado de ativistas católicos que, diante do sucesso eleitoral, perceberam que podiam prescindir do apoio direto da Igreja sem perder os apelos aos valores cristãos<sup>70</sup>.

Nesse sentido, a IURD, ao patrocinar a criação de um partido buscando não se vincular formalmente a ele, poderia evitar a eventual implosão de hierarquia por parte de

---

<sup>70</sup> Nesse ponto cabe a historicização de que partidos confessionais não teriam emergido como resultado direto da vontade da igreja organizada, mas em oposição a ela, tendo sido formados em contraposição aos partidos conservadores de então. Para se defender do forte anticlericalismo dos liberais que emergiam, a igreja Católica decidiu apoiar em meados do século XIX políticos conservadores que consentissem em defender os interesses da Igreja. O sucesso eleitoral inesperado dessa estratégia foi tão alto que fez com que ativistas católicos se emancipassem da igreja e de políticos conservadores, subvertendo a rígida hierarquia (KALYVAS & KERSBERGEN, 2010).

lideranças da Igreja localizadas nos estratos mais baixos da pirâmide, a partir da implementação de uma estrutura partidária que não desse muita margem para desvios: o poder continuaria concentrado. É preciso ponderar ainda assim sobre o fato de que o referido ano de criação do partido coincidiu com a emergência de uma série de escândalos que atingiram vários políticos do PL, mas especialmente aqui, aqueles vinculados à IURD, o que ocasionou uma perda eleitoral significativa e, inevitavelmente, trouxe também prejuízos à própria imagem da denominação. De todo modo, o que parece ocorrer é que a IURD controla bem a Igreja e, ao entrar nos órgãos diretivos, reduz também problemas de ação coletiva que poderiam eventualmente acontecer.

Retomando a proposição de Nascimento (2017) de pensar a atuação da Igreja enquanto partido, ampliando a noção do PRB/Republicanos como apenas um “braço político” da denominação, vale a pena considerar que, uma vez criado e com anos somados de experiência, pode-se supor que o partido, assim como qualquer outra instituição, tende a assumir uma autonomia, mesmo que relativa. Nessa nova roupagem de 2019, a agremiação consagra em seus documentos a preconização de valores explicitamente cristãos, marcando a sua filiação religiosa, mas também demarcando uma atuação para uma margem maior de adeptos na esfera do sagrado. A profissionalização também parece mais explícita quando se observa o desempenho eleitoral reiteradamente crescente nos diferentes pleitos e a forma de se comunicar também muito imbuída de um aprendizado político, com a presença de lideranças, a exemplo do presidente do partido, que mesmo egressas da IURD, buscam dar um tom mais *inclusivo* à agremiação ao apresentá-la como uma alternativa à direita do espectro político. Não obstante, não se pode perder de vista que uma característica dos negócios erguidos por Edir Macedo é se dissociarem, de algum modo, da Igreja (NASCIMENTO, 2017), a exemplo da Rede Record de televisão, mantendo a discrição dos empreendimentos e o caráter de independência.

De todo modo, é preciso considerar aqui que a grande presença de membros da IURD nos cargos de direção do partido não torna necessariamente o Republicanos um partido evangélico, uma vez que nem partido nem igreja querem ser vistos como tal. Ainda que a nova menção explícita aos valores cristãos como princípios norteadores da agremiação ponha um pouco em cheque a dissociação que o partido sempre buscou fazer da denominação, personalidades da legenda continuam negando a relação com a Igreja. Se valores cristãos serão efetivamente perseguidos após as eleições é um fato que poderá ser melhor avaliado a partir dos pleitos seguintes, embora a atuação de Crivella à frente da prefeitura do Rio de

Janeiro já tenha sido questionada quanto à interferência e favorecimento de núcleos evangélicos<sup>71</sup>. Inclusive, o próprio Crivella não obteve sucesso em sua tentativa de reeleição no pleito de 2020, além de ter sido preso em decorrência de investigações de um suposto esquema de corrupção na prefeitura<sup>72</sup>.

Em realidade, quando se coloca os dois partidos em perspectiva o que se tem é o atravessamento em suas linhas históricas da IURD, a qual parece operar de modo estratégico a depender das circunstâncias. Se no início da sua escalada política o PL acabou sendo o partido em que a maior parte de suas candidaturas estavam concentradas, embora distribuisse cuidadosamente os seus candidatos pelo conjunto de partidos (ORO, 2003), o aprendizado político, o contexto turbulento de escândalos e o padrão de negócios da organização culminaram na “criação” de um partido próprio. Pode-se argumentar ainda que, diante de ruídos na comunicação exemplificados em declarações de figuras do então PL, narradas oportunamente neste capítulo, parecia haver constrangimentos impostos pelo partido à permanência de parlamentares iurdianos, sob a alegação de que por vezes votavam mais conforme as determinações da Igreja do que as inclinações do partido.

Desse modo, o direcionamento da IURD no sentido de fundar uma agremiação própria parece sintonizado com a diversificação e especialização dos seus vários negócios, seguindo a percepção dos partidos políticos enquanto agentes de canalização, de comunicação e de expressão (SARTORI, 1982), de modo a falar a “linguagem” da política. Vale fazer o adendo de que a inserção da igreja na esfera política não implica necessariamente em acréscimo de “religiosidade”, já que as igrejas são organizações que buscam seus próprios interesses (NASCIMENTO, 2017), a exemplo da manutenção de Russomano, que não é um candidato evangélico, como um dos principais quadros do partido.

De qualquer forma, a ideia de que o partido aparece como uma diversificação dos negócios da Igreja parece ficar clara quando se observa a composição dos órgãos de direção, a organização desses mesmos órgãos, com a forte presença de comissões provisórias, e o crescimento eleitoral sustentado, os quais parecem refletir as características organizacionais mais centralizadoras da denominação e o êxito crescente dos seus empreendimentos. Isso tudo

---

<sup>71</sup> Justiça manda Crivella parar de usar a prefeitura do Rio para favorecer grupo religioso. **O Globo**, Rio de Janeiro, 7 nov. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/justica-manda-crivella-parar-de-usar-prefeitura-do-rio-para-favorecer-grupo-religioso-22891907>. Acesso em 10 jul. 2020.

<sup>72</sup> Marcelo Crivella deixa o presídio de Benfica para cumprir prisão domiciliar. **G1**, Rio de Janeiro, 23 dez. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/12/23/marcelo-crivella-deixa-a-prisao.ghtml>. Acesso em 20 jan. 2021.

muito embora tal relação nunca seja assumida e o partido tenha ganhado contornos mais profissionais no discurso e na atuação (NASCIMENTO, 2017). Por outro lado, no caso do PL, a incidência da denominação nos rumos do partido parece ter ficado congelada no ano de 2005, quando houve o desembarque explícito de personalidades iurdianas em direção a uma nova agremiação. Não se observa, na composição dos órgãos de direção do partido, a presença decisiva de perfis ligados à IURD nem mesmo a segmentos neopentecostais mais específicos. Ademais, ainda que a organização desses órgãos remeta à centralização herdada do momento genético, há a presença de diretórios estaduais mais ativos paralelos à profusão de comissões provisórias. Além disso, o desempenho eleitoral do PL apresenta-se mais errático do que o verificado no caso do Republicanos.

Essa maior pluralidade observada no Partido Liberal, em especial em seus órgãos decisórios, parece não ser muito compatível com a atuação da IURD, na medida em que implicaria em competição com outras denominações e segmentos sociais, convergindo também na disputa por fieis. Quanto a certo exclusivismo, Machado (2006) já sugeria que a escolha dos candidatos por parte da denominação era feita no sentido de evitar a seleção daqueles que fossem militantes ou líderes de movimentos sociais, prática também comum a outras denominações (FONSECA, 2008), a qual busca impedir que um perfil de candidato que some votos em diferentes bases eleitorais esbarre em interesses iurdianos. Isso se desenrola porque, consoante Nascimento (2017, p. 55) argumenta, “a subordinação fortalece a liderança religiosa - talvez porque os candidatos precisem dever sua eleição à IURD; de outra forma, podem tornar-se independentes no Congresso”.

No caso do Republicanos, pois, cabe ponderar que as instituições devem ser consideradas em si mesmas uma vez que adotam configurações e dinâmicas próprias compatíveis com a experiência que vão adquirindo com o passar do tempo. Nesse sentido, não se trata de supor que a ação do partido será uma mera extensão daquela da Igreja visto que grande parte da elite partidária provém da própria denominação. Trata-se, sim, de considerar que a recorrência de nomes ligados à IURD nos cargos de direção, aliada ao contexto de surgimento do partido e à própria natureza dos negócios da Universal vão ganhando progressivamente tons de independência, mas continuam sob influência da Igreja, o que aponta para a permanência do partido sob o guarda-chuva denominacional. No caso do PL, cabe ponderar que o maior pluralismo em relação ao sagrado verificado nos cargos de direção, embora aponte para uma efetiva desvinculação da agremiação de lideranças iurdianas, não

exclui a concentração de poder em algumas figuras-chave do partido, como se depreende da presença massiva de personalidades sem trajetória política nos órgãos decisórios da legenda.

## CONCLUSÃO

O estudo sobre as interconexões entre religião e política compreende diferentes espectros passíveis de serem abordados, sendo moldado pelas lentes priorizadas para a investigação. A pesquisa corrente buscou alinhar-se à lente partidária, sobretudo a partir da dimensão organizacional, averiguando a presença de atores neopentecostais nos órgãos de direção partidários e o desempenho eleitoral do Republicanos, antigo Partido Republicano Brasileiro (PRB), e do Partido Liberal (PL), anterior Partido da República (PR). Tal intenção justifica-se pela constatação de que existiria uma lacuna de estudos mais amplos e sistemáticos sobre a dimensão organizativa de partidos brasileiros, sobretudo os menores, no que tange à investigação de suas origens em sintonia com uma discussão sobre eventuais entrecruzamentos com grupos organizados, em especial aqui, o seguimento evangélico neopentecostal. Talvez pelo foco direcionado a organizações mais explícitas, a exemplo dos sindicatos, a discussão mais aprofundada sobre como outros grupos interagem com a organização dos partidos ou como se dá a criação de novas agremiações em um sistema já consolidado não é tão explorada.

Com efeito, a pesquisa corrente pretendeu contribuir com reflexões nesse sentido, a partir do estudo organizacional dos partidos supramencionados, os quais possuem suas trajetórias intrinsecamente vinculadas ao seguimento iurdiano. No caso do Republicanos, essa ligação já foi mais mapeada em investigações midiáticas e acadêmicas, daí a sua utilização aqui como *baseline* para a compreensão da participação da IURD em sua estrutura organizacional em diálogo com a do PL. Cabe acrescentar que o estudo desse partido não consistiu apenas em menção ao que já tinha sido relatado na literatura, mas também em atualização de dados referentes à composição de seus órgãos de direção e desempenho eleitoral, além de aprofundamento em seus novos documentos partidários e suas linhas históricas. Já no caso do PL, a escolha do partido se deveu a sugestões presentes na literatura específica sobre a necessidade de investigação de suas vinculações com atores neopentecostais, sobretudo iurdianos, haja vista o histórico de contato com tais grupos desde o surgimento da agremiação, além da ausência de estudos sistemáticos sobre a sua dimensão organizacional, especificamente no que tange aos seus órgãos de direção.

O foco nessas agremiações parte também do reconhecimento de que os partidos políticos menores importam e repercutem no desenvolvimento do sistema partidário (PEDERSEN, 1982). Além disso, é interessante perceber que mesmo frente a uma

fragmentação expressiva no Legislativo, novos partidos continuam surgindo e os existentes seguem em contínua transformação, a exemplo das duas agremiações que são alvo desse estudo. Somada à referida fragmentação do sistema partidário, está a emergência de uma *nova* direita alinhada a um protagonismo dos evangélicos na política, em que o maior envolvimento com os partidos vem acompanhado de uma defesa de pautas mais conservadoras (GUADALUPE, 2018).

Assim sendo, a análise aqui empreendida buscou refletir sobre a forma com a qual as origens e a organização do Republicanos e do Partido Liberal vinculam-se à presença de grupos neopentecostais, especialmente iurdianos. Ademais, tentou pensar em qual seria a influência do ambiente externo sobre a atuação das agremiações, inclusive no conteúdo de seus documentos originários. Para tanto, a orientação do estudo foi feita segundo os três critérios sumarizados por Nascimento (2017), com base especial em Guarnieri (2009) e em Panebianco (2005), os quais seriam: i) a composição da liderança partidária, ii) a organização dos órgãos partidários e iii) o crescimento do partido. Adicionalmente, foi possível observar os contextos de surgimento dos dois partidos, inclusive atentando para as vinculações denominacionais das autoridades mais atuantes, além da constituição material que formalmente orienta as suas decisões.

Nesse sentido, no primeiro capítulo objetivou-se trazer à luz reflexões sobre a dimensão política, sobretudo a partir de uma discussão calcada na lógica partidária. Isso é necessário porque, para compreender a participação política evangélica é preciso ter em mente as características impostas pelo funcionamento do sistema partidário brasileiro, bem como a natureza do partido e suas idiosincrasias organizacionais. Com efeito, coube considerar que a fragmentação do sistema de partidos e os diferentes incentivos eleitorais ajudam a entender os cálculos empreendidos pelos dirigentes partidários para a manutenção, alteração, extinção ou criação de novas legendas, assim como aqueles realizados por denominações quando da escolha de partidos aos quais se filiar. No caso da discussão mais específica sobre partidos a partir, sobretudo, de sua dimensão organizacional, a intenção foi tentar captar o tom assumido pelas elites para posteriormente apreender as relações estabelecidas com grupos sociais religiosos, haja vista indicações na literatura acerca da interferência dos contextos de origem das agremiações no seu funcionamento a posteriori.

O segundo capítulo, ao seu turno, manteve o foco no contexto que fundamentou a maior imersão evangélica, em especial neopentecostal e iurdiana, no cenário político. A partir dessas considerações, o capítulo buscou arrematar as interconexões entre o fenômeno

neopentecostal e a política, mediante considerações sobre o crescimento e o enraizamento de denominações no Brasil, com destaque para a IURD, assim como o seu ingresso massivo na política a partir da Assembleia Constituinte de 1986, quando a atuação partidária e as estratégias diante de um sistema partidário fragmentado se fizeram sentir de modo mais nítido.

O terceiro capítulo, por sua vez, buscou aprofundar as discussões sobre o entrelaçamento entre segmentos iurdianos e a organização partidária nas realidades do Republicanos e do PL. Para tanto, partiu-se de uma descrição dos momentos genéticos das agremiações e dos seus documentos constitutivos, ficando patente a forte presença de personalidades ligadas à IURD na fundação do Republicanos em 2005, mas também a presença crucial de algumas dessas personalidades para o crescimento do então PL, do final da década de 1980 até 2006, quando o partido deu lugar ao PR. Desse modo, o que se observou foi o desembarque de autoridades da Igreja dos postos decisórios do último partido em direção à criação de uma agremiação própria, sedimentando a percepção do PRB/Republicanos como um partido *da* Universal e o então PR como uma dissidência mais pluralizada do outrora PL.

Na sequência, o capítulo deteve-se mais na composição dos órgãos partidários, sendo atestada a forte presença iurdiana nos órgãos de direção do Republicanos, mas não do PL; neste sequer um recorte neopentecostal foi observado com recorrência. Ademais, quanto à organização dos órgãos partidários, verificou-se a incidência continuada do instituto das Comissões Provisórias nos dois partidos, sugerindo concentração de poder nas mãos das elites dirigentes que, no caso do Republicanos, coincidem com as iurdianas e, no do PL, são mais diversificadas. Por fim, na seara do crescimento do partido, pôde-se observar um incremento eleitoral progressivo do Republicanos desde o seu primeiro pleito, ao passo que a trajetória do PL ao longo das eleições, embora se mostre bem consolidada, apresenta algumas oscilações em se tratando do êxito total de suas candidaturas. Isso demonstra, de toda forma, que ambos os partidos se apresentam como alternativas razoavelmente consolidadas, com maior projeção nos pleitos proporcionais em geral, possuindo laços estaduais e municipais mais robustos.

De todo modo, é preciso fazer algumas ponderações sobre as observações realizadas ao longo do trabalho. Quanto à hipótese presente nas mídias e, em parte, na academia de que o Republicanos fora criado pela IURD para aglutinar *suas* candidaturas, é preciso considerar duas questões. A primeira é a da aquisição de maior expertise sobre o jogo político por parte da denominação, e a segunda é a de que o partido, uma vez criado, passa a constituir uma

instituição com dinâmicas próprias, tendendo a ganhar contornos mais autônomos da instituição-Igreja que lhe dera origem. Nesse caso, embora o partido exiba presença marcante de personalidades da IURD e o novo programa seja tingido de tons religiosos mais explícitos, em meios públicos as autoridades buscam proferir discursos com conteúdos religiosos mais neutralizados. Dessa forma, desenha-se uma realidade em que a agremiação não teria o patrocínio da Igreja, até porque não parece sustentável eleitoralmente uma estratégia de apresentação do partido como voz específica da Universal; ainda que de princípios cristãos mais difusos, talvez.

No caso do PL, a referida ausência de coincidência de interesses entre Igreja e partido pareceu convergir justamente no desembarque de autoridades iurdianas da agremiação. Entretanto, não se pode negar que o desenvolvimento do partido contou com a contribuição de expoentes da Igreja durante anos, inclusive com muitos candidatos vinculados à denominação angariando suas primeiras vitórias eleitorais nas fileiras do partido. Além disso, o modo centralizado e a grande personalização do poder em figuras-chave da agremiação apontam para um funcionamento piramidal similar ao da Igreja, talvez adquirido com os anos de presença iurdiana. Ainda assim, o partido demonstra desde sua organização maior pluralização no tocante ao pertencimento religioso, assim como exibe mais perfis de pessoas sem trajetórias políticas prévias, por vezes assessores parlamentares, por vezes familiares, mas sem muita vivência e permanência da e na esfera política.

Ao fim e ao cabo, o que entrelaça os dois partidos é a relação com a IURD e esta aparece como um ator importante nessa interação, na medida em que opera de modo estratégico no universo do sistema partidário. Ao passo que tal sistema se apresenta fragmentado e oferece diferentes incentivos eleitorais a depender da natureza dos pleitos, a denominação parece se movimentar de modo a auferir melhores resultados. Nesse sentido, a dispersão de candidaturas por diferentes partidos, embora com maior concentração no antigo PL, para a “fundação” de uma agremiação pode ser entendida como resultado tanto de aprendizado político como também da tentativa de evitar competição com outras denominações e segmentos sociais, convergindo também na disputa por fieis no seio de um então PR mais pluralizado.

Adicionalmente, de modo ilustrativo, foi possível observar, ainda, que quando se analisa concomitantemente os estados brasileiros com maior incremento da população pentecostal do censo de 2000 para o de 2010 e aqueles com melhores desempenhos eleitorais de candidatos a deputado federal em 2018 nos partidos em estudo, é possível identificar uma

tendência interessante, isto é, no caso do Republicanos, a maior vinculação organizacional com segmentos neopentecostais, em especial iurdianos, parece convergir em votações mais expressivas nos estados com maior expansão de tal segmento. O mesmo não necessariamente se observa com o PR/PL, o qual teve votações expressivas tanto em estados com maior ascensão neopentecostal quanto nos que não tiveram uma curva de crescimento tão acentuada. É bom deixar claro que essa discussão sobre um “voto evangélico” é controversa, dividindo opiniões de especialistas, a exemplo de Guadalupe (2018; 2020). Por isso, a menção a esse aspecto aqui tem uma função puramente ilustrativa, ficando o campo aberto a investigações futuras.

Pode-se dizer, em suma, que a tentativa de apreender as relações entre política e religião sob a dimensão organizacional reforça a percepção da significativa participação iurdiana nas fileiras do Republicanos, mas restringe a maior incidência neopentecostal ao PL que vigorou até 2005. De todo modo, fica patente a observação da recorrência de participação de atores iurdianos no âmbito político, a partir de jogadas cada vez mais exitosas, seja como integrantes dispersos em um partido, seja como personalidades concentradas em uma única agremiação. É claro que o universo do Republicanos não se limita à participação iurdiana, mas o inverso é verdadeiro. Ainda assim, é bom ter em mente que a pesquisa aqui desenvolvida não tem a pretensão de derivar indicações de causalidade, mas a presença ou ausência massiva de representantes vinculados à IURD diz muito sobre a denominação e sobre o partido, na medida em que aponta para o nível de diversificação identitária que orienta as tomadas de decisão cotidianas da agremiação, assim como não se pode perder de vista os traços herdados nos momentos genéticos da agremiação, algo significativo para os dois partidos.

Não obstante, fica aberta uma agenda de pesquisa que inclua a investigação da dimensão organizacional de um espectro maior de partidos, haja vista que, como no sistema partidário brasileiro há fluidez na criação, modificação e extinção de legendas, os contextos de origem e as negociações entabuladas com diferentes grupos sociais acabam sendo meio mutantes. Adicionalmente, seria ainda mais elucidativo trazer para essa discussão, além dos perfis das elites dirigentes, o perfil também das candidaturas lançadas, de modo que uma influência da filiação religiosa ficasse mais explícita no âmbito eleitoral. Há estudos que abordam essas questões de modo mais focado nas candidaturas do que nos partidos, a exemplo de Lacerda (2017a), trabalhando com diferentes agremiações. Talvez uma análise mais condensada do fator organizacional em conjunto com o eleitoral fosse também

interessante. De todo modo, a temática da interpenetração entre religião e política, sob os mais diferentes aspectos, é relevante para pensar no nível de canalização e de expressão de demandas no âmbito dos partidos e da sociedade, de modo a ter em perspectiva também a qualidade da democracia brasileira.

## REFERÊNCIAS

ABUMANSUR, Edin Sued. A conversão ao pentecostalismo em comunidades tradicionais. **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 9, n. 22, p. 396-415, set. 2011.

ALDRICH, John. **Why Parties?:** The Origin and Transformation of Political Parties in America. The University of Chicago Press: Chicago, 1995.

AMARAL, Oswaldo. O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura. **Debates**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p.11-32, ago. 2013.

AMARAL, Oswaldo Martins Estanislau do. **As transformações na organização interna do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009**. 2010. 306 f. Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

AMORIM NETO, Octavio; SANTOS, Fabiano. A Conexão Presidencial: facções pró e antigoverno e disciplina partidária no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, 2001.

ARQUER, Monize; TANAKA, Marcela. "Terceira via"?: Elementos individuais, partidários e territoriais do voto em Marina Silva (2010-2014). In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 10., 2016, Belo Horizonte. **Anais...** . Belo Horizonte: ABCP, 2016. p. 1 - 27.

BAPTISTA, Saulo de Traso Cerqueira. **Cultura política brasileira, práticas pentecostais e neopentecostais:** a presença da Assembleia de Deus e da Igreja Universal do Reino de Deus no Congresso Nacional (1999-2006). 2007. 562 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências da Religião, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2007.

BARDI, Luciano; MAIR, Peter. Os parâmetros dos sistemas partidários. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. 3, n. 4, p. 227-253, jul. 2010.

BARRETO, Alvaro Augusto de Borba. Novos partidos: em busca de uma definição conceitual. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 27, p. 37-72, set. 2018.

BENITES, Afonso. Valdemar Costa Neto, o ‘mensaleiro’ que costurou a união de Alckmin com o Centrão. **El País**, Brasília, 26 jul. de 2018. Política. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/25/politica/1532476307\\_678315.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/25/politica/1532476307_678315.html). Acesso em 15 maio de 2020.

BIBER, Sharlene Nagy Hesse-; LEAVY, Patricia. Methods of data collection. In: BIBER, Sharlene Nagy Hesse-; LEAVY, Patricia. **The practice of Qualitative Research**. United States Of America: Sage Library, 2006. p. 111-146.

BOHN, Simone R.. Evangélicos no Brasil.: Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. **Opinião Pública**, Campinas, v. 10, n. 2, p.288-338, out. 2004.

BOLOGNESI, Bruno; COSTA, Luiz Domingos. FRONTEIRAS SOCIAIS FORTES E PADRÕES ORGANIZACIONAIS FRACOS?: Seleção de candidatos e composição social nos principais partidos brasileiros em 2010. **Conexão Política**, Teresina, v. 4, n. 1, p.43-63, jun. 2015.

BORGES, Tiago Daher Padovezi. **Representação Partidária e a Presença dos Evangélicos na Política Brasileira**. 2007. Mestrado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BORGES, Tiago Daher Padovezi. Identidade política evangélica e os deputados estaduais brasileiros. **Perspectivas**: São Paulo, v. 35, 2009.

BORGES, Tiago Daher Padovezi; BABIRESKI, Flávia Roberta; BOLOGNESI, Bruno. No voto e na fé: bases sociais e estratégias eleitorais dos candidatos evangélicos nas eleições de 2016 em Curitiba. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 41., 2017, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Anpocs, 2017. p. 2 - 24.

BORGES, Tiago Daher Padovezi; BABIRESKI, Flávia Roberta. OS “REPRESENTANTES DE DEUS” E O SISTEMA PARTIDÁRIO: UMA ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DAS CANDIDATURAS EVANGÉLICAS. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 11., 2018, Curitiba. **Anais...** Curitiba: ABCP, 2018. p. 1 - 26.

BOTTINO, Thiago. Colaboração premiada e incentivos à cooperação no processo penal: uma análise crítica dos acordos firmados na Operação Lava Jato. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 122, ago. 2016.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa. **O processo partidário-eleitoral brasileiro: padrões de competição política (1982-2002)**. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2006.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa. Organizações partidárias e seleção de candidatos no estado de São Paulo. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 2, p.454-485, nov. 2008.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa; VEIGA, Luciana Fernandes; MIRÍADE, Angel. RECRUTAMENTO E PERFIL DOS CANDIDATOS E DOS ELEITOS À CÂMARA DOS DEPUTADOS NAS ELEIÇÕES DE 2006. **Rbcs**, São Paulo, v. 24, n. 70, p.123-142, jun. 2009.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa. Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistema partidário institucionalizados. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 4, p. 43-73, jul. 2010.

BRASIL. 2019. **Estatuto do Partido Liberal**. 188. ed. Brasília, Seção 3, p. 162.

CANOTILHO, J. J. Gomes; BRANDÃO, Nuno. COLABORAÇÃO PREMIADA: reflexões críticas sobre os acordos fundantes da operação lava jato. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 133, n. 25, p. 133-171, jul. 2017.

CARLOMAGNO, Márcio Cunha. AS BASES ELEITORAIS DA ASCENSÃO DE POLÍTICOS RELIGIOSOS NO BRASIL (1998-2014). In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO

BRASILEIRADE CIENCIA POLÍTICA, 11., 2018, Curitiba. **Anais...** . Curitiba: Abcp, 2018. p. 3 - 19.

CARREIRÃO, Yan de Souza. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. **Opinião Pública**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 136-163, maio, 2006.

CARREIRÃO, Yan de Souza; NASCIMENTO, Fernanda Paula do. As coligações nas eleições para os cargos de governador, senador, deputado federal e deputado estadual no Brasil (1986/2006). **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 4, p. 75-104, dez. 2010.

CARREIRÃO, Yan de Souza. O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 14, p. 255-295, ago. 2014.

CARREIRO, Gamaliel da Silva. SOBRE A LÓGICA DO VOTO EVANGÉLICO NO BRASIL:FILIAÇÃO RELIGIOSA E SEU IMPACTO NA POLÍTICA BRASILEIRA. **Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 7, n. 2, p.66-100, dez. 2017.

CASANOVA, José. Civil Society and Religion: retrospective reflections on Catholicism and prospective reflections on Islam. **The Johns Hopkins University Press**. Baltimore, p. 1041-1080. jan. 2001.

CASSOTA, Priscilla Leine. **PARTIDO SOCIAL CRISTÃO**: organização e distribuição do poder. 2019. 193 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos- Sp, 2019.

CODATO, Adriano; BOLOGNESI, Bruno; ROEDER, Karolina Mattos. A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador. In: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org.). **Direta, Volver!**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 115-144.

COUTINHO, Raquel Zanatta; GOLGHER, André Braz. The changing landscape of religious affiliation in Brazil between 1980 and 2010: age, period, and cohort perspectives\*. **R. Bras. Est. Pop**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 73-98, jun. 2014.

DALTON, Russel J; WATTENBERG, Martin P. Unthinkable Democracy: political change in advanced industrial democracies. In: DALTON, Russel J; WATTENBERG, Martin P (ed.). **Parties without Partisans**: political change in advanced industrial democracies. Oxford: Oxford University Press, 2000. p. 3-18.

DANTAS, Bruna Suruagy do Amaral. **Religião e Política**: ideologia e ação da "Bancada Evangélica" na Câmara Federal. 2011. 350 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2011.

DIP, Andrea. **Em nome de quem?**: a bancada evangélica e seu projeto de poder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

DOWNS, Anthony. Party motivation and the function of government in society. In: DOWNS, Anthony. **An economic theory of democracy**. New York: Harper & Row, 1957. p. 21-35.

DUVERGER, Maurice. Introdução: El origen de los partidos. In: DUVERGER, Maurice. **Los partidos políticos**. México: Fce, 1957. p. 15-29.

\_\_\_\_\_. La noción de miembro. In: DUVERGER, Maurice. **Los partidos políticos**. México: Fce, 1957. p. 92-119.

ELIASSEN, Kjell A.; SVAASAND, Lars. The Formation of Mass Political Organizations: An Analytical Framework. **Scandinavian Political Studies**, Oslo, 1975.

FERREIRA, Denise Paiva; BATISTA, Carlos Marcos; STABILE, Max. A evolução do sistema partidário brasileiro: número de partidos e votação no plano subnacional 1982-2006. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 2, p.432-453, nov. 2008.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. **Executivo e legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. Instituições políticas e governabilidade: desempenho do governo e apoio legislativo na democracia brasileira. In: RANULFO, Carlos (org.). **A Democracia Brasileira: balanço e perspectivas para o século 21**. Belo Horizonte: Ufmg, 2007. p. 25-32.

FONSECA, Alexandre Brasil. Religion and democracy in Brazil: a study of the leading evangelicals politicians. In: FRESTON, Paul. **Evangelical Christianity and Democracy in Latin America**. New York: Oxford University, 2008. Cap. 5. p. 163-204

FREIDENBERG, Flavia; LEVITSKY, Steven. Organización informal de los partidos en América Latina. **Desarrollo Economico: REVISTA DE CIENCIAS SOCIALES**, Buenos Aires, v. 46, n. 184, p. 539-568, jan. 2007.

FREITAS, Rafael; MOURA, Samuel; MEDEIROS, Danilo. Procurando o Centrão: direita e esquerda na assembléia nacional constituinte 1987-88. In: CONCURSO ANPOCS-FUNDAÇÃO FORD, 2009, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Anpocs, 2009. p. 1-36.

FRESTON, Paul. **PROTESTANTES E POLÍTICA NO BRASIL: da Constituinte ao impeachment**. 1993. 303 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

GERARDI, Dirceu André. Parlamentares evangélicos no Brasil: perfil de candidatos e eleitos a deputado federal (1998-2014). **Observatório de Elites Políticas e Sociais do Brasil**, Curitiba, v. 3, n. 14, p.2-17, jan. 2016.

GRAÇA, Luís Felipe Guedes da; SOUZA, Cíntia Pinheiro Ribeiro de. Competição intrapartidária nas eleições para deputado federal: um estudo exploratório sobre São Paulo em 2014. **Política e Sociedade**, Florianópolis, p. 181-223, maio 2019.

GUADALUPE, José Luis Pérez. ¿Políticos Evangélicos o Evangélicos Políticos?: Los nuevos modelos de conquista política de los evangélicos. In: GUADALUPE, José Luis Pérez;

GRUNDBERGER, Sebastian (ed.). **Evangélicos y Poder en América Latina**. Peru: Konrad Adenauer Stiftung, 2018. p. 11-106.

GUADALUPE, José Luis Pérez. Brasil e os novos atores religiosos da política latino-americana. In: GUADALUPE, José Luis Pérez; CARRANZA, Brenda (org.). **Novo ativismo político no Brasil**: os evangélicos do século xxi. Brasil: Konrad Adenauer Stiftung, 2020. p. 17-110.

GUARNIERI, Fernando Henrique Eduardo. **A força dos partidos "fracos"**: um estudo sobre a organização dos partidos brasileiros e seu impacto na coordenação eleitoral. 2009. 183 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

GUARNIERI, Fernando. A Força dos Partidos “Fracos”. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, p. 235-258, 2011.

GUIMARÃES, Andre Rehbein Sathler; RODRIGUES, Malena Rehbein; BRAGA, Ricardo de João. A Oligarquia desvendada: organização e estrutura dos partidos políticos brasileiros. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 62, p. 1-41, jan. 2019.

GUTIERREZ, Carlos. A Igreja Universal e o Partido Republicano Brasileiro: conflitos em torno do secularismo. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 29. 2014, Natal. **Anais [...]**. Natal: Rba, 2014. p. 1-19.

GUTIERREZ, Carlos Andrade Rivas. **A REFLEXIVIDADE EVANGÉLICA A PARTIR DA PRODUÇÃO CRÍTICA E CONSTRUÇÃO DE PROJETOS DE VIDA NA IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS**. 2017. 387 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

HARMEL, Robert; JANDA, Kenneth. An integrated theory of party goals and party change. **Journal Of Theoretical Politics**, United States, v. 3, n. 6, p. 259-287, jul. 1994.

HAZAN, Reuven Y.; RAHAT, Gideon. The Selectorate. In: HAZAN, Reuven Y.; RAHAT, Gideon. **Democracy within Parties**: Candidate Selection Methods and Their Political Consequences. New York: Oxford University, 2010. Cap. 2. p. 33-54.

IVES, Diogo. A gênese e a institucionalização do Partido Republicano Brasileiro (PRB). **Missões**, São Borja, v. 2, n. 1, p.55-69, ago. 2016.

KALYVAS, Stathis N.. **The rise of Christian Democracy in Europe**. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1996.

KALYVAS, Stathis N.; VAN KERSBERGEN, Kees. Christian Democracy. **Annual Review Of Political Science**, New Haven, v. 13, p. 183-210, jan. 2010.

KATZ, Richard; MAIR, Peter. **How parties organize**: Change and Adaptation in Party Organizations in Western Democracies. London: Sage Publications, 1994.

KATZ, Richard S.; MAIR, Peter. Changing Models of Party Organization and Party Democracy: the emergence of the cartel party. **Party Politics**, v. 1, n. 1, p. 5-28, jul. 1995.

KIRCHHEIMER, Otto. A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 7, p. 349-385, jan-abr. 2012

KINZO, Maria D'alva. Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB, 1966-1979. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 1988. 269 p.

KINZO, Maria D'Alva G. **Radiografia do quadro partidário brasileiro**. São Paulo: Instituto Konrad-Adenauer-Stiftung, 1993.

KINZO, Maria D'Alva. OS PARTIDOS NO ELEITORADO: percepções públicas e laços partidários no Brasil. **Rbcs**, São Paulo, v. 20, n. 57, p. 65-81, fev. 2005.

KECK, Margaret. PT - A lógica da diferença: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira. Rio de Janeiro: **Centro Eldestein**, 2010. 184 p.

KIRCHHEIMER, Otto. A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 7, p.349-385, abr. 2012.

LACERDA, Fábio. **Pentecostalismo, Eleições e Representação Política no Brasil Contemporâneo**. 2017. 144 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017a.

LACERDA, Fábio. EVANGELICALS, PENTECOSTALS AND POLITICAL REPRESENTATION IN BRAZILIAN LEGISLATIVE ELECTIONS (1998-2010). **Rbcs**, São Paulo, v. 32, n. 93, p.1-22, fev. 2017b.

LAMOUNIER, Bolívar. Estrutura institucional e governabilidade na década de 1990. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (org.). **O Brasil e as reformas políticas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.

LEMOS, Mariana Werner de. **INSTITUCIONALIZAÇÃO PARTIDÁRIA: MODELO ANALÍTICO E APLICAÇÃO EM PSDB, DEM E PT**. 2016. 69 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

LIMONGI, Fernando. Introdução. In BRAGA, Maria do S. **O Processo Partidário-Eleitoral Brasileiro: padrões de competição política (1982- 2002)**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, Fapesp, 2006.

LIMONGI, Fernando; VASSELAI, Fabricio. Coordenando candidaturas: coligações e fragmentação partidária nas eleições gerais brasileiras. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 10., 2016, Belo Horizonte. **Anais [...]** . Belo Horizonte: Abcp, 2016. p. 1-38.

LIPSET, Seymour; ROKKAN, Stein. **Cleavages Structures, Party Systems and Voter Alignments: an Introduction**. Free Press: New York, 1967

MACEDO, Larissa Hannah Gregório Kerber. **EMERGÊNCIA DE NOVAS LEGENDAS NO SISTEMA PARTIDÁRIO BRASILEIRO: os casos do PSD, SD e NOVO em**

perspectiva comparada. 2019. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Política e religião**: a participação dos evangélicos nas eleições. Rio de Janeiro: Fgv, 2006. 180 p.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Evangelicals and Politics in Brazil: the Case of Rio de Janeiro. **Religion, State & Society**, London, v. 40, n. 1, p.69-91, mar. 2012.

MAIA, Eduardo Lopes Cabral. **Religião e Política**: o fenômeno evangélico. 2006. 106 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

MAIA, Eduardo Lopes Cabral. **A Política Evangélica**: análise do comportamento da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara Federal (2007-2010) Eduardo Lopes Cabral Maia Florianópolis 2012. 2012. 335 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

MAINWARING, Scott. Reexamining Party Systems Theory in the third wave of democratization. In: MAINWARING, Scott. **Rethinking Party Systems in the Third Wave of Democratization**: The Case of Brazil. California: Stanford, 1999. p. 21-62.

MAINWARING, Scott. **Sistemas partidários em novas democracias**: o caso do Brasil. Porto Alegre: Mercado Aberto; Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

MAIR, Peter. **Party system**: approaches and interpretations. Oxford: Oxford University Press, 1997.

MANIN, Bernard. Metamorfoses do governo representativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 29, p. 2-30, 1995.

MANIN, Bernard. A democracia do público reconsiderada. **Novos Estudos- Cebrap**, São Paulo, n. 97, p. 115-127, nov. 2013.

MARIZ, Cecília L.; GRACINO JUNIOR, Paulo. Os pentecostais no censo de 2010. In: MELO, Carlos Ranulfo Felix de. Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 4, p. 13-41, jul. 2010.

MARIANO, Ricardo; PIERUCCI, Antônio Flávio. O ENVOLVIMENTO DOS PENTECOSTAIS NA ELEIÇÃO DE COLLOR. **Novos Estudos**, São Paulo, v. 1, n. 34, p. 92-106, nov. 1992.

MARIANO, Ricardo. IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS: a magia institucionalizada. **Revista USP**, São Paulo, v. 1, n. 31, p. 120-131, nov. 1996.

MARIANO, Ricardo. Efeitos da secularização do Estado, do pluralismo e do mercado religiosos sobre as igrejas pentecostais. **Civitas**, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 111-125, jun. 2003.

MARIANO, Ricardo. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 121-138, jan. 2004.

MENEZES, Renata; TEIXEIRA, Faustino. **Religiões em movimento: O censo de 2010**. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 11-21.

MENEGUELLO, Rachel. A novidade: origem e organização do PT (1979-1982). In: MENEGUELLO, Rachel. **PT: A formação de um partido (1979-1982)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 19-120.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Brasília: UNB, 1982.

MIRANDA, Geralda Luiza de. COLIGAÇÕES ELEITORAIS: tendências e racionalidades nas eleições federais e majoritárias estaduais (1990-2010). **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21, n. 47, p. 69-90, set. 2013.

NASCIMENTO, Claudia Cerqueira do. **IGREJA COMO PARTIDO: CAPACIDADE DE COORDENAÇÃO ELEITORAL DA IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS**. 2017. 149 f. Tese (Doutorado) - Curso de Administração Pública e Governo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2017.

NICOLAU, Jairo. Como aperfeiçoar a representação proporcional no Brasil. **Cadernos de Estudos Sociais e Políticos**, v. 4, n. 7, p. 101-121, jun. 2015.

NOGUEIRA, Juliana Korb. **IDEOLOGIA PARTIDÁRIA: UM ESTUDO SOBRE OS DEPUTADOS ESTADUAIS CATARINENSES (1989-2008)**. 2009. 227 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

NORRIS, Pippa; LOVENDUSKI, Joni. Puzzles in political recruitment. In: NORRIS, Pippa; LOVENDUSKI, Joni. **POLITICAL RECRUITMENT: Gender, race and class in the British parliament**. Cambridge: Cambridge Press, 1995. Cap. 1. p. 1-20.

OLSON, Mancur. **The Logic of Collective Action: public goods and the theory of groups**. Usa: Harvard University Press, 1971.

ORO, Ari Pedro. A POLÍTICA DA IGREJA UNIVERSAL E SEUS REFLEXOS NOS CAMPOS RELIGIOSO E POLÍTICO BRASILEIROS\*. **Rbcs**, São Paulo, v. 18, n. 53, p.53-69, out. 2003.

ORO, Ari Pedro. Religião e política no Brasil. **Cahiers Des Amériques Latines**, Paris, p. 204-222, 2005.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partido: Organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo: Martins Fontes, 2005. . Tradução de Denise Agostinetti.

PARTIDO LIBERAL. **Manifesto**. Brasília: Partido Liberal, 2006.

PARTIDO LIBERAL. **Programa do Partido Liberal**. Brasília: Partido Liberal, [2006].

PEDERSEN, Mogens N. (1982). Towards a New Typology of Party Lifespans and Minor Parties. **Scandinavian Political Studies**, Vol. 5, New series, N<sup>o</sup>1.

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 46, n. 4, p.735-771, 2003.

PERES, Paulo S.. **Sistema Partidário e Institucionalização Democrática**: Análise da Teoria de Sistemas Partidários, do Conceito de Institucionalização e de suas formas de Mensuração. 2000. Disponível em: <https://works.bepress.com/pauloperes/16/>. Acesso em: 27 jan. 2019.

PERES, Paulo S.. Sistema Partidário e Instabilidade Eleitoral no Brasil. In: PINTO, Céli Regina; MARENCO, André (ed.). **Partidos no Cone Sul**: novos ângulos de pesquisa. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2002. p. 1-27.

PORTA, Donatella Della. Comparative analysis: case-oriented versus variable-oriented research. In: DELLA PORTA, Donatella; KEATING, Michael. **Approaches and Methodologies in the Social Sciences**: A Pluralist Perspective. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. Cap. 11. p. 198-222.

PRAÇA, Sérgio; DINIZ, Simone. **Partidos políticos: funcionam?**. Paulus, 2005

REIS, Fábio Wanderley. GOVERNABILIDADE, INSTITUIÇÕES E PARTIDOS. **Novos Estudos**, São Paulo, v. 1, n. 41, p. 40-59, mar. 1995.

PREUSSLER, Gustavo de Souza. COMBATE À CORRUPÇÃO E A FLEXIBILIZAÇÃO DAS GARANTIAS FUNDAMENTAIS: a Operação Lava Jato como processo penal do inimigo. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 134, n. 25, p. 87-107, ago. 2017.

REPUBLICANOS. **Manifesto de criação e Programa**. Rio de Janeiro: Republicanos, 2019.

RIBEIRO, Pedro Floriano. Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. 1, n. 10, p. 225-265, jan. 2013.

ROBBINS, Joel. The Globalization of Pentecostal and Charismatic Christianity. **Annual Review Of Anthropology**, [s. l], v. 1, n. 33, p. 117-143, 2004.

ROCHA, Camila. Direitas em rede: think tanks de direita na América Latina. In: CRUZ, Sebastião Velasco e; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (org.). **Direta, Volver!**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 261-278.

RODRIGUES, Leôncio Martins. ELEIÇÕES, FRAGMENTAÇÃO PARTIDÁRIA E GOVERNABILIDADE. **Novos Estudos**, São Paulo, n. 41, p. 78-90, mar. 1995.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Partidos, Ideologia e Composição Social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 31-47, fev. 2002.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Efeitos sociais da volatilidade partidária. In: RODRIGUES, Leôncio Martins. **Mudanças na classe política brasileira**. Rio de Janeiro: Centro Eldestein de Pesquisas Sociais, 2009. p. 98-117. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/h6kh6/pdf/rodrigues-9788579820113-06.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2019.

RODRIGUES, Guilherme Alberto; FUKS, Mario. Grupos sociais e preferência política: O voto evangélico no Brasil. **Rbcs**, São Paulo, v. 30, n. 87, p.115-128, fev. 2015.

ROLIM, Francisco Cartaxo. **Pentecostais no Brasil**. Texas: Vozes, 1985

SAMUELS, David J. Presidentialized Parties: the separation of powers and party organization and behavior. **Comparative Political Studies**, v. 35, n. 4, p. 461-483, maio 2002.

SANTOS, Adriana Martins dos. **A construção do Reino: a Igreja Universal e as instituições políticas soteropolitanas (1980-2002)**. 2009. 195 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Salvador, 2009.

SARTORI, Giovanni. O Partido como Parte. In: SARTORI, Giovanni. **Partidos e Sistemas Partidários**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. Cap. 1. p. 23-59. Tradução de Waltensir Dutra.

SILVA, Elizete da. Protestantes no Brasil: entre a omissão e o engajamento político. **Esboços**, Florianópolis, v. 24, n. 37, p. 126-148, ago. 2017.

SILVA, Glauco Peres da. Pesquisas com N-pequeno. In: SILVA, Glauco Peres da. **Desenho de pesquisa**. Brasília: Enap, 2018. Cap. 3. p. 89-108.

SIUDA-AMBROZIAK, Renata. Estratégias implementadas pela IURD para o fortalecimento das suas influências socio-políticas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência das Religiões**, Maringá, v. 1, n. 11, p. 239-253, jan. 2013.

SMITH, Amy Erica. **RELIGION AND BRAZILIAN DEMOCRACY: mobilizing the people of god**. UK: Cambridge University Press, 2019.

SOUZA, André Ricardo de. O DESEMPENHO POLÍTICO-ELEITORAL DOS EVANGÉLICOS DE 1986 A 2008. In: ENCONTRO NACIONAL DO GT HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E DAS RELIGIOSIDADES, 2., 2009, Maringá. **Anais [...]**. Maringá: Revista Brasileira de História das Religiões, 2009. p. 1-23.

STOLL, Heather. **Changing Societies, Changing Party Systems**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

TANAKA, Marcela Gimenes. **O voto da fé: comportamento eleitoral e recrutamento partidário dos deputados estaduais evangélicos em São Paulo (2002-2014)**. 2018. 142 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

TAROUCO, Gabriela da Silva. **O Partido da Frente Liberal: Trajetória e papel no sistema**

político. 1999. 157 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

TAROUCO, Gabriela. Institucionalização partidária no Brasil (1982- 2006). **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 4, p. 169-186, 2010.

TAVITS, Margit. Party Systems in the Making: the emergence and success of new parties in new democracies. **British Journal Of Political Science**, London, v. 38, n. 1, p. 113-133, jan. 2008.

TREVISAN, Janine. A Frente Parlamentar Evangélica: Força política no estado laico brasileiro. **Revista de Estudos e Pesquisa da Religião**, Juiz de Fora, v. 16, n. 1, p.581-609, 2013.

VALLE, Vinicius Saragiotto Magalhães do. **Pentecostalismo e lulismo na periferia de São Paulo**: estudo de caso sobre uma Assembleia de Deus na eleição de 2012. 2013. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

WEBER, Max. A Política como Vocação. In: WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ltc, 2002. p. 55-98.

WEBER, Max. Os tipos de dominação. In: WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. 4. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2009. Cap. 3. p. 139-198.

WEBER, Max. Parlamentarismo e Governo numa Alemanha Reconstruída. In: WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia e outros escritos**. São Paulo: Abril S.a., 1974. p. 7-92.

WOLINETZ, Steven. Beyond the catch-all party: approaches to the study of parties and party organization in contemporary democracies. In GUNTHER, Richard; MONTERO, José R.; LINZ, Juan. **Political parties**: old concepts, new challenges. Oxford: Oxford University Press, 2002.

ZALUAR, Alba; GONÇALVES, Rafael Bruno. Religion and Politics in Brazil: The conservative Evangelical Parliamentary Front. **Iesp**, Rio de Janeiro, p.1-18, 2017.